



Março / 2012

Estudo dos Indicadores Socioeconômicos da População Negra da Grande Florianópolis

Conteúdo

Objetivos.....	5
A População Negra no Brasil e no estado de Santa Catarina	6
Aspectos Metodológicos	8
Demografia e Domicílio	10
Composição e Crescimento da População	10
Gênero.....	15
Estrutura Etária.....	16
Situação do domicílio	18
Considerações Finais	21
Renda e Pobreza	23
Renda	23
Pobreza e Indigência.....	38
Histórico e Evolução	38
O impacto do gasto público na pobreza	39
Relação entre crescimento, desigualdade e pobreza.....	39
Análise dos Indicadores	40
Considerações Finais	47
Educação.....	48
Anos de estudo.....	48
Analfabetismo.....	51
Censo Escolar e Censo do Ensino Superior	56

Participação do Negro no Ensino Superior	57
Procedência da Rede de Ensino	58
Sistema de Cotas e Inclusão do Negro no Ensino Superior	59
Evasão de negros do Ensino Fundamental e Médio	62
Cursos de Ensino Superior	63
Considerações Finais	65
Mercado de Trabalho	67
População Economicamente Ativa (PEA)	67
População Economicamente Ativa (PEA) por Grupos de Escolaridade	69
Taxa de Desemprego	73
Taxa de Desemprego por Faixa Etária	74
Taxa de Desemprego por Grupo de Escolaridade	74
Informalidade	75
Vínculos	76
Perfil dos Ocupados (empregos formais)	76
O mercado de trabalho formal	76
Escolaridade do Trabalhador Negro	79
Setor	83
Hierarquia	87
Renda vs. Educação	88
Geral	88
Florianópolis	90
São José	91

Palhoça	91
Biguaçu	92
Renda vs. Municípios vs. Educação	93
Renda vs. Setor vs. Escolaridade	95
Renda vs. Ocupação vs. Setor.....	98
Renda vs. Ocupações	100
Cargos de Chefia	100
Serviços e Vendedor	102
Serviços Administrativos	103
Construção e Indústria	104
Considerações Finais	105
Saúde	107
Origem dos dados	107
Expectativa de Vida.....	107
Taxas de Mortalidade e Fecundidade	110
Exames e Atendimentos Médicos	114
Tipos de Parto	115
Casos de AIDS	116
Considerações Finais	116
Análise Econométrica.....	118
Introdução	118
Metodologia e Dados	118
Resultados	120

Equação de Rendimentos.....	120
Decomposição de Rendimentos Negros/Não-Negros.....	124
Conclusões	127
Bibliografia	128
Anexo 1	129
Anexo 2	130
Considerações Finais.....	131

Objetivos

O presente relatório faz parte do objeto de execução de contrato com base no EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 401/SMAP/DLC/2011, que pressupõe a contratação de estudo sobre levantamento de indicadores socioeconômicos da população negra da Grande Florianópolis, com o objetivo de subsidiar os gestores e conselhos de políticas públicas locais, com informações, análises e recomendações em relação à evolução decenal sobre as condições de inserção dos trabalhadores negros no mercado de trabalho formal na Grande Florianópolis.

A População Negra no Brasil e no estado de Santa Catarina

O povo brasileiro é o produto da união de três etnias distintas: Negro, Índio e Branco. Devido a este fato, a mestiçagem está presente em todo o país com maior ou menor intensidade a depender da região. A presença de negros no Brasil remete à mão-de-obra escrava que foi trazida da África, principalmente entre os séculos XVI e XIX. O modelo adotado de colonização e desenvolvimento do nosso país estava embasado na escravidão como parte integrante do sistema econômico, social, cultural e ideológico.

Durante mais de 300 anos, o fluxo de escravos para a região Sul do país teve origem da África, mas também de regiões portuárias do Nordeste do país. Com a Lei Eusébio de Queiros e outras medidas que inviabilizaram o tráfico negreiro, o número de crioulos e negros nascidos no Brasil foi aumentado, em detrimento da redução dos africanos. Em Santa Catarina, o tráfico interno de mão-de-obra era marcante, o que contribuiu para a diminuição no número de escravos.

Atualmente, esse estado possui uma pequena presença de afro-descendentes, pois no passado se caracterizou como uma colônia de povoamento, sendo a economia voltada para subsistência e a população marcada pela presença de imigrantes europeus. Em regiões que foram colônias de exploração, marcadas pela necessidade da mão-de-obra escrava, hoje em dia percebe-se que há um número maior de negros na população.

Apesar de ser nítida a contribuição do negro na cultura brasileira, através da música, eventos religiosos e gastronomia, e dos diversos movimentos de resistência (Irmandades Negras, Quilombos, Insurreições Negras e Movimentos Abolicionistas), os estudos e as atitudes intelectuais voltados positivamente à questão do negro só se desenvolveram, efetivamente, no século XX. Políticas públicas de sua afirmação no Brasil é uma etapa contemporânea desse longo processo histórico. As cotas nas universidades públicas são uma parte estratégica desse movimento.

Em um cenário ainda mais recente, a população negra voltou a ser maioria oficial no país nos últimos 5 anos. O estado de Santa Catarina é o que tem menor proporção de negros em seu contingente populacional, enquanto os estados de Pará, Bahia e Maranhão possuem as maiores proporções.

Os negros são metade da população brasileira, mas em média 65% dos pobres, aproximadamente 15% são analfabetos e possuem um rendimento médio 25% inferior aos não-negros. As profissões de menor reconhecimento social são em sua maioria ocupados por negros. Quando negros e não-negros possuem as mesmas condições para ocupar determinada vaga no mercado de trabalho, normalmente os brancos são privilegiados. Dessa forma, torna-se importante que sejam instituídas diversas práticas voltadas para a democracia nas relações inter-raciais e garantia da equidade de condições sociais, econômicas, culturais e educacionais e que estejam atentas aos investimentos e

iniciativas necessários no combate a pontos críticos, que de fato promovam a mudança desse cenário, sem infringir a isonomia de direito de cada cidadão.

Aspectos Metodológicos

A questão de referência do trabalho é o tratamento de indicadores sócio-econômicos que permitam a análise sob a ótica dos estratos raciais. Nesse aspecto, a definição de raça ou cor será feita seguindo o critério definido pelo IBGE, qual seja, “negros” é a auto identificação para “pardos” e “pretos”. Neste trabalho consideraremos a distinção simples entre negros e não-negros.

O foco geográfico é a Região Metropolitana de Florianópolis [RMF], que foi criada pela lei complementar estadual nº 162 de 1998 e revalidada pela lei complementar estadual nº 495 de 2010. É formada por 22 municípios, sendo o núcleo metropolitano composto por 9 municípios (Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Água Mornas e São Pedro de Alcântara) e outros 13 municípios na área de expansão da Região Metropolitana (Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas). Segundo o Censo do IBGE de 2010, no núcleo metropolitano residem 877.706 pessoas, chegando a 1.012.831 habitantes ao incluir a área de expansão.

Abaixo estão descritas as principais fontes de informações e qual o tratamento metodológico que foi dado para construção dos indicadores:

- 1) Censos Demográficos do IBGE, disponível no banco de dados da SIDRA;
- 2) Atlas Racial do Brasil, produzido em 2005 pelo PNUD-CEDEPLAR;
- 3) Sistema CAGED e RAIS para avaliação do mercado formal de trabalho;
- 4) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

Os Censos Demográficos do IBGE permitiram a construção de indicadores para cada município da Região Metropolitana de Florianópolis, bem como a análise comparativa com indicadores para todas as Unidades da Federação e regiões brasileiras. Sua periodicidade é decenal e o objetivo aqui é comparar a evolução dos indicadores entre os Censos de 2000 e 2010.

O Atlas Racial do Brasil, disponibilizado pelo PNUD-CEDEPLAR em 2005, permitiu a avaliação de indicadores sobre as condições de saúde, acesso a serviços de saúde, desigualdades de renda e condições de trabalho, inadequação do domicílio de moradia, taxa de ocupação da mão-de-obra, participação na força de trabalho, informações sobre previdência, educação e saúde reprodutiva. Contudo, tais informações estão disponíveis somente para as unidades da federação, o que nos permite apenas comparar o estado de Santa Catarina com as demais unidades da federação

brasileira. A fonte primária de informações são os Censos Demográficos do IBGE e as Pesquisas Amostrais do IBGE: PNAD e POF.

Os sistemas CAGED e RAIS permitiram a avaliação em nível municipal. As informações do CAGED referem-se às movimentações mensais no mercado de trabalho formal e as informações da RAIS são anuais, descrevendo o perfil da mão-de-obra do mercado de trabalho formal.

As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's) são produzidas anualmente pelo IBGE, cobrindo informações para residentes em todas as unidades da federação, não sendo representativo para os municípios. Contudo, é possível construir informações que representam uma *proxy* para o principal centro urbano da unidade da federação considerando o município como maior setor censitário coberto na amostragem. Foram consultadas informações das PNAD's de 2001 e 2009 e estas permitiram construir indicadores sobre o perfil populacional, destacando aspectos sobre o mercado de trabalho, educação e renda.

Paralelamente, foram contatadas diversas secretarias do município de Florianópolis que possuem dados que são recortes específicos de amostras da população em suas diversas características. A Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis forneceu alguns dados internos que auxiliaram na complementação da análise do tema relacionado.

Sobre a estruturação do relatório, este está dividido através dos seguintes tópicos: indicadores demográficos e de domicílio, pobreza e renda, educação, mercado de trabalho e saúde. Apesar dos temas estarem separados, buscou-se avaliar conjuntamente os indicadores mais relevantes das diferentes áreas, com o objetivo de estabelecer conclusões que auxiliem no diagnóstico racial da população da Região Metropolitana de Florianópolis. Por último, foi realizado um estudo econométrico com a proposição de um modelo que identificasse a relevância da discriminação, bem como os fatores principais de desajuste e que levariam à desigualdade de rendimentos entre a população negra e não-negra nos diversos níveis de escolaridade.

Demografia e Domicílio

Composição e Crescimento da População

Estima-se que o Brasil possui cerca de 191 milhões de habitantes segundo o Censo Demográfico 2010. Apesar do aumento da população (tabela abaixo), percebe-se que a taxa de crescimento populacional diminuiu, passando de um índice médio anual de 1,63% de 1991 a 2000 para 1,30% de 2000 a 2010. A desaceleração do crescimento populacional é analogamente observada na Região Metropolitana de Florianópolis, no entanto, a uma taxa média anual expressivamente mais elevada: 2,94% de 1991 a 2000 para 2,42% de 2000 a 2010.

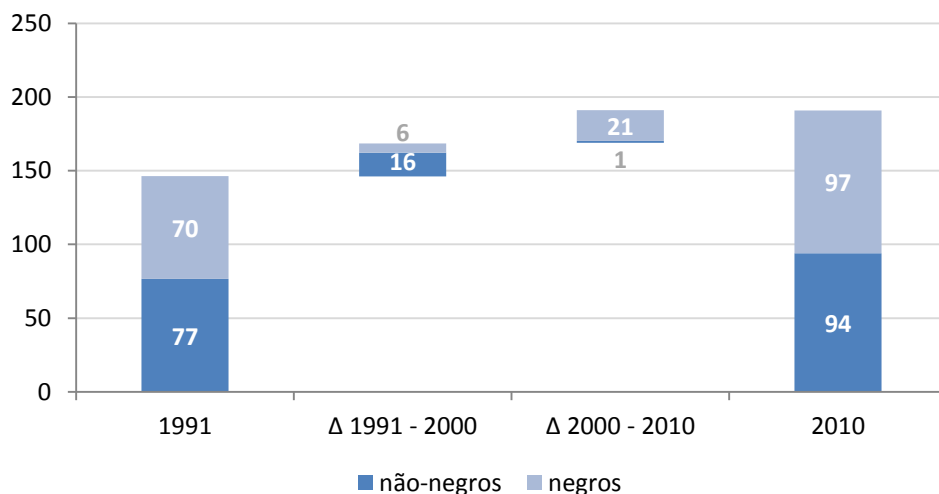
Tabela 1 - População em milhares (m), 1991-2010

	Brasil			Variação	
	1991	2000	2010	91-00	00-10
Brasil	146.816	169.873	190.756	16%	12%
RM Florianópolis	629	816	1.012	30%	24%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Ao analisar a composição da população brasileira segundo a classificação racial observa-se que cerca de 51% dos habitantes se auto intitulam negros (IBGE - Censo Demográfico 2010). Este cenário é consequência do grande crescimento da população negra, que se acentuou substancialmente do ano 2000 para 2010, atingindo uma taxa média anual de crescimento de 2,47% neste período, o que resultou em um aumento de 9% da população negra de 1991 a 2000 e posteriormente de 28% até 2010. A quantidade de habitantes não-negros no país, até então superior, passou a ser menor que a de negros, o que pode ser observado no gráfico abaixo.

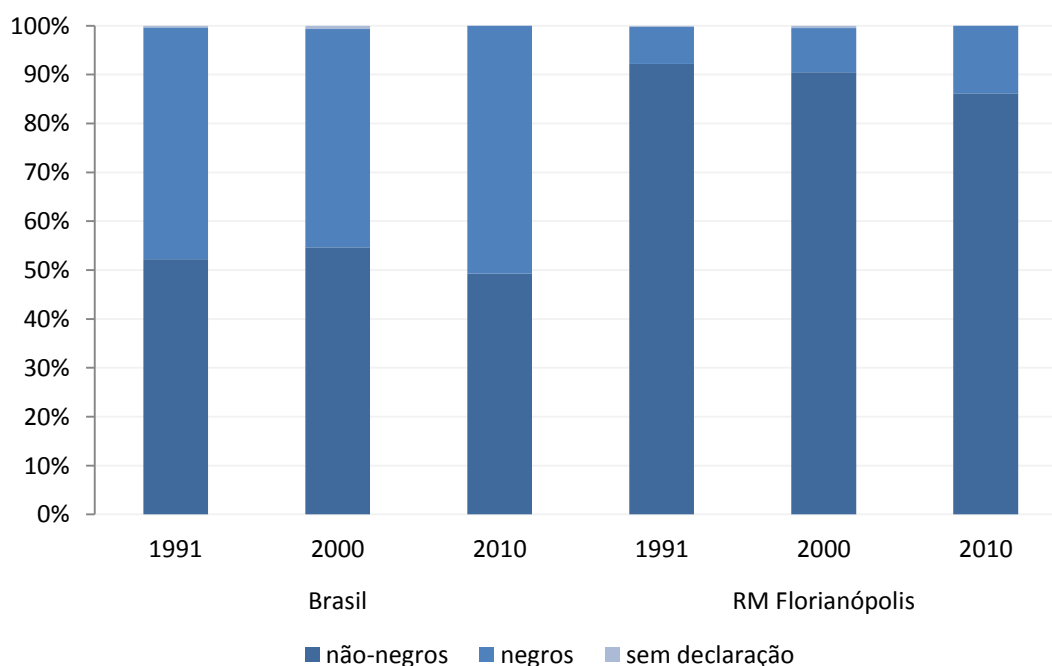
Gráfico 1 - Evolução da População segundo a Classificação Racial em milhões (MM), Brasil 1991 - 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico

A população da Região Metropolitana de Florianópolis apresenta uma distribuição segundo a classificação racial bastante distinta do cenário nacional como observado no gráfico abaixo. Este fato é observado em toda a região sul do Brasil e reafirmado pelo estado de Santa Catarina que possui a menor proporção de negros do país (15,35%).

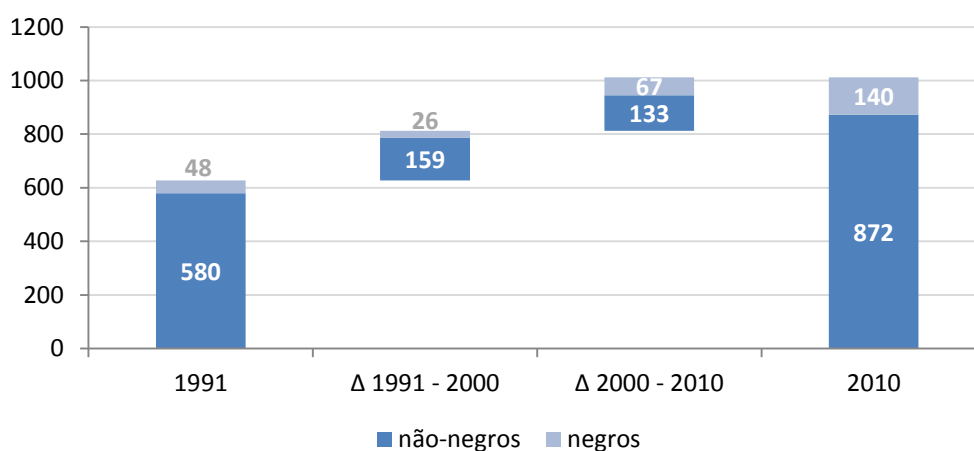
Gráfico 2 - Composição da População segundo a Classificação Racial em milhares (m), Brasil 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Apesar disso, a Região Metropolitana de Florianópolis acompanhou a tendência nacional de crescimento da população negra apresentando taxas médias anuais de crescimento superiores a população de não-negros no período analisado, com crescimento médio de 4,96% de 1991 a 2000 e 6,64% de 2000 a 2010. Como resultado, a população de negros na Região Metropolitana de Florianópolis sofreu um aumento de 55% de 1991 a 2000 e de 90% de 2000 a 2010, o que pode ser evidenciado no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Evolução da População segundo a Classificação Racial em milhares, Região Metropolitana de Florianópolis 1991 - 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Destaca-se o grande aumento no número de habitantes sem declaração racial tanto no Brasil quanto na Região Metropolitana de Florianópolis no ano 2000. No Brasil cerca de 535 mil habitantes não declaravam cor em 1991, aumentando para próximo de 1 milhão e 200 mil em 2000 e retornando a cerca de 7 mil em 2010. Na Região Metropolitana de Florianópolis a quantidade de habitantes sem declaração de raça saiu de cerca de 2 mil em 1991 para 4 mil em 2000 e posteriormente caiu para menos de 50 habitantes em 2010. Essa grande variação não minimiza o crescimento exponencial observado da população negra, pois a amostra de não declarantes é muita pequena em relação à totalidade da população como pode ser observado no gráfico da Composição da População segundo a Classificação Racial em milhares (m), Brasil 2010.

Como consequência destes acontecimentos a proporção de negros entre negros e não-negros sofreu grande variação. Na Região Metropolitana de Florianópolis a proporção de habitantes negros tem variado positivamente no período de 1991 a 2010, ao contrário do comportamento observado no país, na região sul e até mesmo no estado de Santa Catarina. Essas regiões apresentaram uma variação negativa até o ano 2000. Contudo, percebe-se que quando o período de 2000 a 2010 é analisado, a

proporção de negros se eleva em todas as regiões citadas, com taxas mais expressivas em Santa Catarina e na Região Metropolitana de Florianópolis. (tabela abaixo)

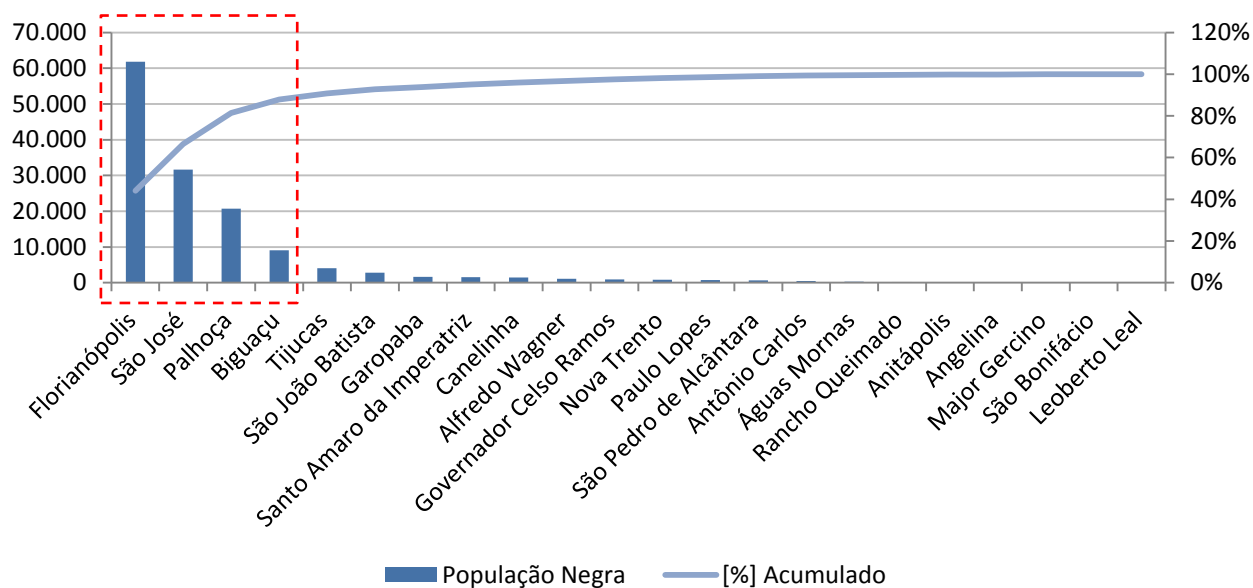
Tabela 2 - Proporção de Negros entre Negros e Não-negros, 1991– 2010

	1991	2000	2010	Varição 91 - 00	Varição 00 - 10
Brasil	47,61%	44,98%	50,74%	-5,53%	12,81%
Centro-Oeste	52,16%	48,63%	55,78%	-6,76%	14,69%
Nordeste	73,10%	66,28%	68,98%	-9,33%	4,07%
Norte	75,77%	69,75%	73,53%	-7,94%	5,41%
Sudeste	36,29%	36,30%	43,60%	0,03%	20,13%
Sul	16,09%	15,30%	20,58%	-4,90%	34,50%
Santa Catarina	9,90%	9,74%	15,35%	-1,58%	57,58%
RM Florianópolis	7,60%	9,08%	13,87%	19,47%	52,68%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

A Região Metropolitana de Santa Catarina apresenta forte concentração da população negra do estado (91%) em quatro das vinte e duas cidades desta região conforme gráfico abaixo.

Gráfico 4 - Pareto da População de Negros por Município da RM Florianópolis



Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu também despontam como os municípios mais populosos e que possuem a maior proporção de negros na população, o que é exposto na tabela abaixo. Destaca-se ainda as taxas de crescimento da população de negros destes municípios do ano 2000 para 2010 que pode ser comparada na tabela de Crescimento médio Anual da População de Negros, 2000 – 2010. Além disso, esses municípios são responsáveis por 87% do Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Florianópolis (IBGE- Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009).

Tabela 3 – Proporção de Negros da Região Metropolitana de Florianópolis, por município

Município	[%]
Biguaçu	15,59%
Palhoça	15,09%
São José	15,06%
Florianópolis	14,68%
São Pedro de Alcântara	14,08%
Canelinha	13,30%
Tijucas	13,22%
Alfredo Wagner	12,06%
Paulo Lopes	10,80%
São João Batista	10,67%
Garopaba	9,05%
Santo Amaro da Imperatriz	7,79%
Governador Celso Ramos	7,18%
Nova Trento	7,06%
Rancho Queimado	6,70%
Antônio Carlos	5,90%
Águas Mornas	5,10%
Anitápolis	3,89%
Major Gercino	2,71%
Angelina	2,19%
São Bonifácio	1,73%
Leoberto Leal	0,95%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Tabela 4 - Crescimento médio Anual da População de Negros, 2000 – 2010

	negros	não - negros
Biguaçu - SC	7,69%	1,19%
Palhoça - SC	7,42%	2,36%
São José - SC	6,90%	1,31%
Florianópolis - SC	5,20%	1,73%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Gênero

Analisando a população pela classificação de gênero, observa-se que a distribuição de homens e mulheres no Brasil e na Região Metropolitana de Florianópolis é equânime: 51% dos habitantes são mulheres (para cada habitante homem existe 1,03 mulheres no ano de 2000 e 1,04 em 2010). Esta proporção é também observada no ano 2010, evidenciando que o crescimento do número de habitantes homens e mulheres tem sido muito próximo (tabela abaixo).

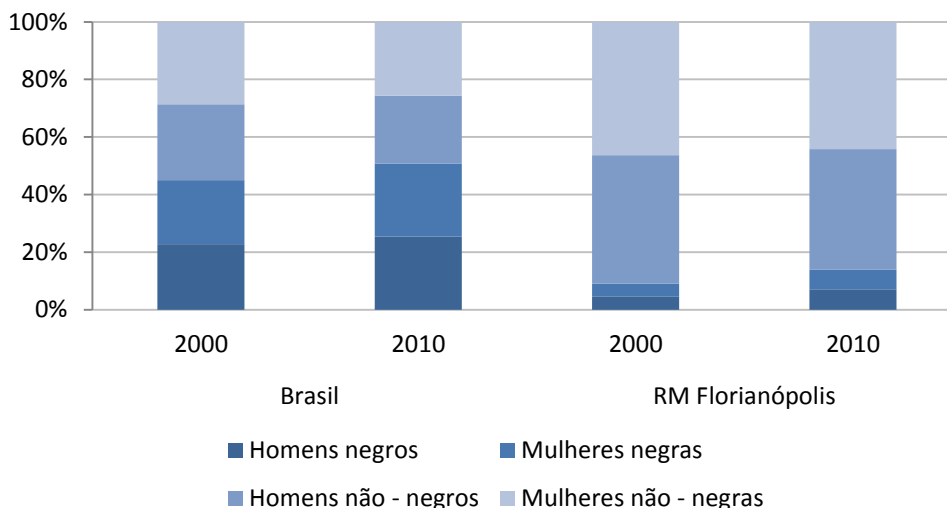
Tabela 5 - Crescimento da População segundo o Gênero e Raça, 2000 - 2010

	Variação 00-10		Variação Média 00 - 10	
	Brasil	RM Florianópolis	Brasil	RM Florianópolis
Homens	11,73%	23,32%	1,12%	2,12%
Mulheres	12,84%	24,63%	1,22%	2,23%
Homens negros	25,87%	89,51%	2,33%	6,60%
Mulheres negras	29,33%	91,10%	2,61%	6,69%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Quando considerada a população negra, a distribuição segundo o gênero é similar, porém a situação se inverte: 51% da população negra são homens tanto no Brasil, quanto na Região Metropolitana de Florianópolis em 2000. Este cenário permanece inalterado na Região Metropolitana de Florianópolis em 2010 e se equaliza em 50% nacionalmente, o que é exposto no gráfico abaixo. As taxas de crescimento para os habitantes com classificação racial negra, porém, são substancialmente superiores como foi verificado anteriormente.

Gráfico 5 - Distribuição da População segundo o Gênero e Raça, 2000 - 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Estrutura Etária

A população brasileira passa por um processo de envelhecimento que é verificado por meio da redução da camada considerada jovem dos habitantes. Os indivíduos com idade de 0 a 19 anos que no ano 2000 correspondiam a 40% da população, sofreram uma redução média de 0,81% ao ano no período de 2000 a 2010, chegando neste último ano a corresponder a 33% da população brasileira.

As demais faixas etárias apresentaram aumento no número de habitantes destacando-se as faixas de 50 a 59, 60 a 69, e 70 ou mais anos de idade com um aumento de 47%, 39% e 46% respectivamente de 2000 a 2010 (20% da população). A maioria da população brasileira, no entanto, se encontra na faixa etária de 20 a 49 anos (47%) com destaque para a faixa de 30 a 39 anos de idade que possui 16% dos habitantes do Brasil. Homens e mulheres apresentam distribuição etária similar, a população masculina apresenta uma concentração levemente superior dos habitantes de 0 a 19 anos de idade: 34,18%, contra 31,84% na população feminina.

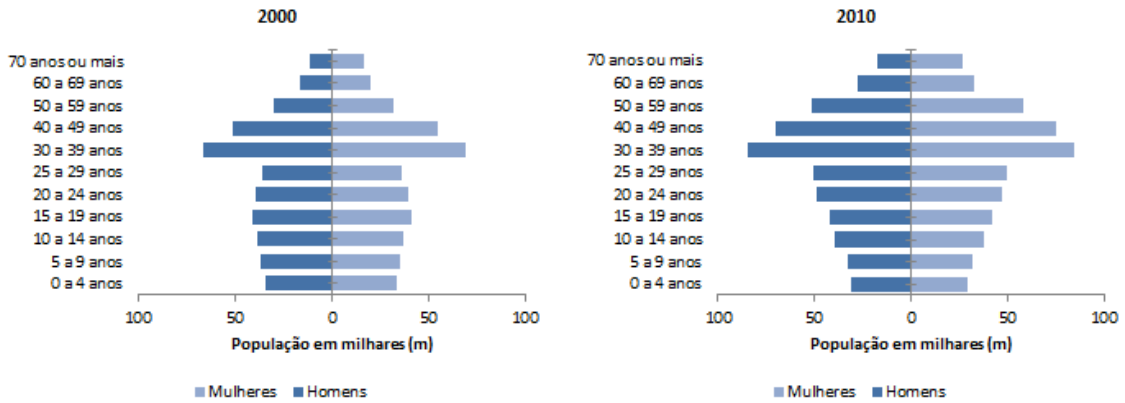
A Região Metropolitana de Florianópolis vive um processo de envelhecimento similar ao que acontece no país. No entanto, nesta região a camada da população que possui de 0 a 19 anos de idade corresponde a uma parcela ainda menor da população, saindo de 37% no ano 2000 para 28% em 2010. Essa redução ocorreu por meio de uma taxa de decréscimo de 0,39% ao ano no período de 2000 a 2010. Destaca-se que a quantidade de habitantes enquadrados nas faixas de 0 a 4 e 5 a 9 anos de idade foi reduzida em 11% em ambas as faixas.

As demais faixas etárias sofreram um aumento no número de habitantes, constatando assim que a Região Metropolitana de Florianópolis está em um processo de envelhecimento mais avançado quando comparada com o cenário nacional. As faixas de 50 a 59, 60 a 69 e 70 ou mais anos de idade demonstraram um aumento de 76%, 68% e 62% respectivamente de 2000 a 2010 (21% da população).

Assim como em nível nacional, a maior parcela da população desta região se enquadra na faixa de 20 a 49 anos de idade (50%) se destacando também a população de 30 a 39 anos que corresponde a 17% dos habitantes da Região Metropolitana de Florianópolis.

A população feminina apresenta uma concentração levemente maior de habitantes em faixas etárias superiores no comparativo com a população masculina: 23% das mulheres da Região Metropolitana de Florianópolis possuem 50 anos ou mais de idade, contra 20% da população masculina. Esta estrutura pode ser analisada nas pirâmides etárias abaixo.

Gráficos 6 e 7 - Pirâmide Etária, Região Metropolitana de Florianópolis - 2000 e 2010

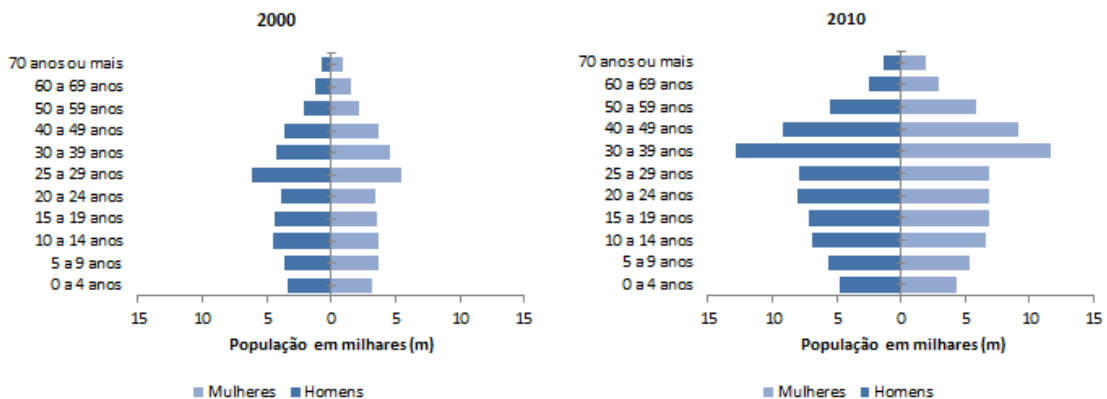


Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Quando considerados apenas os habitantes negros da Região Metropolitana de Florianópolis, observa-se que esta população é mais jovem, apresentando maior proporção de habitantes em todas as faixas etárias de 0 a 39 anos de idade (73%). A população de não-negros possui 63% dos habitantes alocados nessa faixa.

Com o grande crescimento da população negra observado no período entre o ano 2000 e 2010, comentado anteriormente, nenhuma faixa etária da população negra sofreu redução no número de habitantes, apresentando um aumento médio de 94% por faixa etária. Destacam-se as faixas de 30 a 39 anos com aumento de 110%, de 50 a 59 anos com aumento de 165% e de 70 ou mais anos de idade com aumento de 112%. A pirâmide etária da população negra pode ser analisada abaixo.

Gráficos 8 e 9 - Pirâmide Etária da População Negra, Região Metropolitana de Florianópolis - 2000 e 2010



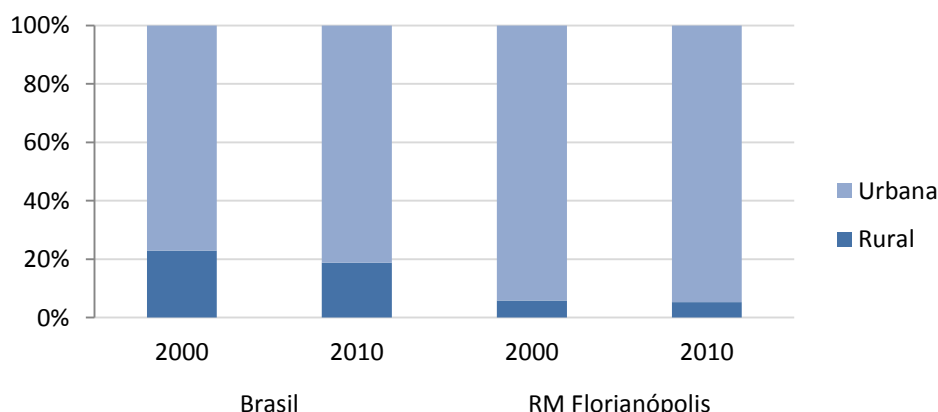
Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Situação do domicílio

A Região Metropolitana de Florianópolis possui uma elevada taxa de urbanização, sendo que 92% da população reside em áreas urbanas, situação superior a taxa de urbanização observada no cenário nacional de 84% (IBGE – Censo Demográfico 2010). A distribuição da população segundo a situação do domicílio era similarmente observada no ano 2000 com taxas de urbanização no Brasil de 81% e na Região Metropolitana de Florianópolis de 90%.

Quando considerada a população de negros, o índice é também elevado e observa-se que a população urbana sofreu um aumento no período de 2000 a 2010, o que pode ser observado no gráfico a seguir. Da população negra da Região Metropolitana de Florianópolis, 5,34% possuem domicílio em área rural contra 8,44% da população não-negra. Apenas como base comparativa, no estado de Santa Catarina 15,64% da população negra é rural.

Gráfico 10 - Distribuição da População Negra segundo a Situação do Domicílio, 2000 e 2010

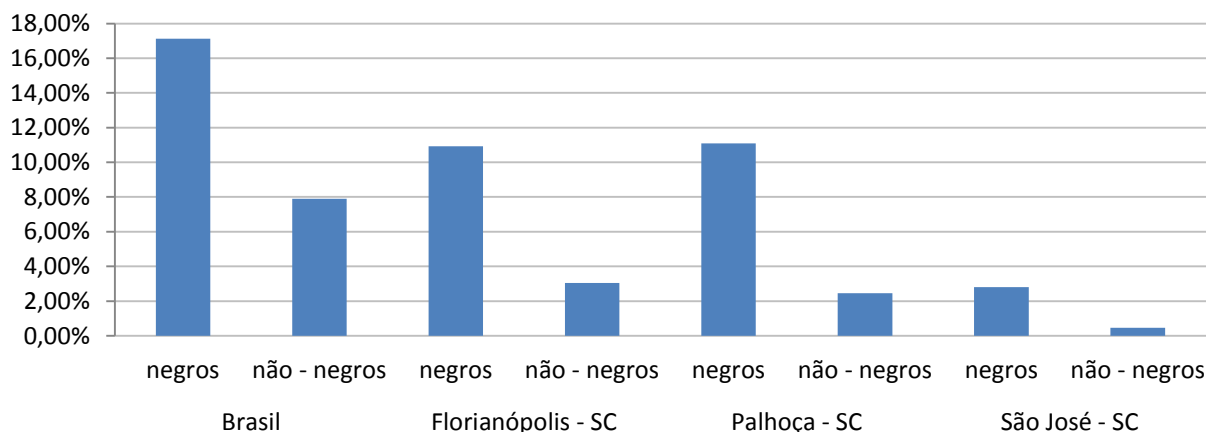


Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Estima-se que em Florianópolis, Palhoça e São José cerca de 24 mil habitantes residam em aglomerados subnormais, assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Da população destes aglomerados 40% são negros. No gráfico abaixo, é notável que a proporção da população negra que possui domicílio em aglomerados subnormais é superior à proporção da população de não-negros.

Nesta análise, a Região Metropolitana de Florianópolis não foi considerada pelo fato do cadastro de aglomerados subnormais do IBGE possuir apenas dados referentes aos municípios citados.

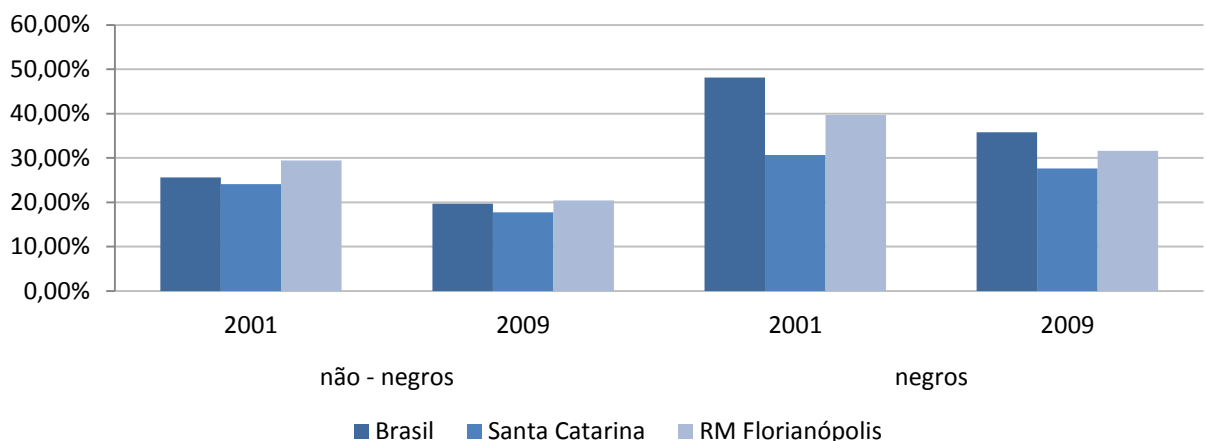
Gráfico 11 - Proporção de Habitantes que residem em Aglomerados Subnormais, 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico

De forma análoga, observa-se que a proporção de domicílios em que o responsável é negro apresenta uma proporção mais expressiva de domicílios com carência de serviços de infraestrutura. Apesar disso, a proporção de domicílios nesta situação diminuiu no período de 2001 a 2009, o que pode ser observado no gráfico abaixo. Os domicílios urbanos são classificados como “carentes de serviços de infraestrutura” quando não contam com pelo menos um dos seguintes serviços: energia elétrica, rede de abastecimento de água com canalização interna, rede coletora de esgoto, pluvial ou fossa séptica, lixo coletado direta ou indiretamente. No caso de domicílios rurais, a carência será caracterizada pela ausência de pelos menos três dos serviços mencionados.

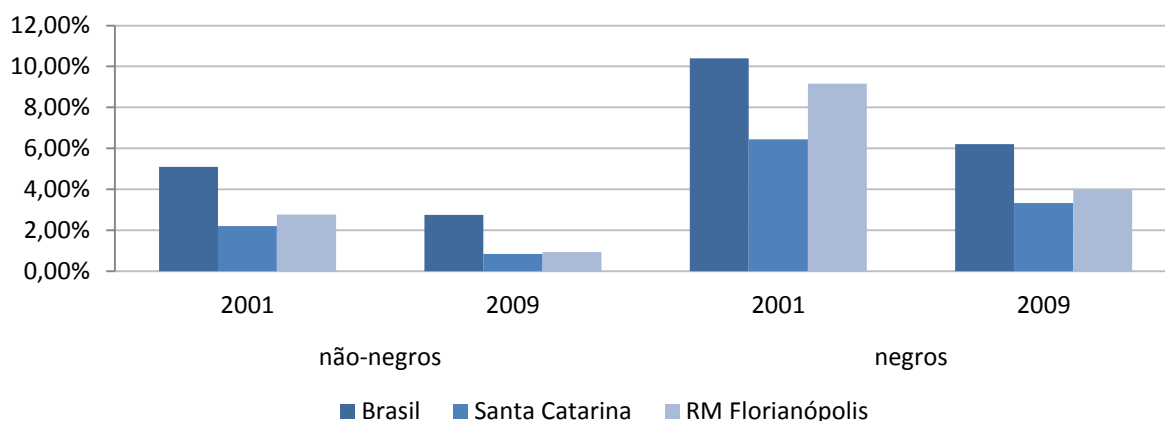
Gráfico 12– Proporção da População residente em Domicílios com Carência de Serviços de Infraestrutura segundo a classificação racial do responsável pelo domicílio, 2001 e 2009



Fonte: IBGE – PNAD

A proporção de domicílios que possuem densidade excessiva de moradores por dormitório é mais elevada no caso de domicílios em que o responsável é negro. A densidade excessiva de moradores por dormitório é observada quando residem no domicílio mais de três pessoas por dormitório e pode ser verificada no gráfico abaixo. A Região Metropolitana de Florianópolis apresenta resultados inferiores ao cenário observado nacionalmente e a proporção de domicílios em adensamento excessivo diminuiu em todas regiões analisadas no período do ano 2001 a 2009.

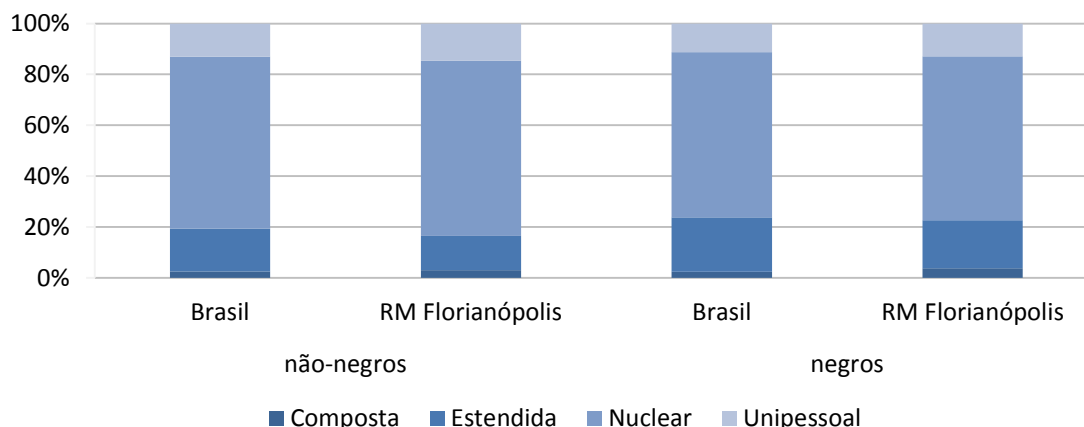
Gráfico 13 – Proporção de Domicílios com Densidade Excessiva de Moradores por Dormitório segundo a classificação racial do responsável pelo domicílio, 2001 e 2009



Fonte: IBGE – PNAD

Quando a população de negros é analisada considerando os tipos de espécie doméstica, percebe-se que os habitantes negros estão em maior proporção do que a população de não-negros em domicílios classificados como estendidos, tanto no Brasil quanto na Região Metropolitana de Florianópolis. 21,43% da população de negros no país residem em unidades domésticas estendidas contra 16,82% dos não-negros. Na Região Metropolitana de Florianópolis essa proporção é de 18,81% entre os negros contra 13,53% na população de não-negros. Além disso, a proporção dos habitantes negros em unidades domésticas classificadas como unipessoal é superior a de não-negros (3,79% dos negros contra 2,38% dos não-negros). Destaca-se que a grande maioria da população se enquadra na unidade doméstica nuclear onde no Brasil se encontram 65% da população e na Região Metropolitana de Florianópolis 64%. A proporção de negros segundo a espécie de unidade doméstica é exposta no gráfico abaixo.

Gráfico 14 - Proporção de Negros segundo a Espécie de unidade doméstica, 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico

A espécie da unidade doméstica existente foi classificada como **Unipessoal** quando constituída por uma única pessoa; **Estendida**, quando constituída somente pela pessoa responsável com pelo menos um parente, formando uma família que não se enquadre em um dos tipos descritos como nuclear; **Composta**, quando constituída pela pessoa responsável, com ou sem parente(s), e com pelo menos uma pessoa sem parentesco agregado(a), pensionista, convivente, empregado(a) doméstico(a), parente do empregado(a) doméstico(a); **Nuclear**, quando constituída por pessoa responsável com cônjuge, pessoa responsável com cônjuge e com pelo menos um filho(a) ou enteado(a), pessoa responsável com pelo menos um filho(a) ou enteado(a), pessoa responsável com pai ou padrasto e com mãe ou madrasta, pessoa responsável com pai ou padrasto, com mãe ou madrasta e com pelo menos um irmão ou irmã, pessoa responsável com pai ou padrasto, pessoa responsável com mãe ou madrasta, pessoa responsável com pai ou padrasto e com pelo menos um irmão ou irmã ou pessoa responsável com mãe ou madrasta e com pelo menos um irmão ou irmã.

Considerações Finais

Diante do cenário supracitado é conclusivo que a população, tanto nacionalmente quanto na Região Metropolitana de Florianópolis cresceu até 2010, porém em um ritmo desacelerado quando comparado com períodos anteriores (1991 a 2000).

A população negra, no entanto, demonstra um cenário inverso. Verifica-se uma aceleração do crescimento no número de habitantes negros em ambas as regiões analisadas no mesmo período. Em decorrência deste acontecimento a população de negros se tornou maior que a de não-negros no Brasil, na primeira década do século XXI.

Apesar do grande crescimento da população negra observado na Região Metropolitana de Florianópolis, os habitantes com classificação racial negra são minoria nesta região e se concentram substancialmente em quatro municípios (Florianópolis, Palhoça, São José e Biguaçu).

As mulheres constituem maioria da população no país e na Região Metropolitana de Florianópolis. Entretanto, quando considerada a população negra da Região Metropolitana de Florianópolis a população masculina é maior. Contudo, de forma geral, observa-se um equilíbrio entre a população segundo a classificação por gênero.

Percebe-se que a população brasileira vive um processo de envelhecimento que se apresenta de forma mais acentuada na Região Metropolitana de Florianópolis. A população negra mostra-se mais jovem ao continuar apresentando crescimento nas faixas etárias inferiores da estrutura etária da população.

A concentração demográfica em regiões urbanas é substancial em todo país e na Região Metropolitana de Florianópolis o cenário não é distinto. Em meio à urbanização é exposta a situação de domicílios classificados como aglomerados subnormais, favelas e similares, onde a população de negros aparece em proporções significativamente superiores a de não-negros. Os domicílios em que o responsável é negro apresentam, proporcionalmente, maior carência de serviços básicos de infraestrutura e ainda possuem maior adensamento excessivo de moradores por dormitório. Por fim, verifica-se que a presença de domicílios constituídos por um maior número de habitantes (unidade doméstica nuclear) é predominante no cenário nacional e na Região Metropolitana de Florianópolis.

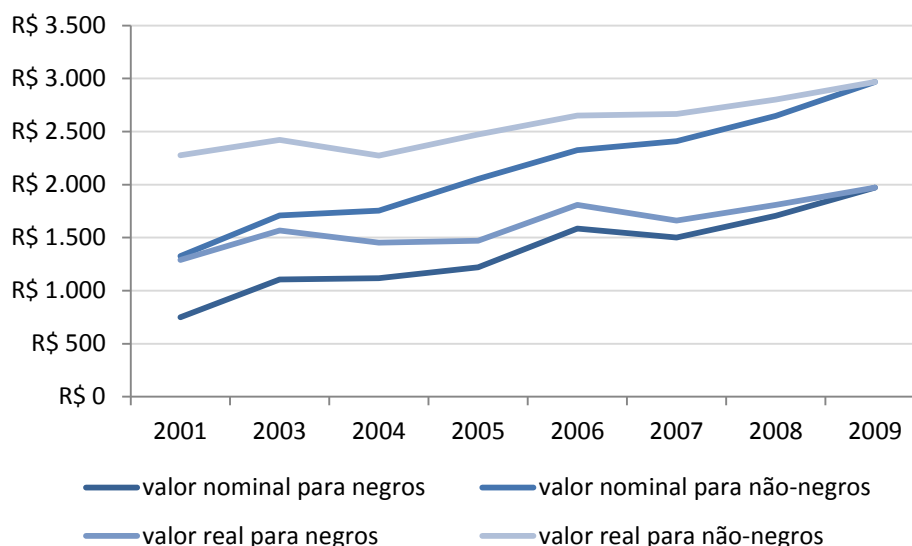
Renda e Pobreza

Renda

As disparidades observadas na renda constituem uma importante fonte de informações sobre as desigualdades raciais. Observa-se que o rendimento mensal domiciliar, domiciliar *per capita* e familiar de não-negros são sempre maiores do que os de negros. Analisa-se, adicionalmente, o impacto da segmentação segundo localização, sexo e raça do chefe de família. Em seguida, há a análise dos efeitos da ocupação e da escolaridade sobre a razão do rendimento médio entre indivíduos negros e não-negros. Busca-se captar as desigualdades por meio do coeficiente de Gini e do Índice de Entropia de Theil, abordando o primeiro de maneira mais gráfica e analítica. Por fim, faz-se uma análise descritiva da população da Região Metropolitana de Florianópolis, em termos de classes de rendimento nominal mensal.

Os impactos da segmentação racial nos rendimentos mensais domiciliares e familiares, para todas as unidades domiciliares, são expostos a seguir, para Santa Catarina.

Gráfico 15 - Rendimento mensal domiciliar para todas as unidades domiciliares, em termos reais e nominais, para o Estado de Santa Catarina



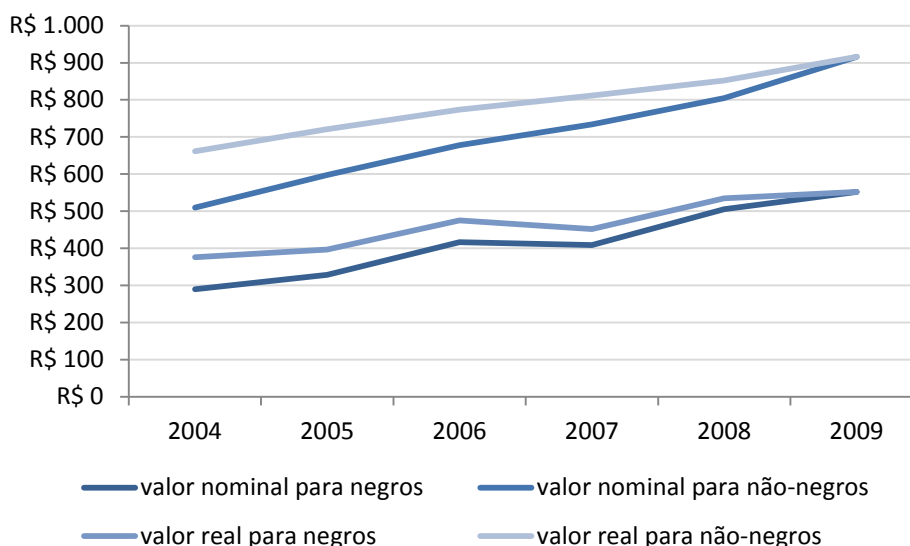
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

Observa-se que, em termos reais, a diferença entre o rendimento mensal domiciliar de negros e não-negros está sempre entre R\$ 822,67 (em 2004, a menor diferença) e R\$ 1002,92 (em 2005, a maior diferença).

O padrão do gráfico de rendimento mensal familiar demonstra, assim como no gráfico de rendimento mensal domiciliar, a disparidade, em termos reais, de renda existente entre os segmentos raciais destacados, sendo a menor diferença em 2004, no valor de R\$ 854,88, e a maior diferença em 2007, no valor de R\$ 1035,85. Em termos nominais, a menor diferença ocorre em 2002, no valor de R\$ 557,43, e a maior em 2009, no valor de R\$ 995,93. Para o rendimento mensal familiar, em termos nominais, a menor diferença ocorre em 2002, no valor de R\$ 555,03, e a maior em 2009, no valor de R\$ 1034,69.

Uma análise preliminar dos impactos da segmentação racial sobre a renda domiciliar *per capita*, conciliando o rendimento enquanto variável de análise ao número de pessoas situadas por domicílio é feita a seguir.

Gráfico 16 - Rendimento mensal domiciliar per capita, em termos reais e nominais, para o Estado de Santa Catarina



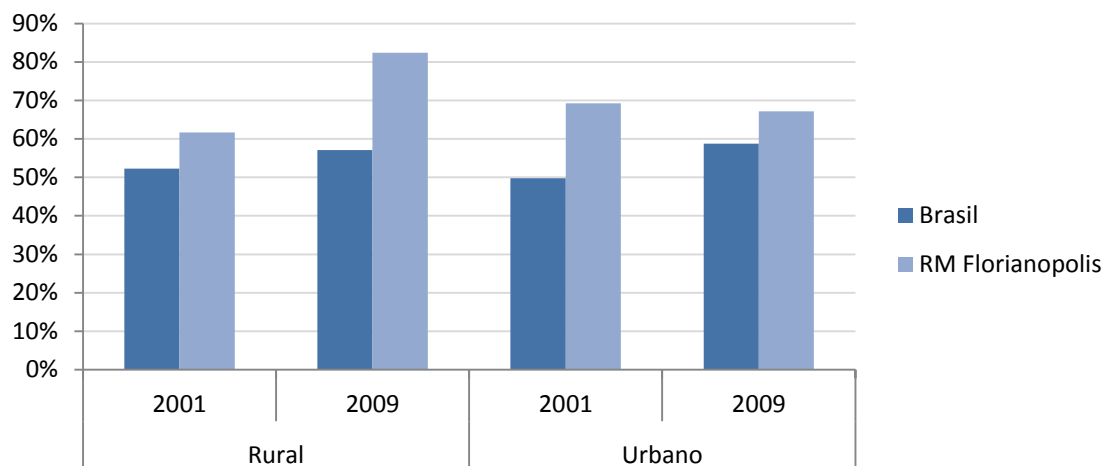
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

Observa-se que, enquanto o rendimento mensal domiciliar *per capita* do não-negro alcança o valor de R\$ 915,87, o do negro apresenta o valor de R\$ 552,50. Em termos reais, a menor diferença ocorre em 2004, no valor de R\$ 285,67, enquanto a maior diferença ocorre em 2009, no valor de R\$363,38. Em termos nominais, a menor diferença ocorre em 2004, no valor de R\$ 220,18, enquanto a maior diferença ocorre em 2009, no valor de R\$ 363,38.

Para analisar os impactos sociais derivados da situação econômica dos indivíduos segmentados por raças, fez-se necessário observar, primeiramente, aspectos classificatórios do rendimento médio de pessoas ocupadas, segundo gênero (sexos masculino e feminino) e localização (rural e urbano).

Optou-se, nesta análise, pela ênfase de utilização da razão do rendimento médio entre negros e não-negros, no sentido de captar a magnitude da desigualdade.

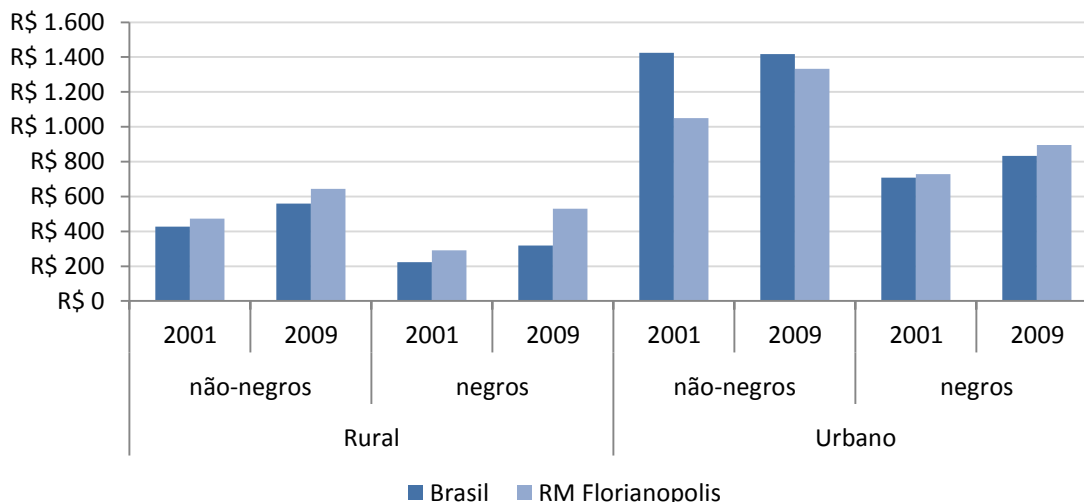
Gráfico 17 - Razão do rendimento médio (negros / não-negros) de pessoas ocupadas segmentados por meio rural e urbano



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2009

Com relação à localização (meio rural e urbano), observamos que, no Brasil, a desigualdade do rendimento médio entre negros e não-negros vem diminuindo, visto que a razão aumentou, em termos relativos, em cerca de 9,36%. Variação relativa positiva ocorre, também, para a Região Metropolitana de Florianópolis, que situou-se em 33,62%. Observa-se que no meio rural, para o período considerado, houve uma redução considerável na discrepância do rendimento médio entre negros e não-negros. No meio urbano, um crescimento da razão é observado apenas para o Brasil como um todo, no valor de 18,07%. Para a Região Metropolitana de Florianópolis, ocorre uma redução da razão em cerca de 3,02%, indicando que, neste período, a desigualdade de rendimento médio para pessoas ocupadas aumentou, considerando a segregação racial em questão.

Gráfico 18 - Rendimento médio em termos absolutos, para negros e não-negros, por meio rural e urbano

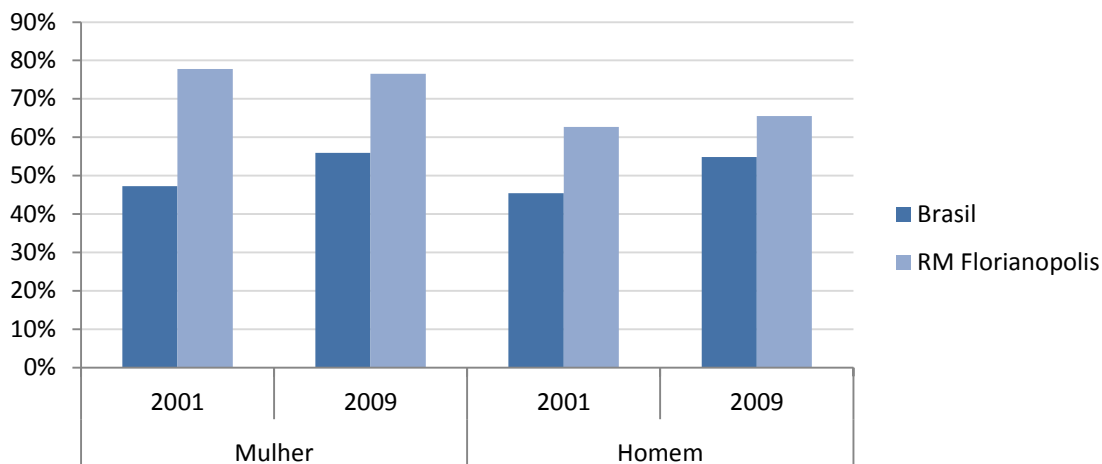


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

Em termos absolutos, observamos que o rendimento médio dos não-negros brasileiros, residentes no meio rural, cresceu de R\$ 426,44 para R\$ 558,94, enquanto que a dos negros foi de R\$ 222,72 para R\$ 319,26. Ainda para o meio rural, na Região Metropolitana de Florianópolis, observa-se que, para não-negros, o rendimento médio de 2001 era R\$ 473,08 e passou a ser R\$ 644,11 em 2009. Para os negros residentes na Região Metropolitana, o rendimento médio foi de R\$ 291,75 em 2001 para R\$ 530,82 em 2009.

Na área urbana observamos que os rendimentos médios são, em geral, mais altos. Os negros ganhavam mais em 2001 na área urbana do que os negros em 2009 na área rural, em termos nominais. Em 2001, não-negros brasileiros residentes em áreas urbanas obtiveram um rendimento médio de R\$ 1424,48, enquanto negros nessa mesma categoria auferiram um rendimento médio de R\$ 708,90. Em 2009, não-negros obtiveram uma redução em seu rendimento médio, para R\$ 1416,41. Em contrapartida, negros obtiveram um aumento de rendimento, para R\$ 832,32. Exceto para os não-negros no período de 2001 a 2009 que residiam em áreas urbanas, observamos que a Região Metropolitana em análise obtém, em média, rendimentos maiores. Nas localizações urbanas dessa região, para não-negros em 2001, o rendimento médio foi de R\$ 1050,31, enquanto que, para os negros, foi de R\$ 727,51. Já em 2009, ambos auferiram um aumento em seu rendimento médio, sendo que não-negros alcançaram o valor de R\$ 1332,30 e segmento dos negros atingiu um rendimento de R\$ 894,88.

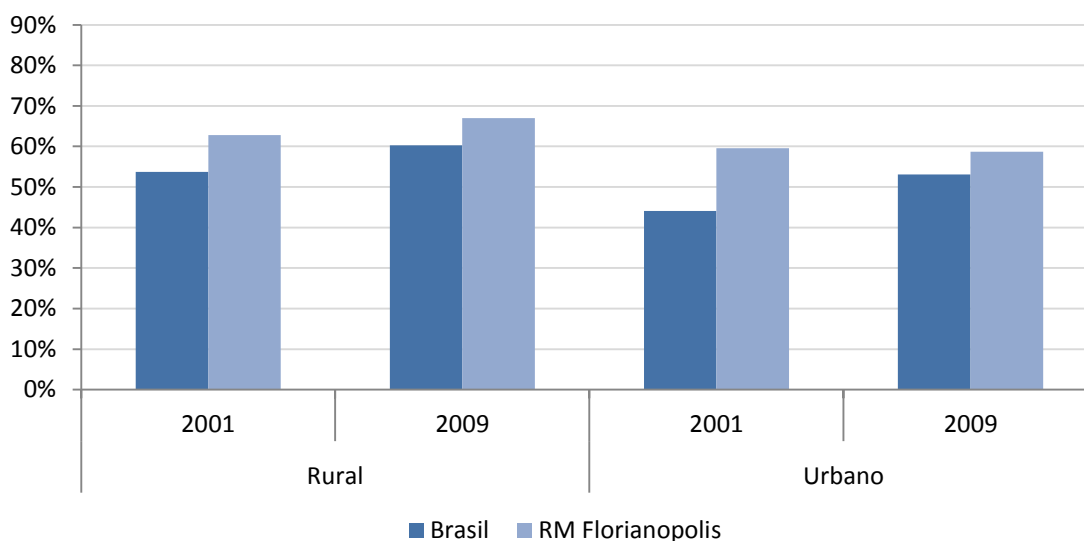
Gráfico 19 - Razão do rendimento médio (negros / não-negros) de pessoas ocupadas por sexo



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

Considerando os aspectos de gênero, para mulheres no Brasil foi observado um aumento relativo na razão de rendimento médio em torno de 18,35%. Ocorre uma redução da razão para a Região Metropolitana de Florianópolis para as mulheres no valor de 1,65%, ou seja, um aumento da desigualdade entre mulheres negras e não-negras no período. Para os homens a desigualdade expressa pela razão diminuiu, tanto no Brasil como na Região Metropolitana de Florianópolis. Na primeira região, ocorre um aumento de 20,71% enquanto que, para a segunda, um aumento de 4,41%.

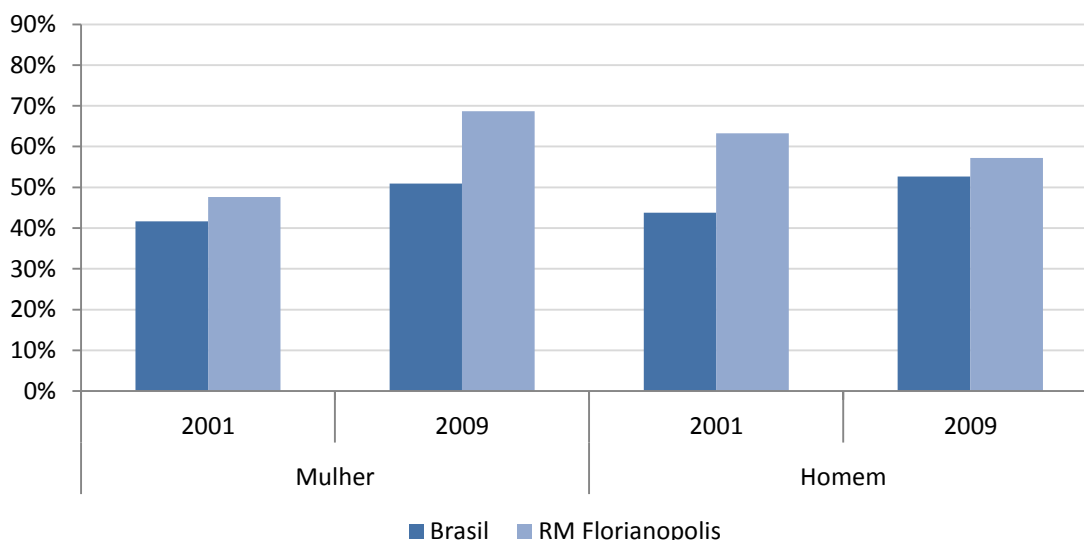
Gráfico 20 - Razão do rendimento médio familiar (negros / não-negros), por raça do chefe de família, para meio urbano e rural



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

Observa-se, a partir do gráfico acima, que no meio rural brasileiro a razão do rendimento aumentou, em termos relativos, cerca de 12,17%. Já no meio urbano brasileiro, o aumento percentual foi superior, de cerca de 20,33%. Para a Região Metropolitana de Florianópolis, há um aumento percentual de 6,70% no meio rural e uma redução de 1,47% no meio urbano. No período de 2001 a 2009, para a Região Metropolitana, a desigualdade racial passa por um crescimento, no que tange ao rendimento médio por raça do chefe de família.

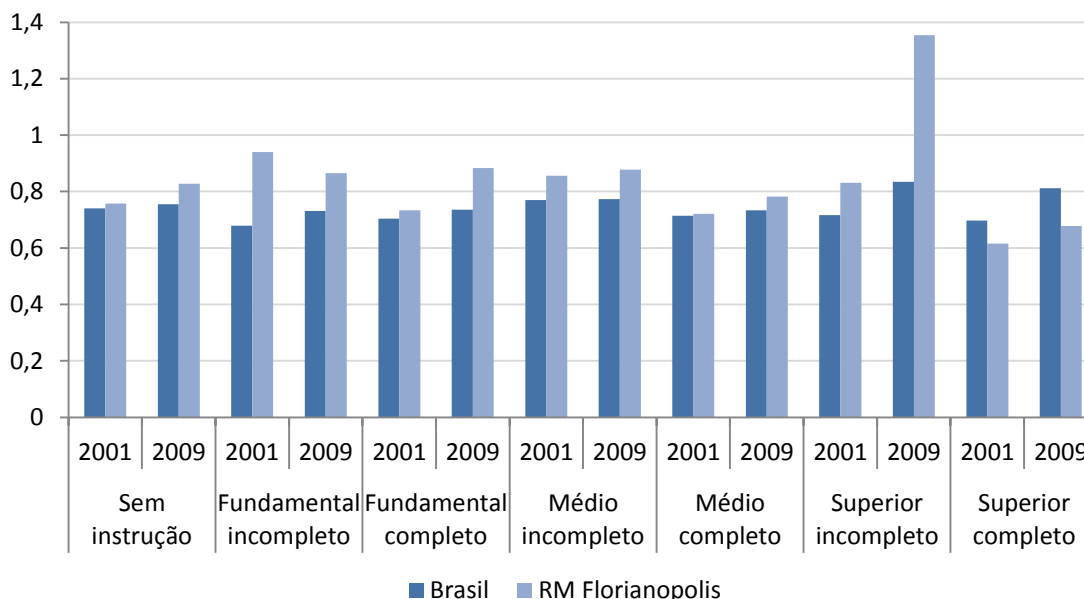
Gráfico 21 - Razão do rendimento médio familiar (negros / não-negros), por raça do chefe de família, classificado por sexo



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

De maneira análoga, define-se a razão do rendimento médio familiar entre negros e não-negros (por raça do chefe de família), segmentado por gênero. Entre as mulheres brasileiras, observa-se um crescimento de 22,23% na razão de rendimento médio. Entre os homens brasileiros este crescimento se mostra um pouco menor, cerca de 20,38%. Entretanto, a razão do rendimento médio para o Brasil é menos desigual para os homens (52,67%) do que para as mulheres (50,90%). Para elas, na Região Metropolitana de Florianópolis, observa-se um crescimento percentual da razão de rendimento elevado (cerca de 44,25%). Para os homens, na mesma região, houve uma redução dessa razão, mostrando que o nível de desigualdade aumentou no período.

Gráfico 22 - Razão do rendimento médio (negros / não-negros) de pessoas ocupadas, classificado por escolaridade



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

As desigualdades tendem a diminuir por meio de um aumento na razão do rendimento médio. No Brasil, isso ocorre para todos os níveis de escolaridade. Para a Região Metropolitana de Florianópolis, ocorre uma redução da razão de rendimento médio para o ensino fundamental incompleto. Observa-se que, para a parcela da população desprovida de instrução, há um crescimento da razão do rendimento médio entre negros e não-negros, sendo este mais expressivo na Região Metropolitana de Florianópolis (cerca de 9,33%) do que no Brasil (cerca de 1,99%).

Para os brasileiros que não concluíram o ensino fundamental observa-se um aumento relativo na razão de rendimento de 7,83%. Para os residentes na Região Metropolitana a situação ficou mais desigual para esta escolaridade, considerando uma redução relativa da razão da ordem de 7,99%. Para o segmento populacional que concluiu o ensino fundamental, foi observado que a desigualdade diminuiu, em maior proporção, para a Região Metropolitana de Florianópolis (cerca de 20,46%) do que no Brasil (cerca de 4,61%). Para aqueles que não completaram o ensino médio, o cenário se repete, sendo um aumento relativo de 2,50% para a Região Metropolitana e de 0,44% para o Brasil.

Para a categoria dos indivíduos que concluíram o ensino médio foi observado que a desigualdade diminuiu em proporção menor para o Brasil (cerca de 2,66%) do que para a região metropolitana de Florianópolis (cerca de 8,47%).

Observa-se maior crescimento relativo da razão do rendimento médio para a Região Metropolitana, entre todos os níveis de escolaridade, para aqueles que não concluíram o ensino superior, no valor de 62,89%. No Brasil, este percentual foi de apenas 16,44%. Vale ressaltar que, entre todas as

categorias de escolaridade, a única em que a razão de rendimento médio é maior do que uma unidade é a de ensino superior incompleto, para a Região Metropolitana, no valor de 1,3540. Para os indivíduos que concluíram o ensino superior, foi observado um crescimento da razão do rendimento médio no valor de 16,36% para o Brasil e de 9,96% para a Região Metropolitana.

Tabela 6 - Razão do rendimento médio (negros / não-negros) de pessoas ocupadas por posição na ocupação

Região	Brasil		RM Florianópolis	
	2001	2009	2001	2009
Empregado com carteira de trabalho assinada	60.07%	70.60%	75.81%	78.17%
Militar	66.79%	81.19%	0.00%	0.00%
Funcionário público estatutário	63.97%	70.18%	106.80%	56.88%
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	53.26%	62.29%	81.08%	88.37%
Trab. doméstico com carteira de trabalho assinada	91.72%	93.61%	92.23%	105.12%
Trab. doméstico sem carteira de trabalho assinada	82.47%	84.22%	94.36%	98.71%
Conta própria	47.82%	54.43%	61.41%	90.79%
Empregador	56.80%	61.98%	39.47%	62.43%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

Para o Brasil, observa-se que há um crescimento da razão do rendimento médio em todas as posições de ocupação, o que sugere uma diminuição na desigualdade entre raças no período. Os maiores incrementos na razão de rendimento médio, no caso do Brasil, foram nas áreas de ocupação militar (21,55%), empregado com carteira de trabalho assinada (17,53%) e outro empregado sem carteira de trabalho assinada (16,97%).

Na Região Metropolitana de Florianópolis houve um crescimento na razão do rendimento médio para todas as categorias, exceto na ocupação de funcionário público estatutário. Os maiores crescimentos da razão no rendimento médio foram nas categorias de ocupação de empregador (58,18%) e conta própria (47,84%). Para 2009, a única posição na ocupação onde o segmento dos negros obteve um rendimento médio igual ou maior do que o dos não-negros, na Região Metropolitana de Florianópolis, foi a de trabalho doméstico com carteira de trabalho assinada.

Com relação às medidas de desigualdade, se faz necessária a análise de índices que, por meio de sua metodologia, consigam captar a magnitude das diferenças de rendimento, tanto no aspecto familiar (*per capita*) como no contexto do trabalho. Duas medidas são utilizadas para tentar captar

estas desigualdades e sua evolução entre 2001 e 2009, quais sejam: o coeficiente de Gini e o índice de Entropia de Theil. Segue uma breve descrição da cada uma dessas metodologias, bem como a forma de análise dos resultados.

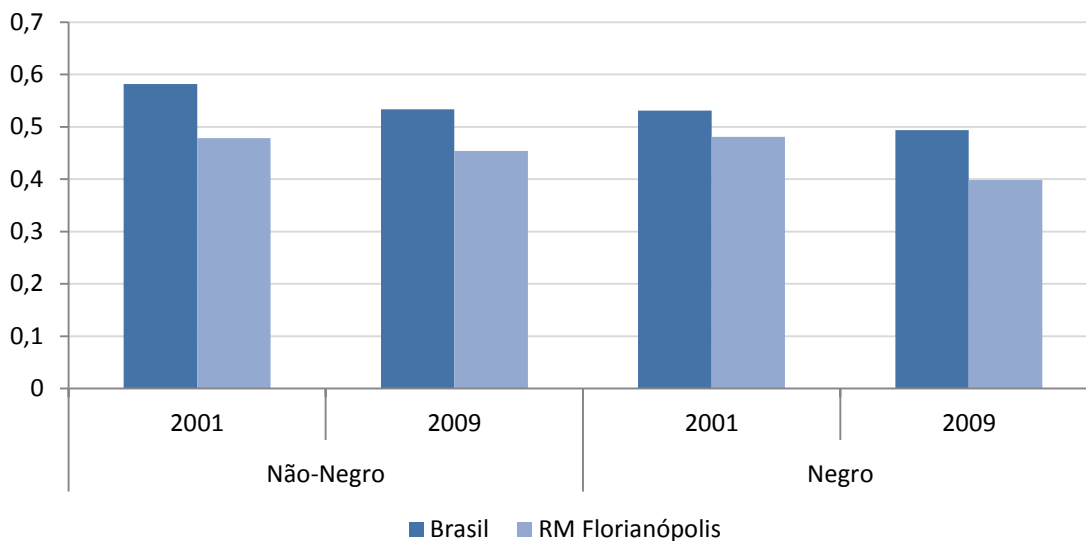
O coeficiente de Gini mensura a dispersão estatística, no sentido de captar as diferenças entre valores ao longo de uma distribuição de frequências. É definido, matematicamente, baseado na curva de Lorenz, utilizando a proporção da renda total da população no eixo das ordenadas e a população acumulada, segundo classificação da renda (em ordem crescente), no eixo das abscissas. O coeficiente de Gini pode ser pensado como a razão entre a área que se encontra entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz e a área total sob a linha de perfeita igualdade. Se a área entre a curva de Lorenz e a linha de perfeita igualdade é X, e a área sob a curva de Lorenz é Y, o coeficiente de Gini será $X / (X + Y)$. Como $X + Y$ resultam em 0,5, sendo a área de um triângulo retângulo de base e altura iguais a 1, o coeficiente de Gini será correspondente a duas vezes a área entre a curva de Lorenz e a linha de perfeita igualdade. De maneira análoga, o coeficiente de Gini pode ser escrito como uma unidade subtraída de duas vezes a área abaixo da curva de Lorenz. Considerando a curva de Lorenz como uma função genérica $F(x)$, o coeficiente de Gini pode ser calculado como:

$$G = 1 - 2 \int_0^1 F(x) dx$$

O coeficiente de Gini resulta em um valor entre 0 e 1, onde o valor 0 corresponde à uma situação de completa igualdade e, conforme este valor aumenta, a distribuição da renda vai se tornando cada vez mais desigual, até que atinja o valor 1, situação de completa desigualdade.

A partir dos dados do PNAD, observam-se os seguintes padrões de comportamento da desigualdade, para a renda familiar *per capita*, segmentando-se as informações por raça:

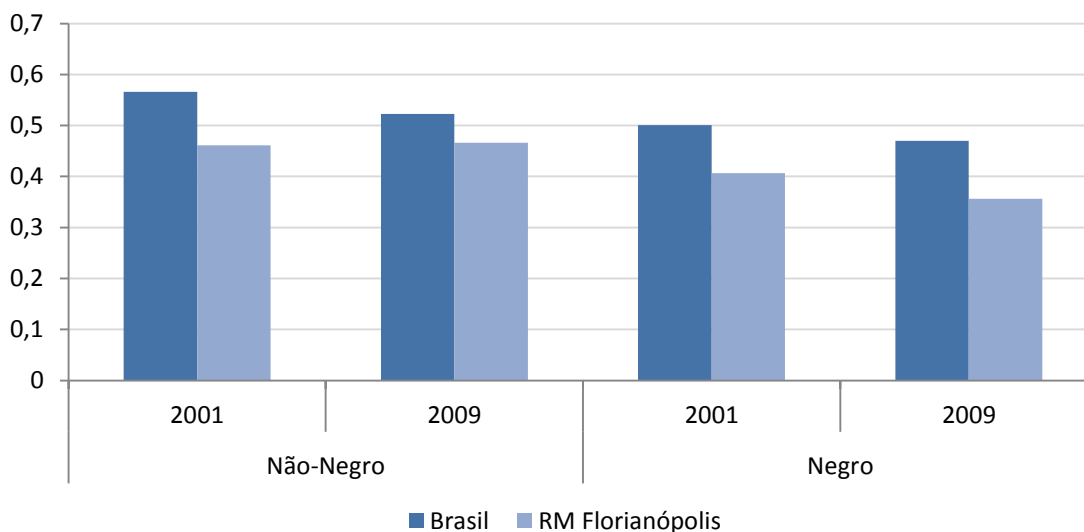
Gráfico 23 - Coeficientes de Gini para a renda familiar *per capita*, para negros e não-negros



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

Observa-se que o coeficiente de Gini diminuiu, de 2001 para 2009, tanto para negros como para não-negros, e para ambas as regiões em análise. Para o segmento racial dos não-negros no Brasil houve uma redução do coeficiente da ordem de 8,37%. Para a mesma classificação de raça, na Região Metropolitana de Florianópolis, houve uma redução da ordem de 5,10%. Em valores absolutos, o coeficiente de Gini para a Região Metropolitana de Florianópolis ($G = 0,453$) é menor do que no Brasil ($G = 0,533$) em 2009, o que indica uma menor desigualdade de rendimento familiar *per capita* entre não-negros para a primeira região. Para a classificação racial de negros, observou-se uma redução percentual relativa do coeficiente de Gini da ordem de 7,07% para o Brasil, enquanto que, para a Região Metropolitana de Florianópolis, observou-se uma redução de 17,22%. Comparativamente, no ano de 2009, a desigualdade de renda familiar *per capita* ocorre com maior intensidade entre não-negros, tanto no Brasil como na Região Metropolitana de Florianópolis, em termos da medida de desigualdade em questão.

Gráfico 24 - Coeficiente de Gini para a renda do trabalho, para negros e não-negros



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

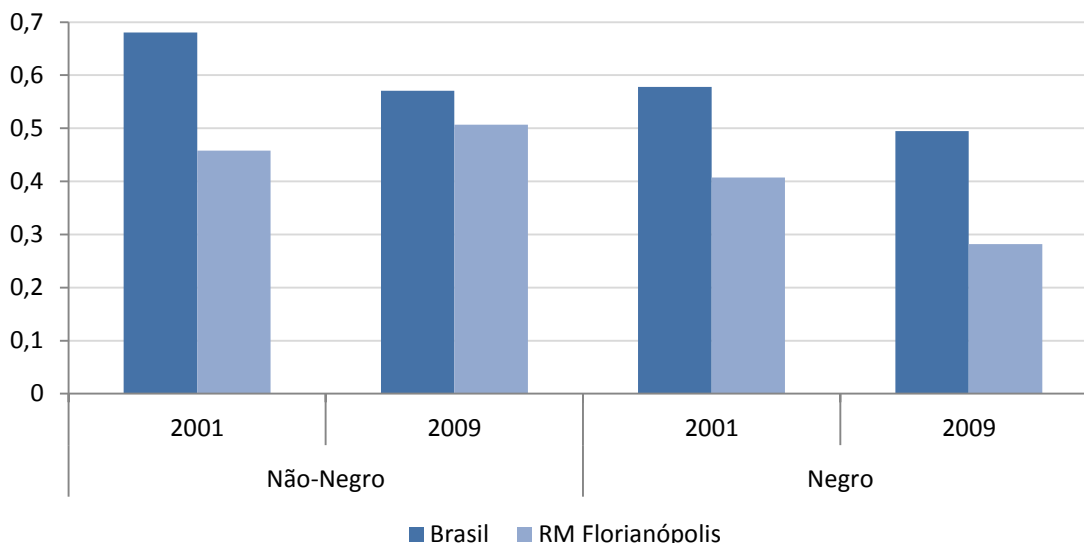
No período de 2001 a 2009, ocorre a redução do coeficiente de Gini para todos os segmentos raciais. Para não-negros, no Brasil, a redução relativa é da ordem de 7,60%. Para a Região Metropolitana de Florianópolis, a redução é de apenas 1,07%. No caso dos negros, no Brasil, ocorre uma queda relativa de 6,17% no coeficiente, enquanto que, no mesmo período, a redução é de 12,25% para a Região Metropolitana de Florianópolis. Para esta última região, observa-se que a segmentação racial dos negros apresenta menor coeficiente de Gini ($G = 0,356$) do que a dos não-negros ($0,466$), o que indica que as desigualdades de renda no trabalho são menores entre indivíduos do primeiro grupo. Considerando apenas a segmentação racial dos negros, no ano de 2009, observa-se que a desigualdade de renda no trabalho é maior no Brasil como um todo ($G = 0,470$), do que na Região Metropolitana de Florianópolis ($G = 0,356$).

O Índice de Entropia de Theil, também chamado de L de Theil, pode ser assim descrito:

$$L = \sum_{i=1}^n (1/n) \log \frac{(1/n)}{(y_i/Y)}$$

onde y_i é a renda do i – ésimo indivíduo, Y é a renda total da região e n é o número total de pessoas. Conforme o valor de L aumenta, maior a disparidade na distribuição da renda, uma vez que a desigualdade provém de uma maior concentração da renda.

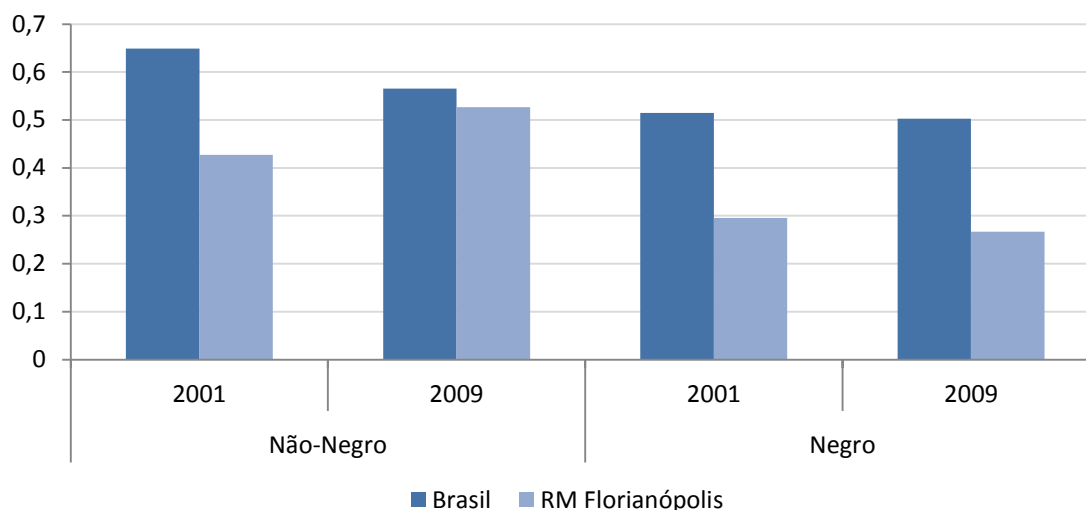
Gráfico 25 - Índice de Entropia de Theil para a renda familiar *per capita*, para negros e não-negros



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

Há uma redução do índice de Theil, tanto no Brasil como para a Região Metropolitana, para ambas as segmentações raciais, com exceção dos não-negros na Região Metropolitana de Florianópolis. No caso dos não-negros, para o Brasil, observa-se uma redução relativa da ordem de 16,17% no índice de Theil, de 2001 para 2009. Para o mesmo segmento racial, houve um incremento relativo de 10,66% no índice, o que indica um aumento da concentração de renda familiar *per capita* e, obviamente, uma maior desigualdade dentro da referida classe. Para a totalidade de negros brasileiros, houve uma redução relativa do coeficiente da ordem de 14,42%. Para a Região Metropolitana de Florianópolis, observou-se uma queda de 30,80%, indicando que a desigualdade de renda familiar *per capita* vem reduzindo com mais eficácia. Comparando a situação dos negros no Brasil ($L = 0,4944$) e na Região Metropolitana de Florianópolis ($L = 0,2816$), as desigualdades intra-segmento são menores para a segunda região. Apenas para a Região Metropolitana, a segmentação racial dos não-negros apresenta um índice de Theil maior ($L = 0,5264$) do que a dos negros ($L = 0,2671$), indicando que as desigualdades intra-segmento são consideravelmente menores entre negros.

Gráfico 26 - Índice de entropia de Theil para renda do trabalho, para negros e não-negros

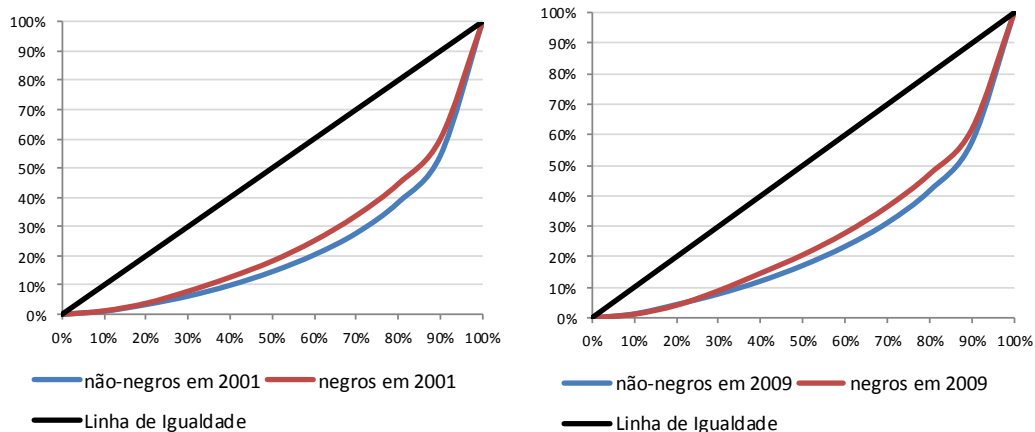


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

O Índice de Theil, para a renda do trabalho, segue um padrão de comportamento semelhante ao da renda familiar *per capita*, havendo aumento apenas para a segmentação racial dos não-negros na Região Metropolitana de Florianópolis. Para os não-negros brasileiros, observou-se uma redução do índice de Theil da ordem de 12,87%. Para negros brasileiros, esta redução cai para 2,32%. Para não-negros residentes na Região Metropolitana de Florianópolis, o aumento no índice foi de 23,28%, enquanto que, para os negros, houve redução de 9,58%. Comparando as segmentações raciais no ano de 2009, para a Região Metropolitana, observou-se que os negros apresentam menor valor do índice ($L = 0,2671$), do que os não-negros ($L = 0,5264$), o que indica que há menor desigualdade de renda no trabalho para os primeiros.

O coeficiente de Gini e o Índice de entropia de Theil estão definidos em valores absolutos, não demonstrando exatamente a magnitude da desigualdade de renda. Dessa forma, mostrou-se necessário definir a renda acumulada em termos do acúmulo da população, em ordem crescente de renda.

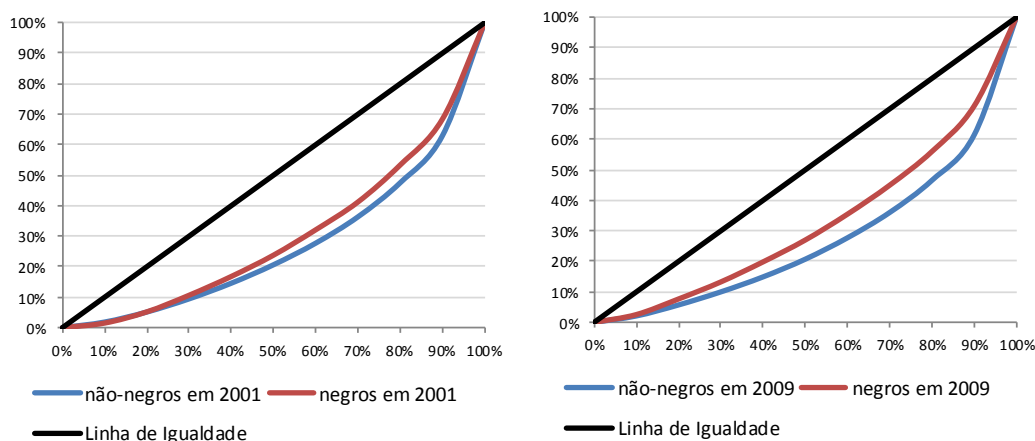
Gráficos 27 e 28 - Distribuição da renda do trabalho, para negros e não-negros, no Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

Para não-negros brasileiros, em 2001, observa-se que 90% da população detinha cerca de 54,34% da renda. Em 2009, este valor passou a ser 57,63%, ou seja, as desigualdades entre não-negros diminuíram no período. Para negros, em 2001, observamos que sua distribuição de renda é mais igualitária, sendo que 90% da população acumula cerca de 60,03% da renda. Houve uma pequena melhora na distribuição da renda para esta mesma distribuição da população em 2009, para cerca de 61,78%.

Gráficos 29 e 30 - Distribuição da renda do trabalho, para negros e não-negros, na Região Metropolitana de Florianópolis



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 à 2009

Para os não-negros residentes na Região Metropolitana de Florianópolis, observa-se uma distribuição mais igualitária da renda comparativamente ao Brasil para o decil de 90%, de cerca de 62,93%. Para os negros este valor é 68,38%. Ao longo do período de análise, observa-se um acréscimo na desigualdade de renda entre não-negros, passando a 61,42%. Para negros a desigualdade reduziu,

considerando um acréscimo no percentual de renda acumulado até o decil de 90% da população para 70,92%. Para não-negros brasileiros, a razão 90/10 passou de 10,67, em 2001, para 10 em 2009, indicando um intervalo recente menor para as faixas extremas de renda. Na Região Metropolitana, essa razão foi de 5,83 para 5,38 no período. Entre os negros brasileiros, a razão 90/10 foi de 9,12 para 8,33. Para negros residentes na Região Metropolitana, observamos um decréscimo de 9,75 para 3,75 no período.

Tabela 7 - Rendimento nominal mensal de pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, para a Região Metropolitana de Florianópolis

Ano	2000		2010		
	Raça	não-negros	negros	não-negros	negros
Até 1 salário mínimo		7.95%	11.60%	27.09%	42.92%
Mais de 1 a 2 salários mínimos		22.02%	32.16%	32.59%	33.77%
Mais de 2 a 5 salários mínimos		35.75%	39.46%	25.79%	16.76%
Mais de 5 a 10 salários mínimos		17.62%	11.07%	8.77%	3.26%
Mais de 10 salários mínimos		12.22%	4.45%	3.62%	1.04%
Sem rendimento		4.44%	1.26%	2.03%	2.19%
Sem declaração		0%	0%	0.12%	0.06%
Total		100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Fonte: Censos de 2000 e 2010

O segmento racial dos negros está disposto, em sua maioria, abaixo de 5 salários mínimos em 2000, com cerca de 83,22% da classe inserida nessa categoria. Em 2010, esse percentual aumenta para 93,45%. Entre os indivíduos que ganham menos de um salário mínimo, observa-se a preponderância de negros. Em 2000, 11,60% do total de negros recebiam até um salário mínimo, enquanto que, para não-negros, esse percentual era de 7,95%. Em 2010 essa disparidade aumenta considerando que 42,92% do total de negros recebiam até um salário mínimo enquanto, para não-negros, este percentual é de 27,09%.

A maior concentração em 2010 nas faixas de renda menores, especialmente até 1 salário mínimo, ocorre tanto para negros, quanto não-negros. Isso se deve ao ganho real ocorrido no salário mínimo nos últimos dez anos, que atingiu 81,74% em termos reais. Na comparação, no entanto, entre negros e não-negros, a proporção dessas distribuições e a concentração de indivíduos nas faixas que envolvem salários mais baixos atingiu mais os negros.

Pobreza e Indigência

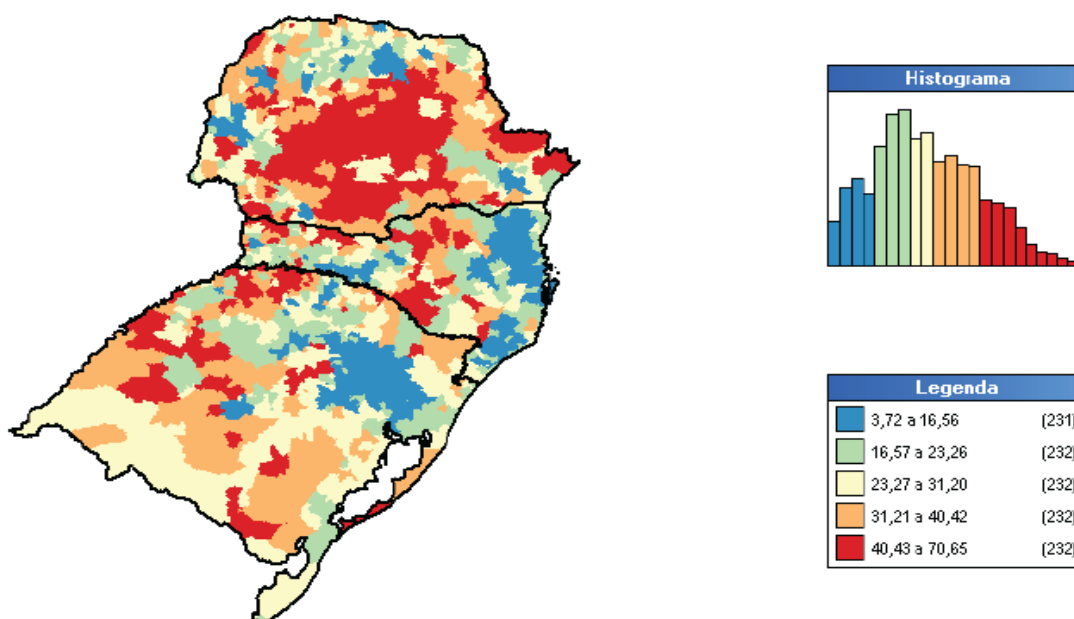
Histórico e Evolução

Um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio definido pela ONU é “Erradicar a extrema pobreza e a fome”. Apesar de existirem diferentes formas de mensurar a pobreza e a indigência, historicamente, no Brasil, a melhoria desses índices esteve associada a períodos de crescimento econômico.

Analisando as últimas três décadas do século XX são perceptíveis os níveis de avanço da redução da pobreza nos momentos de maior crescimento da economia brasileira. Na década de 1970, a proporção de pobres foi bastante reduzida em todo o Brasil, especialmente na região Sul, onde o indicador caiu de quase 70% para 32%. Acompanhando o crescimento econômico da década, o estado de Santa Catarina teve a proporção reduzida de 63% para 26%.

A década de 80, marcada por estagnação econômica e altos índices de inflação, presenciou um cenário de crescimento da pobreza no Brasil e em todas as suas regiões. Na região Sul, a proporção de pobres subiu quase 15,5% ao longo desse período. Com a estabilização da economia e as políticas sociais adotadas na década de 1990, a proporção de pobres caiu de cerca de 31% para 20,5% na região Sul. É válido ressaltar que o estado de Santa Catarina e a Região Metropolitana de Florianópolis apresentam resultados positivos de destaque com relação à pobreza, se comparado ao restante do Brasil e da região Sul.

Figura 1 - Proporção de pobres com renda per capita abaixo de meio salário mínimo (em 2000)



Fonte: Relatório PNUD Brasil, emitido pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O impacto do gasto público na pobreza

Em relatório emitido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), denominado “Coleção de Estudos Regionais sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, avaliou-se a relação entre os gastos públicos em cada estado da região Sul na década de 90 e o desempenho da pobreza. Tal avaliação busca mensurar o impacto do gasto público total, gasto com educação e cultura, com saúde e saneamento, principalmente na redução da proporção de pobres. Além dessas avaliações, busca-se relacionar também com o total de beneficiados do sistema de previdência social, como uma *proxy* dos programas de transferência de renda.

Para o gasto público total, durante toda a década de 90, houve crescimento absoluto e relativo (em percentual do PIB) concomitantemente à queda da pobreza. De 1992 a 2001, encontrou-se uma correlação negativa de 0,43 para o estado de Santa Catarina. A despesa com educação e cultura reduziu seu valor em relação ao PIB, apesar de ter aumentado em valor absoluto. A correlação encontrada com a proporção de pobres foi a mais alta, estando negativa em 0,95 para o estado em questão. A correlação dos gastos públicos em saúde e saneamento com a variável em estudo foi de 0,90. Por fim, não foi observada relação significativa entre pobreza e número de beneficiados da previdência social.

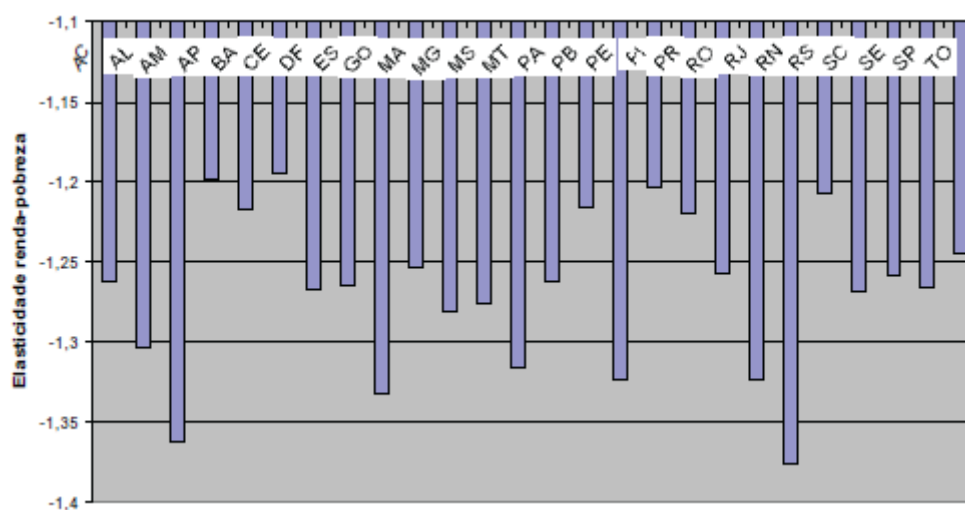
Estudos de comportamento histórico como esse têm relevância para auxiliar na definição de qual área investir ao pensar em políticas públicas voltadas para a pobreza. Apesar dos gastos em todas as áreas serem importantes, tem-se que ações em educação possuem maior impacto na melhoria do desempenho dos indicadores de pobreza.

Relação entre crescimento, desigualdade e pobreza

Ainda no relatório que avalia o desempenho da região Sul com relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, foram gerados modelos estatísticos de regressão com o objetivo de determinar a elasticidade da pobreza em relação ao crescimento. Como variáveis representativas do crescimento, os modelos foram elaborados segundo a variação do PIB e variação da renda domiciliar média. Como variável dependente, tem-se o percentual de pobres ou indigentes para determinado estado.

Nos diversos modelos apresentados, foram observados diferentes graus de correlação, alguns deles mais elásticos e outros inelásticos, a depender do período, da região em estudo e da variável utilizada para representar o crescimento. O que todos têm em comum é a relação negativa, demonstrando que em um cenário de crescimento da economia a proporção de pobres ou indigentes tende a ser reduzida com maior ou menor intensidade.

Figura 2 - Elasticidade da pobreza em relação ao crescimento por estado



Fonte: Relatório PNUD Brasil, emitido pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Outro teste realizado foi a verificação do impacto da desigualdade na relação entre crescimento e pobreza, ou seja, verificar se uma maior desigualdade de renda reduz o impacto do crescimento na diminuição da pobreza. Utilizando o coeficiente de Gini como variável da desigualdade, foi verificado que menores valores deste estão vinculados a uma elasticidade maior entre pobreza e crescimento. Tal fato mostra que o crescimento econômico é mais efetivo para o combate à pobreza em locais com melhor distribuição de renda.

Análise dos Indicadores

Para estimar o tamanho da pobreza é necessário definir inicialmente a linha de pobreza a ser considerada de tal modo que sejam considerados pobres aqueles que possuem renda familiar *per capita* abaixo desta linha. Por sua vez, para definir o tamanho da indigência considera-se uma linha de indigência que é naturalmente a metade da linha de pobreza. Dessa forma, pode-se pensar em linhas de pobreza e indigência absoluta (um valor fixo) ou uma linha de pobreza e indigência relativa (um valor relativo a algum parâmetro da distribuição de renda).¹

Contudo, não há consenso de qual deva ser a linha de pobreza. Por exemplo, o Banco Mundial, em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990, estabeleceu que a linha de indigência absoluta é de US\$ 1 por dia por pessoa e de US\$ 2 por dia por pessoa para a linha de pobreza absoluta. No Brasil, inicialmente adotaram-se critérios com base no salário mínimo: $\frac{1}{2}$ salário mínimo familiar mensal para linha de pobreza e $\frac{1}{4}$ de salário mínimo para a linha de indigência. Contudo, verificou-se rapidamente que uma linha de pobreza comum para todas as unidades da federação não é algo apropriado dado o grande diferencial do padrão de consumo.

¹ Exemplo: considerar a linha de pobreza seja 25% da mediana da distribuição de renda.

Outra forma de construir uma linha de indigência é calcular o valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar que forneça um valor nutricional mínimo para uma pessoa durante um período de um mês. Já uma linha de pobreza deveria também adicionar a esta cesta alimentar o valor mínimo para satisfazer outras necessidades básicas (habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, etc). Neste sentido, é possível construir linhas de pobreza que sejam adequadas ao padrão de consumo local, sem referência ao salário mínimo, de modo que as pessoas serão pobres pelo mesmo parâmetro: a capacidade de consumo.

A partir das Pesquisas de Orçamento Familiar (POF), Rocha (1997, 2006)² construiu linhas de pobreza e indigência para as regiões, unidades da federação, regiões metropolitanas e local de residência (urbano ou rural). Com isso, pode-se estabelecer linhas de pobreza e indigência que consideravam as discrepâncias significativas das estruturas de consumo e de preços ao consumidor dentro do país. A Tabela 8 destaca os valores da linha de pobreza para os anos de 2001 e 2009. Deve-se ficar claro que os valores da linha de pobreza e indigência para a Região Metropolitana é maior que do urbano, que por sua vez também é maior que da zona rural.

Ressalta-se que para este trabalho, considerou-se o valor da linha de pobreza da região Sul para representar a Região Metropolitana de Florianópolis, uma vez que na POF não há a definição dessa área. Ademais, adotou-se o critério de trazer a renda familiar per capita de 2001 a valores reais de 2009 usando o mesmo índice de preços para a construção das linhas de pobreza (ou seja, R\$ de 2001 / 0,54406 = Valores reais de 2009).

²Rocha, Sônia (1997). Do Consumo Observado à Linha de Pobreza. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.27 (2), agosto de 1997.

Rocha, Sonia (2006). Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.

Tabela 8 - Valores da linha de pobreza e indigência

Valores da Linha de Pobreza e Indigência para 2001 e 2009								
Regiões e Estados	Linha de Pobreza				Linha de Indigência			
	set. / 2001		set. / 2009		set. / 2001		set. / 2009	
	em R\$	% SM	em R\$	% SM	em R\$	% SM	em R\$	% SM
Norte								
Belém	103.65	0.58	190.36	0.41	32.79	0.18	65.89	0.14
Urbano	90.35	0.50	165.93	0.36	32.27	0.18	64.86	0.14
Rural			83.24	0.18			42.81	0.09
Nordeste								
Fortaleza	100.60	0.56	177.73	0.38	35.11	0.20	61.53	0.13
Recife	146.12	0.81	264.81	0.57	45.50	0.25	79.28	0.17
Salvador	132.95	0.74	235.67	0.51	43.85	0.24	74.67	0.16
Urbano	89.30	0.50	159.52	0.34	31.29	0.17	54.17	0.12
Rural	53.86	0.30	96.22	0.21	27.18	0.15	47.06	0.10
M.G./E.S.								
Belo Horizonte	126.10	0.70	231.92	0.50	36.52	0.20	66.88	0.14
Urbano	84.78	0.47	155.92	0.34	31.48	0.17	57.65	0.12
Rural	50.19	0.28	92.30	0.20	25.25	0.14	46.25	0.10
Rio de Janeiro								
Metrópole	150.80	0.84	265.65	0.57	48.68	0.27	83.05	0.18
Urbano	93.82	0.52	165.29	0.36	35.33	0.20	60.29	0.13
Rural	68.49	0.38	120.66	0.26	27.91	0.16	47.62	0.10
São Paulo								
Metrópole	188.04	1.04	316.39	0.68	47.99	0.27	86.35	0.19
Urbano	120.16	0.67	202.17	0.43	39.17	0.22	70.47	0.15
Rural	75.59	0.42	127.19	0.27	30.80	0.17	55.42	0.12
Sul								
Curitiba	124.13	0.69	205.34	0.44	34.77	0.19	60.78	0.13
Porto Alegre	96.20	0.53	168.51	0.36	38.00	0.21	67.07	0.14
Urbano	82.73	0.46	140.38	0.30	32.92	0.18	57.84	0.12
Rural	55.78	0.31	94.64	0.20	25.97	0.14	45.62	0.10
Centro-Oeste								
Brasília	171.44	0.95	308.12	0.66	37.89	0.21	70.03	0.15
Goiânia	159.64	0.89	289.07	0.62	37.12	0.18	69.45	0.15
Urbano	121.55	0.68	220.10	0.47	32.31	0.18	60.44	0.13
Rural	69.81	0.39	126.41	0.27	24.32	0.14	45.50	0.10

Fonte: Elaboração de Sonia Rocha com base na POF ("Do Consumo Observado à Linha de Pobreza", in Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.27 (2), agosto de 1997.

Nota: Salário Mínimo de 2001 = R\$180,00 ; Salário Mínimo de 2009 = R\$ 465,00

Uma vez definida a linha de pobreza, pode-se construir indicadores que mensuram a pobreza e indigência. Os indicadores mais usados são os construídos por Foster, Greer & Thorbecke (1984)³ que ficaram conhecidos como família FGT(α). Neste caso, FGT(0) representa a proporção de pobres, ou seja, o percentual de pessoas que possuem renda familiar *per capita* abaixo da linha de pobreza (indigência). O indicador FGT(1) representa o hiato de pobreza, ou seja, a proporção de pessoas em

³Foster, James; Joel Greer and Erik Thorbecke (1984). A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*. 2 81: 761–766.

famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza ponderando pela distância relativa à linha de pobreza. Neste sentido, o indicador FGT(1) representa a distância média dos pobres em relação à linha de pobreza. Comparativamente, o FGT(0) mensura a proporção de pobres dando peso igual para todos os pobres, enquanto o FGT(1) pondera relativamente mais os pobres que estão mais distantes da linha de pobreza (indigência). Já o indicador FGT(2), chamado de hiato quadrático da pobreza, considera a proporção de pessoas em famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza (indigência) ponderando pela distância quadrática relativa à linha de pobreza. É também conhecido como severidade (intensidade) da pobreza absoluta.

Naturalmente quando as pessoas se questionam sobre o tamanho da pobreza estão preocupadas com o FGT(0), ou seja, interessados em saber quantos pobres existem em relação ao total da população. Contudo, em se tratando de política pública, este indicador não é o mais adequado. Se a meta é reduzir a pobreza pode-se perfeitamente transferir um valor monetário fixo para aqueles que estão mais próximos da linha de pobreza e assim cumprir a meta com o menor custo possível. O resultado será menor proporção de pobres, mas a pobreza resultante será mais profunda, uma vez que restam pessoas pobres mais longe da linha de pobreza. Assim, o ideal seria atribuir metas também para FGT(1) e FGT(2) de modo que a política pública visasse atender a todos os pobres e com ênfase naqueles que estão mais longes da linha de pobreza (indigência).

Neste trabalho calculamos os indicadores FGT(0), FGT(1) e FGT(2) para Brasil, regiões, unidades da federal e regiões metropolitanas para as PNAD/IBGE de 2001 e 2009 (Tabela 9). Os resultados apontam que a pobreza na Região Metropolitana de Florianópolis já era a menor dentre as regiões metropolitanas brasileiras em 2009 e ainda apresentou a maior queda em termos percentuais. Em 2001 a proporção de pobres na Região Metropolitana de Florianópolis era 10,78%, atingindo 3,96% em 2009. Ademais, a região Sul é que possui a menor proporção de pobres, destacando o estado de Santa Catarina entre os demais. Neste período a queda média na pobreza no Brasil foi de 35% (de 33,6 para 21,8 entre 2001 e 2009), enquanto que a queda da pobreza na Região Metropolitana de Florianópolis foi de 63,2%, o mesmo para o estado de Santa Catarina.

Os indicadores de proporção de indigentes (FGT(0)) da Região Metropolitana de Florianópolis e do estado de Santa Catarina também são os menores do país. Contudo, o desempenho na redução da indigência no período de 2001 a 2009 ficou abaixo da média brasileira (42,5% para Brasil contra 31,1% para Santa Catarina e 30,4% para Região Metropolitana de Florianópolis).

Considerando a situação para diferenças por raça, dentre os negros a proporção de pobres é sempre superior a dos não-negros. Em 2009 para o Brasil, a proporção de pobres entre os negros foi de 28,53% e de 14,74% para não-negros, quase o dobro. Para a Região Metropolitana de Florianópolis as proporções foram de 10,83% contra 2,84% para negros e não-negros, respectivamente, isto é, uma diferença muito maior. Contudo, comparando o desempenho de queda da pobreza no período de 2001 e 2009, o desempenho percentual foi semelhante àquele observado no Brasil como um todo.

No caso da indigência, a proporção entre os negros na Região Metropolitana de Florianópolis foi de 3,91% contra 1,37% entre os não-negros, em 2009. Destaque para o desempenho entre 2001 e 2009 relativamente muito mais relevante entre os negros que obtiveram uma queda no indicador de proporção de indigentes em 66,5%, enquanto que o indicador para não-negros caiu 24,9%.

Considerando os indicadores FGT(1) e FGT(2), hiato de pobreza e severidade da pobreza, respectivamente, os resultados se assemelham, novamente com o destaque para os menores indicadores da Região Metropolitana de Florianópolis, sendo maior entre os negros. Contudo, o desempenho relativo entre 2001 e 2009 foi superior para os negros nos dois indicadores. Isto aponta que a pobreza e indigência é mais severa (intensa) entre os negros, mas também que a redução da severidade foi mais acentuada para este grupo no período.

Tabela 9 - Medidas de pobreza e indigência para negros e não-negros

	FGT(0) = Proporção de Pobres		Indigência		FGT(1) = Hiato de pobreza		Indigência		FGT(2) = Hiato Quadrático		Indigência	
	Pobreza	Indigência	Pobreza	Indigência	Pobreza	Indigência	Pobreza	Indigência	Pobreza	Indigência	Pobreza	Indigência
	Negro	Não-Negro	Negro	Não-Negro	Negro	Não-Negro	Negro	Não-Negro	Negro	Não-Negro	Negro	Não-Negro
231	0,459	0,057	0,131	0,102	0,218	0,036	0,072	0,066	0,140	0,031	0,056	0,056
081	0,275	0,017	0,092	0,030	0,125	0,014	0,049	0,020	0,081	0,013	0,041	0,041
143	0,286	0,059	0,131	0,038	0,086	0,037	0,093	0,025	0,055	0,021	0,045	0,045
091	0,348	0,018	0,117	0,034	0,156	0,015	0,065	0,021	0,103	0,014	0,055	0,055
147	0,285	0,033	0,070	0,060	0,122	0,022	0,039	0,038	0,075	0,019	0,030	0,030
026	0,094	0,012	0,036	0,014	0,045	0,009	0,029	0,011	0,035	0,009	0,026	0,026
028	0,108	0,014	0,039	0,015	0,051	0,010	0,030	0,012	0,037	0,009	0,026	0,026
063	0,134	0,028	0,057	0,020	0,038	0,020	0,038	0,015	0,026	0,014	0,022	0,022

Indigência de Sonia Rocha com base na POF ("Do Consumo Observado à linha de Pobreza", in Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.27 (2), agosto de pessoas em famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza = incidência de pobreza absoluta; FGT(1) = Hiato de pobreza = Proporção de renda per capita abaixo da linha de pobreza ponderando pela distância relativa à linha de pobreza = distância média dos pobres em relação à linha de quadrático = Proporção de pessoas em famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza ponderando pela distância quadrática relativa à linha de profundidade) da pobreza absoluta.

Uma vez mensurada o tamanho da pobreza e identificado quem são os pobres é possível construir a distribuição da pobreza e indigência. Ou seja, dentre os pobres quantos são os negros? A Tabela 10 apresenta o resultado.

De maneira geral, o resultado aponta que a proporção de negros entre os pobres é maior que a proporção de negros na população como um todo. Este pode ser um resultado direto de atributos objetivos (dotação), segmentação ou discriminação. Em outra seção tentaremos responder esta questão.

Contudo, seja qual for o motivo, uma vez que a renda média dos negros é inferior à dos não-negros é natural que a proporção de negros seja maior entre os pobres e indigentes. Para o Brasil a proporção de negros entre os pobres é de 62,99% e de 66,08% entre os indigentes, em 2001, e de 67,08% e 68,92% em 2009, respectivamente. Tais percentuais aumentaram no período de 2001 e 2009 mesmo sabendo que a proporção de pobres e indigentes tenha diminuído neste período. Já existem estudos, como a “Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça” (PCERP), realizada pelo IBGE em 2008, que tratam a questão como sendo atribuído a uma maior identificação de raça/cor nos últimos anos, uma vez que a resposta nas pesquisas é para auto-identificação. A despeito deste fato, a proporção de negros entre pobres e indigentes é sempre maior que a média da região. Para a Região Metropolitana de Florianópolis, a proporção de negros na população passou de 6,62% em 2001 para 14,02% em 2009, enquanto que a proporção de negros entre os pobres passou de 21,5% para 38,3%, e de indigentes ficou estabilidade em torno de 31%.

Tabela 10 - Proporção de negros entre pobres e indigentes

Ano	Regiões	Proporção de Negros (total)	Proporção de Negros entre os Pobres	Proporção de Negros entre os Indigentes
2001	Brasil	0,4598	0,6299	0,6608
	SC	0,074	0,2156	0,3037
	Sul	0,1552	0,2691	0,314
	RM Flor.	0,0662	0,2156	0,3136
2009	Brasil	0,5099	0,6708	0,6892
	SC	0,1403	0,3775	0,3228
	Sul	0,2093	0,3631	0,3362
	RM Flor.	0,1403	0,383	0,3171

Fonte: PNAD's 2001 e 2009

Considerações Finais

A partir de todas as descrições apresentadas, observa-se que os negros, para quase todas as classificações, possuem rendimento médio menor do que os não-negros. A média da diferença entre o rendimento mensal *per capita* de negros e não-negros é de R\$ 324,65, e não diminui, de forma relevante, ao longo do período de análise. Na Região Metropolitana de Florianópolis, de 2001 para 2009, a razão de rendimento médio entre negros e não-negros foi de 61,67% para 82,41% no meio rural e de 69,26% para 67,17% no meio urbano. Classificando por gênero, a razão do rendimento médio para mulheres foi de 77,83% para 76,54%, e para homens foi de 62,73% para 65,51%. Para nenhuma das classes de ocupação apresentadas, observou-se negros com rendimento médio igualitário à de não-negros, exceto funcionários públicos estatutários em 2001 e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada em 2009. No ano de 2001, a média da razão do rendimento médio para todos os níveis de escolaridade é de 77,93%. No ano de 2009 esse valor sobe para 89,53%. Entretanto, essa média é enviesada pela razão do rendimento médio obtido para a parcela da população com ensino superior completo. Existe uma proporção maior de negros em condições de indigência e pobreza, na Região Metropolitana de Florianópolis, do que não-negros nesta mesma posição, no ano de 2010.

Tabela 11 - Classes de Rendimento nominal mensal abaixo de 1 salário mínimo, segmentado por raça, para a Região Metropolitana de Florianópolis

Raça	Não-negro	Negro
Até 1/8 de salário mínimo	0,18%	0,41%
Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	0,86%	2,42%
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	5,38%	11,02%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	20,68%	29,07%

Fonte: Censo de 2010

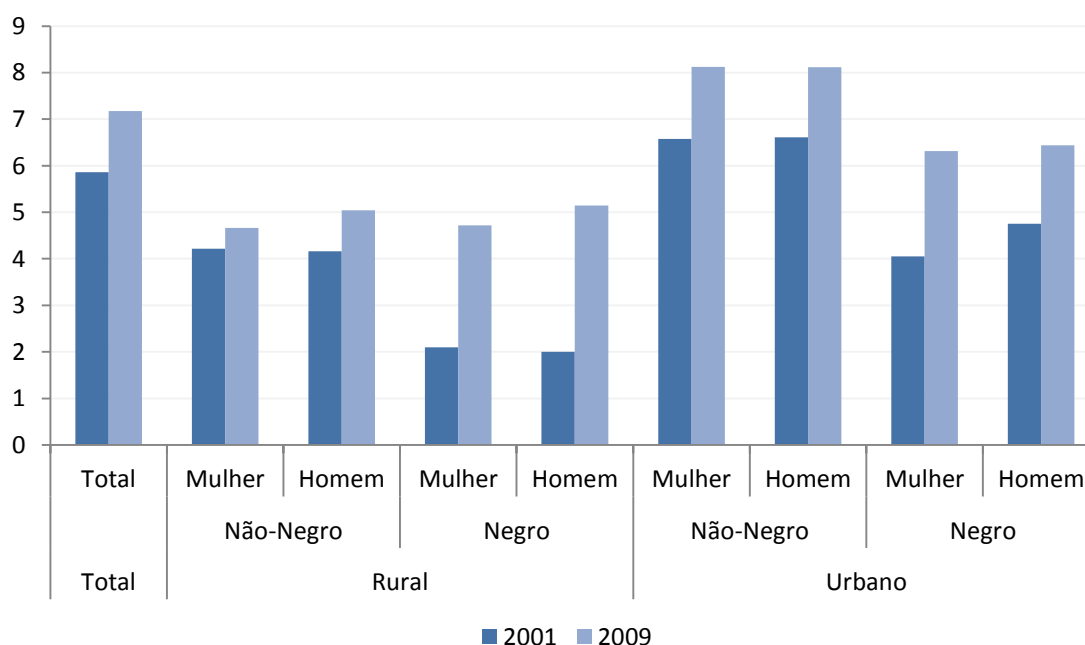
Abordando outra perspectiva da desigualdade, negros que ocupam as mesmas posições que não-negros auferem um rendimento médio, em quase todas as ocorrências, inferior. Considerando estes resultados, a desigualdade é evidenciada sob a perspectiva econômica e, assim, políticas governamentais efetivas seriam desejáveis, de modo a atenuar ou eliminar o efeito da desigualdade ou da segmentação racial ao longo dos próximos anos.

Educação

Anos de estudo

A PNAD considera as pessoas acima de 25 anos de idade como base para calcular a média de anos de estudo. Com estes dados, pode-se observar, com o auxílio do gráfico abaixo, referente à Região Metropolitana de Florianópolis, que, em todos os segmentos analisados, houve um aumento na média de anos de estudo de 2001 para 2009.

Gráfico 31 - Média de Anos de Estudo para pessoas acima de 25 anos na Região Metropolitana de Florianópolis



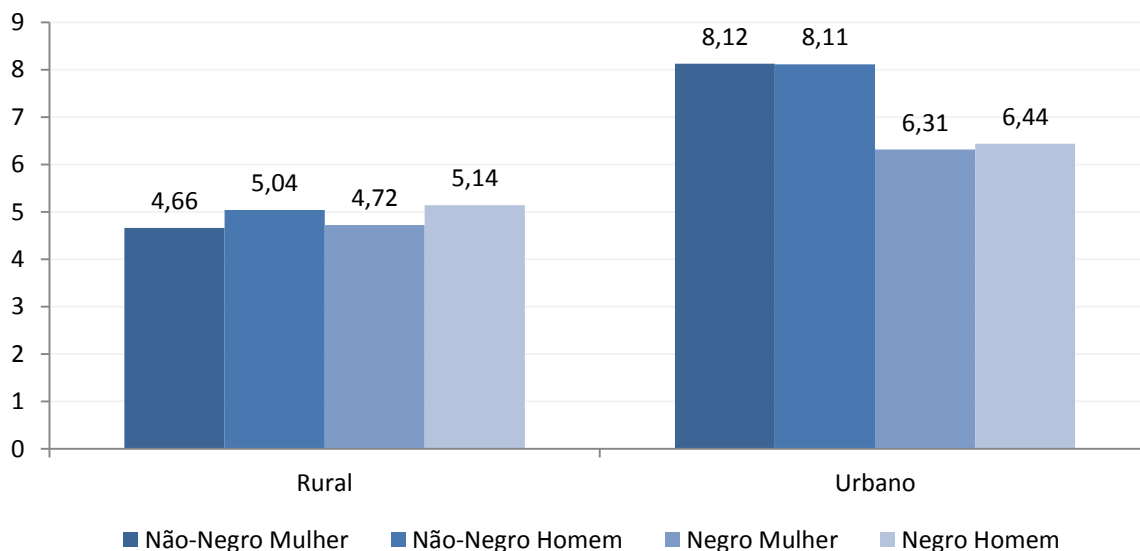
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2009

É possível inferir, a partir da tabela e do gráfico abaixo, que o aumento de anos de estudo para os negros foi proporcionalmente maior do que para os não-negros, com destaque para a zona rural. Para os negros da zona rural, este aumento foi de 125% e 157% para as mulheres e homens, respectivamente, enquanto que tal variação para os não-negros da zona rural foi de apenas 11% para as mulheres e 21% para os homens.

Devido a este crescimento expressivo em 2009 observa-se que, na zona rural, a média de anos de estudo para pessoas acima de 25 anos era um pouco maior para os negros, sendo este um dos poucos dados que apresentam uma melhor condição dos negros em relação aos não-negros no que diz respeito à educação. No caso da zona urbana, os não-negros apresentam maior média de anos

de estudo que os negros, mas tal diferença tende a diminuir nos próximos anos, com base na evolução dos dados de 2001 para 2009, uma vez que, neste período, a média dos negros cresceu mais do que a dos não-negros.

Gráfico 32 - Média de anos de estudo para pessoas acima de 25 anos na Região Metropolitana de Florianópolis em 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009

Tabela 12 - Média de Anos de Estudo para pessoas acima de 25 anos na Região Metropolitana de Florianópolis

	Total	Rural				Urbano			
		Não-Negro		Negro		Não-Negro		Negro	
		Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
2001	5,86	4,22	4,16	2,10	2,00	6,57	6,61	4,05	4,76
2009	7,18	4,66	5,04	4,72	5,14	8,12	8,11	6,31	6,44
Variação	22%	11%	21%	125%	157%	24%	23%	56%	35%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2009

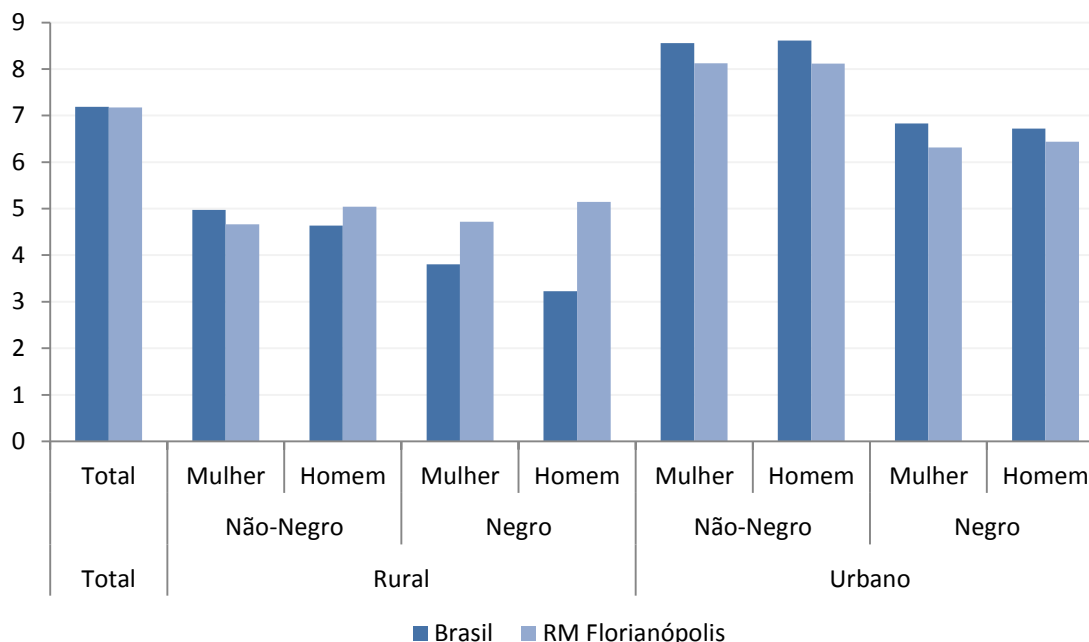
Com o auxílio do gráfico abaixo, de média de anos de estudo para pessoas acima de 25 anos em 2009, é possível verificar que, de forma geral, na zona rural, a Região Metropolitana de Florianópolis possui uma média de anos de estudo maior em comparação com o Brasil. Isto só não se verifica no caso dos não-negros do sexo feminino. Por outro lado, na zona urbana, a Região Metropolitana de Florianópolis perde para o Brasil na média de anos de estudo em todos os segmentos. Ao se considerar a população como um todo, rural e urbana, negros e não-negros, averígua-se que a Região Metropolitana de Florianópolis possui aproximadamente a mesma média de anos de estudo que o Brasil para pessoas acima de 25 anos (7,18 anos).

Tabela 13 - Média de Anos de Estudo para pessoas acima de 25 anos em 2009

	Total	Rural				Urbano			
		Não-Negro		Negro		Não-Negro		Negro	
		Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Brasil	7,18	4,97	4,64	3,80	3,22	8,56	8,61	6,83	6,72
RM Florianópolis	7,18	4,66	5,04	4,72	5,14	8,12	8,11	6,31	6,44

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009

Gráfico 33 - Média de Anos de Estudo para pessoas acima de 25 anos em 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009

Analfabetismo

Com os dados dos censos de 2000 e 2010 foi possível verificar a estrutura dos índices de analfabetismo para negros e não-negros, em quatro abrangências territoriais: Brasil, Região Sul, Santa Catarina e Região Metropolitana de Florianópolis.

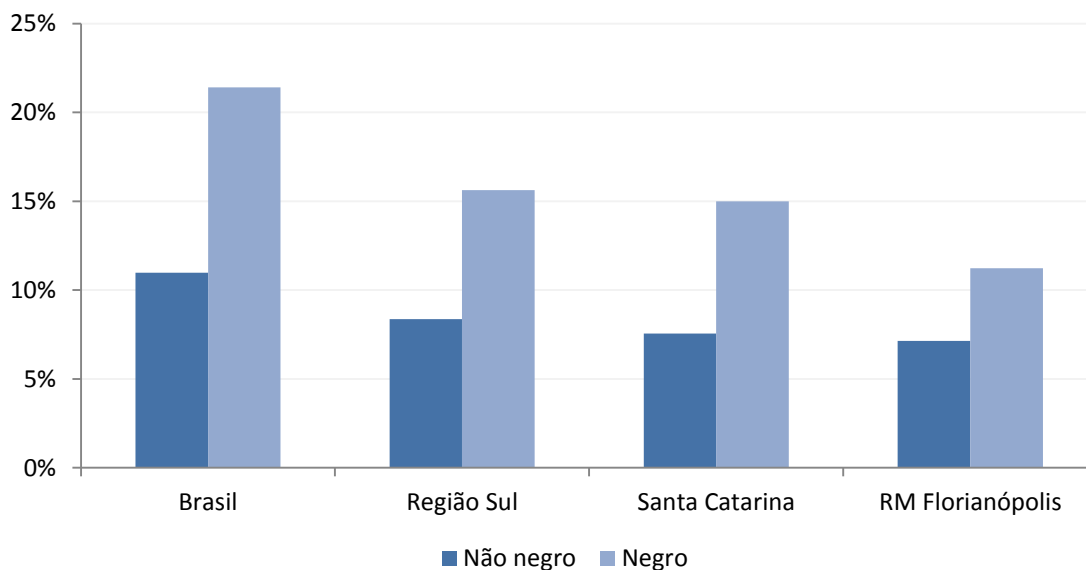
Tabela 14 - Taxa de analfabetismo por raça

	Censo 2000		Censo 2010	
	Não-negro	Negro	Não-negro	Negro
Brasil	11%	21%	7%	14%
Região Sul	8%	16%	5%	10%
Santa Catarina	8%	15%	5%	9%
RM Florianópolis	7%	11%	4%	7%

Fonte: Censos de 2000 e 2010

No censo de 2000 é possível observar que 21% dos negros no Brasil eram considerados analfabetos, enquanto 11% dos não-negros no Brasil estavam na mesma condição. Na Região Sul e no Estado de Santa Catarina tais proporções são próximas de 8% entre os não-negros e 15% entre os negros. Na Região Metropolitana de Florianópolis, a porcentagem de não-negros analfabetos é de 7% e o percentual de negros analfabetos é de 11%. Isto permite concluir que, em 2000, a diferença entre negros e não-negros no quesito “alfabetização” era menos acentuada na Região Metropolitana de Florianópolis em relação aos demais níveis territoriais abordados. Isto pode ser mais bem visualizado no gráfico abaixo através da diminuição do hiato entre as colunas de “Negro” e “Não-negro” para o caso da Região Metropolitana de Florianópolis em relação aos demais níveis territoriais.

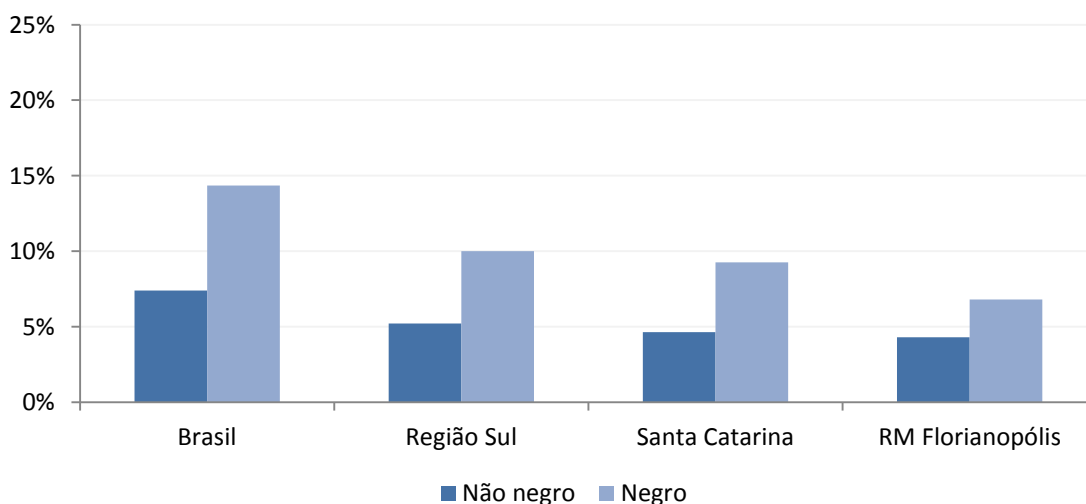
Gráfico 34 - Taxa de analfabetismo - Censo 2000



Fonte: Censo de 2000

No censo de 2010 é possível observar que 14% dos negros no Brasil eram considerados analfabetos, enquanto 7% dos não-negros no Brasil estavam na mesma condição. Na Região Sul e no Estado de Santa Catarina tais proporções são próximas de 5% entre os não-negros e 9% entre os negros. Na Região Metropolitana de Florianópolis, a porcentagem de não-negros analfabetos é de 4% e o percentual de negros analfabetos é de 7%. Observa-se que o padrão do gráfico do censo de 2000 foi mantido em 2010, alterando apenas os níveis de analfabetismo, que reduziram consideravelmente em todos os segmentos abrangidos.

Gráfico 35 - Taxa de analfabetismo - Censo 2010



Fonte: Censo de 2010

Comparando-se as informações do censo de 2000 com as do censo de 2010, observa-se também que houve uma diminuição aproximada de 38%, tanto nas proporções de não-negros, quanto de negros, não alfabetizados nos casos da Região Sul, Santa Catarina e Região Metropolitana de Florianópolis. No que diz respeito ao Brasil, esta diminuição foi de aproximadamente 33%, tanto para negros, quanto para não-negros. Apesar desta diferença, pode-se dizer, de forma geral que, em todos os níveis territoriais, houve redução nas taxas de analfabetismo, tanto para negros, quanto para não-negros de forma relativamente igualitária entre os dois grupos.

Em ambos os censos pode-se constatar que os níveis de analfabetismo, tanto para negros, quanto para não-negros, vêm diminuindo na medida em que se reduz a abrangência do nível territorial considerado. Dessa forma, a Região Metropolitana de Florianópolis possui índices de analfabetismo menores do que as outras regiões analisadas. Além disso, pode-se dizer que tanto em 2000, quanto em 2010, a taxa de analfabetismo para os negros é mais elevada do que para os não-negros em todos os níveis territoriais.

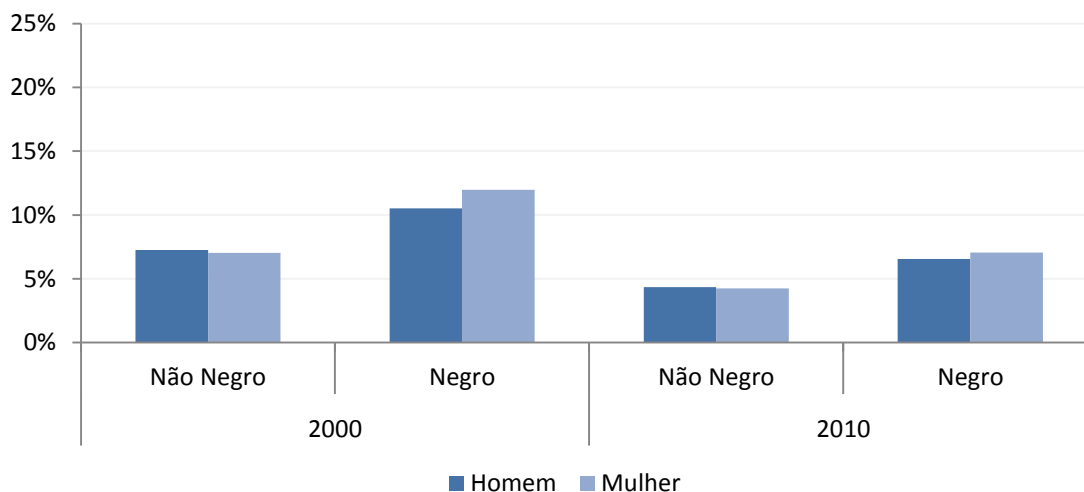
A tabela e o gráfico a seguir mostram as diferenças nas taxas de analfabetismo entre negros e não-negros, segmentando tais grupos por gênero, com informações dos censos dos anos de 2000 e 2010.

Tabela 15 - Taxa de analfabetismo por raça e gênero

	Censo 2000				Censo 2010			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	Não-negro	Negro	Não-negro	Negro	Não-negro	Negro	Não-negro	Negro
Brasil	11%	22%	11%	21%	8%	15%	7%	14%
Região Sul	8%	14%	9%	17%	5%	9%	5%	11%
Santa Catarina	7%	14%	8%	16%	5%	9%	5%	10%
RM Florianópolis	7%	11%	7%	12%	4%	7%	4%	7%

Fonte: Censos de 2000 e 2010

Gráfico 36 - Taxa de analfabetismo –Região Metropolitana de Florianópolis



Fonte: Censos de 2000 e 2010

Avaliando o gráfico acima é possível observar que não há diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres em relação à taxa de analfabetismo na Região Metropolitana de Florianópolis. O mesmo padrão foi observado para o Brasil, a Região Sul e o Estado de Santa Catarina.

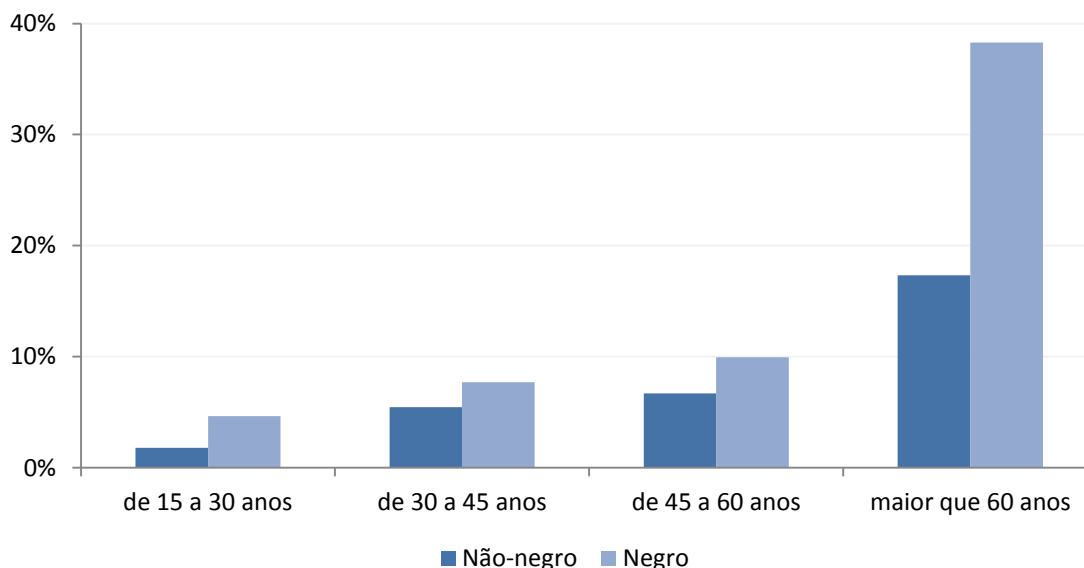
A análise comparativa das taxas de analfabetismo para grupos etários distintos foi possível com o auxílio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2009.

Tabela 16 - Taxa de Analfabetismo por grupo etário e raça em 2009

	Não-negro				Negro			
	15 a 30 anos	30 a 45 anos	45 a 60 anos	maior que 60 anos	15 a 30 anos	30 a 45 anos	45 a 60 anos	maior que 60 anos
Brasil	2%	5%	8%	21%	4%	10%	19%	43%
Região Sul	1%	4%	6%	17%	3%	8%	13%	37%
Santa Catarina	1%	4%	6%	16%	4%	7%	11%	35%
RM Florianópolis	2%	5%	7%	17%	5%	8%	10%	38%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009

Gráfico 37 - Taxa de Analfabetismo para a Região Metropolitana de Florianópolis em 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009

A partir da análise do gráfico e da tabela acima é possível inferir que a taxa de analfabetismo para os negros é maior do que a mesma taxa para os não-negros na Região Metropolitana de Florianópolis em todos os grupos etários, sendo que este padrão se repete para as demais abrangências territoriais abordadas. É interessante observar, também, que tal diferença é consideravelmente maior nos casos das pessoas com 15 a 30 anos e das maiores que 60 anos. No caso das maiores que 60 anos, a taxa dos negros é 121% maior do que a de não-negros e, na faixa de 15 a 30 anos, é 158% maior.

Pode-se especular a hipótese de que tamanha diferença para as pessoas com 15 a 30 anos seja devido ao crescimento populacional dos negros mais acentuado que o dos não-negros nos últimos anos. E, no caso das pessoas maiores que 60 anos, tal discrepância pode ser explicada pelo aumento da diferenciação das condições sociais entre negros e não-negros na medida em que analisamos décadas mais antigas, configurando-se como uma consequência histórica das relações sociais do Brasil em séculos anteriores.

Outra colocação que pode ser feita é que, as taxas de analfabetismo são significativamente maiores no grupo etário das pessoas com 60 anos ou mais em comparação às outras faixas etárias em análise. Uma possível explicação para isto pode ser a escassez de políticas públicas voltadas para a educação em décadas passadas.

Censo Escolar e Censo do Ensino Superior

Foram analisados os microdados do Censo do Ensino Superior de 2010 e do Censo Escolar de 2010 coletados pelo Ministério da Educação e obtidos por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Estes dados permitem analisar os alunos que estão matriculados e cursando determinada rede de ensino.

Foram escolhidas 23 Instituições de Ensino Superior, dentre públicas e privadas, dos municípios de Florianópolis e São José para análise. Por limitações da base de dados, não foi permitido o filtro de outras instituições em outros municípios da Região Metropolitana. No caso do Censo Escolar foram analisadas 142 Escolas, mas não foi possível identificá-las dentro da base.

Tabela 17 - Relação de faculdades selecionadas do Censo do Ensino Superior 2010

Nome da IES - Instituição de Ensino Superior	Tipo
Centro De Educação Superior - Única	Privada
Centro Universitário Municipal De São José	Municipal
Escola Superior De Educação Corporativa	Privada
Faculdade Anita Garibaldi	Privada
Faculdade Barddal	Privada
Faculdade Barddal De Artes Aplicadas	Privada
Faculdade Barddal De Ciências Contábeis	Privada
Faculdade Barddal De Letras	Privada
Faculdade De Ciências Sociais De Florianópolis	Privada
Faculdade De Tecnologia Senac Florianópolis	Privada
Faculdade De Tecnologia Senai Florianópolis	Privada
Faculdade De Tecnologia Senai São José	Privada
Faculdade Decisão	Privada
Faculdade Do Saber	Privada
Faculdade Energia De Administração E Negócios	Privada
Faculdade Estácio De Sá De Santa Catarina	Privada
Faculdades Integradas Associação De Ensino De Santa Catarina	Privada

Fundação Universidade Do Estado De Santa Catarina	Estadual
Instituto De Ensino Superior Da Grande Florianópolis	Privada
Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia De Santa Catarina	Federal
Instituto Santa Catarina De Educação E Cultura	Privada
Instituto Superior Tupy De Florianópolis	Privada
<u>Universidade Federal De Santa Catarina</u>	<u>Federal</u>

Fonte: Censo Ensino Superior 2010

Participação do Negro no Ensino Superior

Tabela 18 - Composição das IES por raça e dependência administrativa em 2010

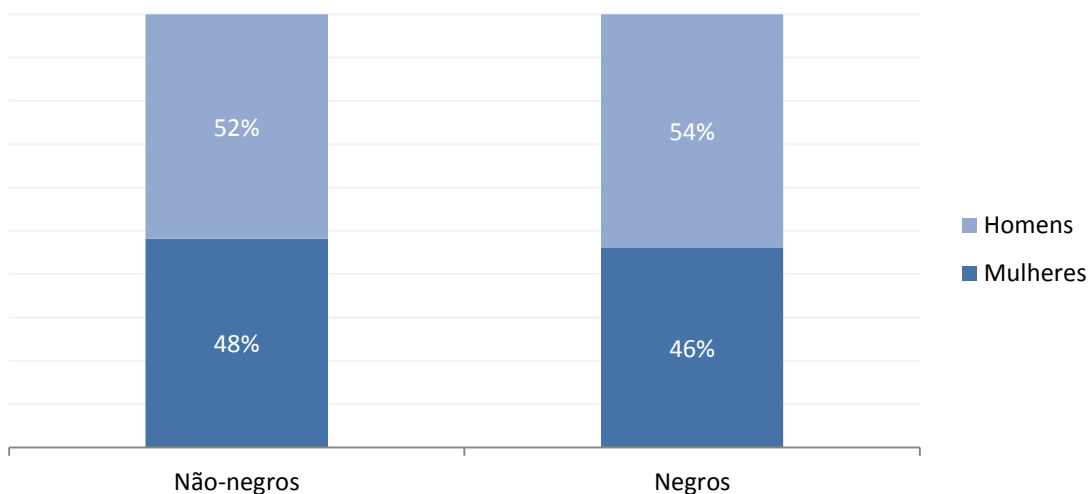
Categoria de IES	Não-negros	Negros
Federal	87%	13%
Estadual	94%	6%
Municipal	91%	9%
Privada	90%	10%
Total Geral	89%	11%

Fonte: Censo Ensino Superior 2010

Quanto à participação dos negros nas categorias de IES, observa-se maior relevância de negros nas instituições federais. Este efeito, provavelmente, ocorre em função do regime de cotas de escolas públicas e de etnia. A menor proporção de negros se dá nas instituições estaduais.

Em relação ao gênero, a quantidade de mulheres no Ensino Superior é aproximadamente 8% menor do que a de homens. Para os negros, esta diferença é ainda maior chegando a 14%. Quando calculada a composição de sexos dos alunos, as mulheres negras representam 46% dos alunos negros e 5% do total de alunos.

Gráfico 38 - Participação nos cursos de Ensino Superior por gênero e raça



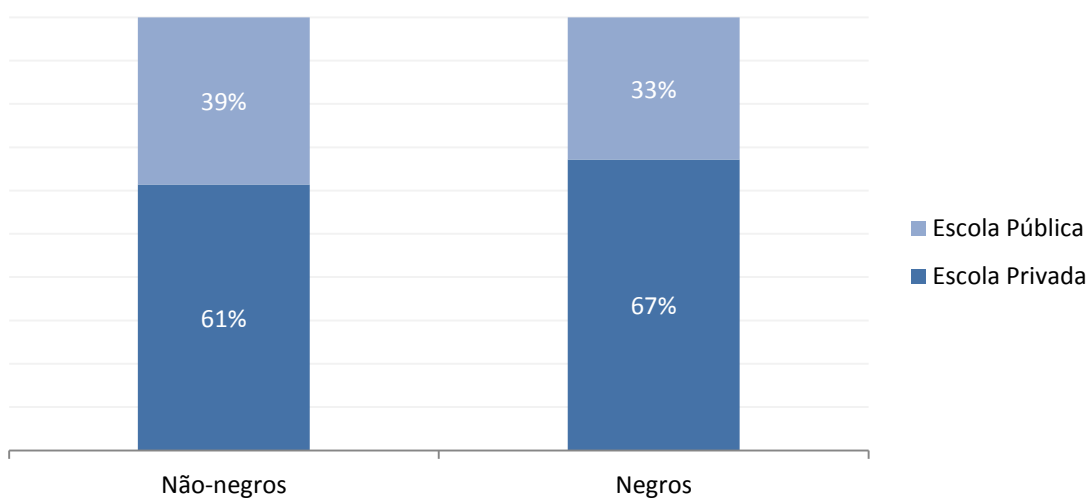
Fonte: Censo Ensino Superior 2010

Procedência da Rede de Ensino

Dentre os estudantes negros matriculados em cursos de educação superior, somente 33% concluíram o ensino médio em escolas públicas, percentual inferior ao da população não-negra. Quando analisadas somente as matrículas em universidades federais, este percentual cai para 19% no caso dos negros e 12% para os não-negros.

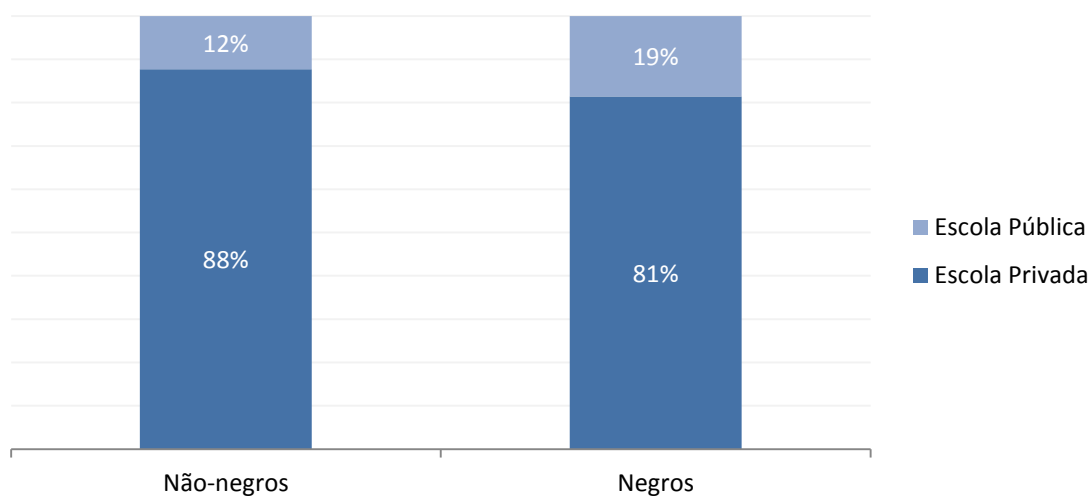
A proporção percentual de negros maior do que a de não-negros provenientes de escolas públicas em universidades federais gera indícios da influência do sistema de cotas existente.

Gráfico 39 - Rede de Ensino de conclusão do Ensino Médio dos estudantes matriculados nas IES.



Fonte: Censo Ensino Superior 2010

Gráfico 40 - Rede de Ensino de conclusão do Ensino Médio dos estudantes matriculados nas IES Federais.



Fonte: Censo Ensino Superior 2010

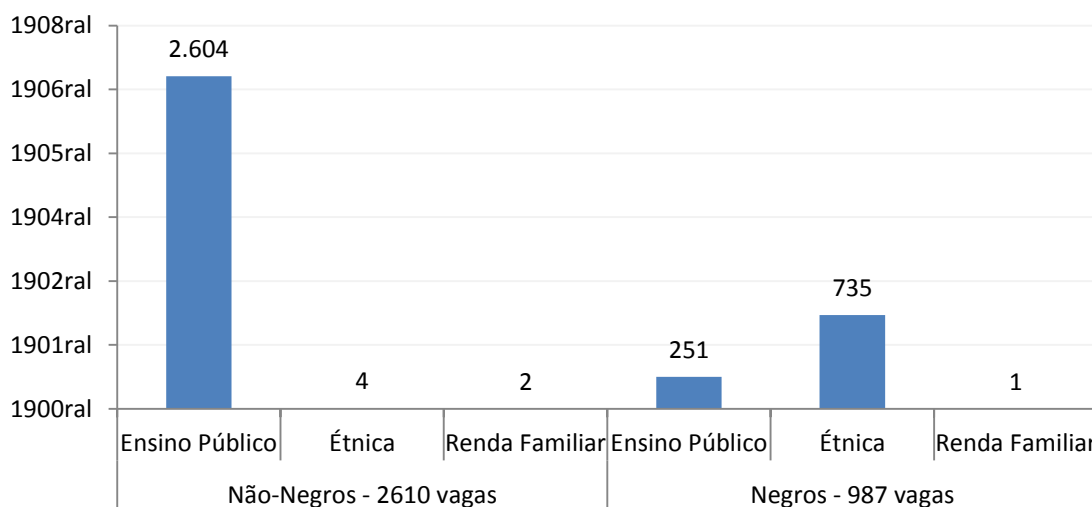
Sistema de Cotas e Inclusão do Negro no Ensino Superior

O sistema de cotas é uma das ações afirmativas que vêm sendo adotadas nas IES do Brasil para aumentar a presença de certos grupos no Ensino Superior. Tipicamente visam a favorecer indivíduos pertencentes a famílias de baixa renda, minorias étnicas e deficientes físicos.

Para análise do sistema de cotas, foram consideradas cotas étnicas, para alunos do ensino público, e cotas para baixa renda familiar. As cotas étnicas podem, em alguns casos, atender minorias étnicas que são consideradas “não-negros”, como é o caso dos indígenas. Cotas para deficientes e cotas não específicas foram excluídas da análise por não serem pertinentes ao escopo do estudo.

No ano de 2010 havia 3.597 matrículas de cotistas, sendo que 987, ou 27,44%, eram de negros. O fato da maior parte das vagas de cota ter sido atribuída com base na procedência de rede de ensino do aluno permitiu que os não-negros ocupassem 2,6 vezes mais vagas reservadas do que os negros. Mesmo assim, como a proporção de negros com Ensino Médio completo aptos a concorrer a uma vaga no Ensino Superior é aproximadamente dez vezes menor, este número revela que os negros estão, proporcionalmente, se beneficiando mais do sistema de cotas.

Gráfico 41 - Quantidade de alunos matriculados pelo sistema de cotas em IES



Fonte: Censo Ensino Superior 2010

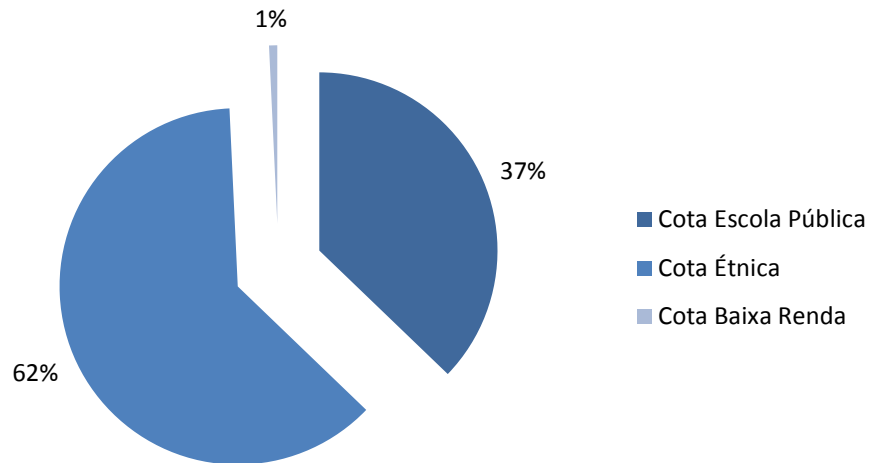
Tabela 19 - Quantidade de alunos matriculados pelo sistema de cotas em IES

Modalidade Cota	Ensino Público	Étnica	Renda Familiar	Total
Não-Negros	2.604	4	2	2.610
Negros	251	735	1	987
Total	2.855	739	3	3.597

Fonte: Censo Ensino Superior 2010

Dentre os estudantes negros contemplados pelo sistema de cotas, 32% é proveniente de Escolas Privadas e os outros 68% de Escolas Públicas. Nos casos dos cotistas negros de Escola Privada, todos obtiveram cotas étnicas. Nos casos dos cotistas negros de Escola Pública, a maioria, 62%, preferiu concorrer à vaga como cotista racial e o restante como cotista de Escola Pública e Baixa Renda. Isso é esperado pelo fato das cotas étnicas apresentarem menor relação de candidatos/vaga.

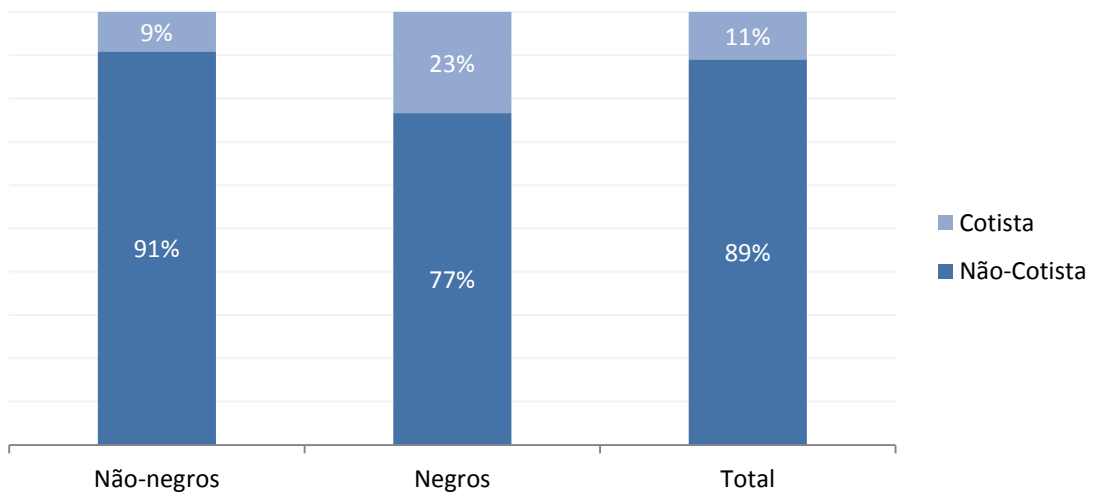
Gráfico 42 - Proporção de tipo de cota utilizada pelos estudantes negros de Escolas Públicas



Fonte: Censo Ensino Superior 2010

Nas Faculdades Federais, a proporção de cotistas entre os negros é aproximadamente 2,5 vezes maior do que entre os não-negros. A diferença está no fato dos negros terem uma opção a mais de reserva de vaga (cota étnica) do que os não-negros.

Gráfico 43 - Proporção de cotistas entre os alunos das IES Federais



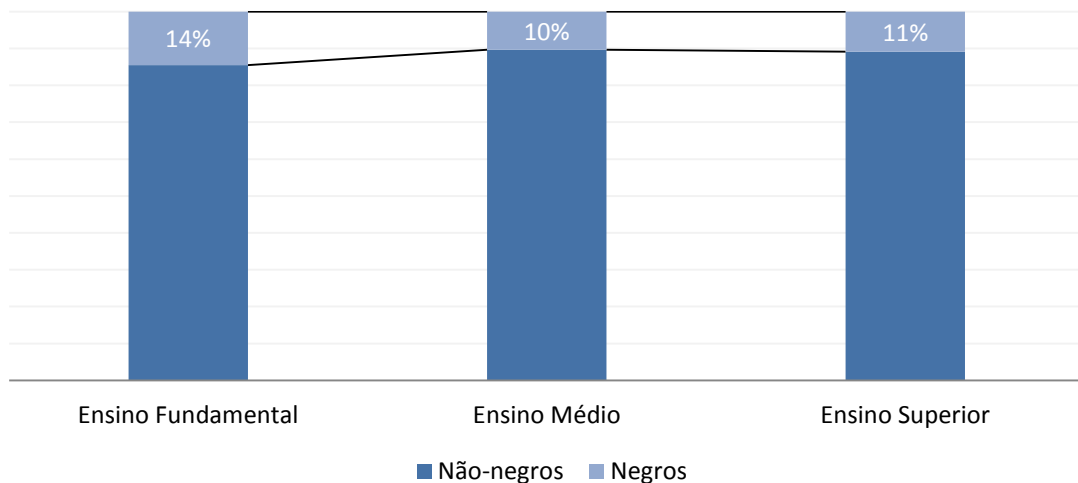
Fonte: Censo Ensino Superior 2010

Para analisar se o sistema de cotas cumpriu seu objetivo em promover igualdade de oportunidades entre negros e não-negros no Ensino Superior, deve-se comparar se a proporção de negros cursando o Ensino Médio se mantém no Ensino Superior. Pelo gráfico abaixo, pode-se concluir que o negro está entrando nas faculdades em maior proporção do que os não-negros, muito possivelmente por

causa do sistema de cotas. No Ensino Médio, 10% dos alunos são negros, enquanto em todo o Ensino Superior, este número é de 11%. Como vimos anteriormente, se forem consideradas somente as faculdades federais, este percentual sobe para 13%.

Assim, pode-se concluir que graças ao sistema de cotas, hoje há uma proporção maior de negros cursando o Ensino Superior do que o Ensino Médio. E que a maior barreira para o negro chegar ao Ensino Superior é completar o Médio e o Fundamental.

Gráfico 44 - Concentração de negros no Sistema de Educação

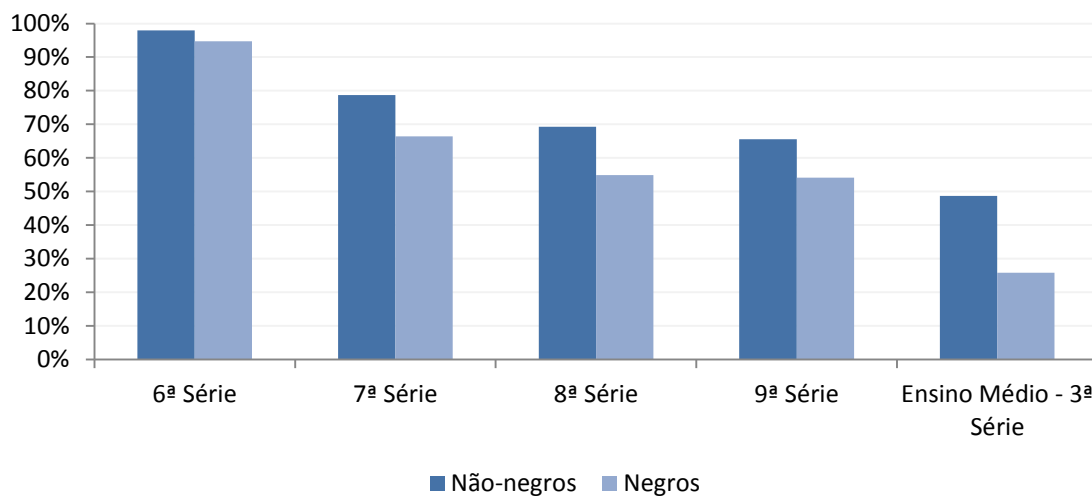


Fonte: Censo Ensino Superior 2010 e Censo Escolar 2010

Evasão de negros do Ensino Fundamental e Médio

Foi identificado na seção anterior que a proporção de negros cai significativamente do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. Pelo Censo também se pode observar que há uma grande quantidade de negros com Ensino Fundamental e Médio Incompletos. Para entender melhor o momento onde o jovem negro abandona a educação, a quantidade de estudantes na 1ª Série foi fixada e os demais anos foram calculados como proporção dos alunos matriculados na 1ª série. Até a 6ª Série do novo sistema de 9 anos, a quantidade de alunos é bastante estável e o maior fluxo de abandono acontece a partir deste ano. No último ano do Ensino Fundamental, a quantidade de alunos matriculados é 54% da quantidade no primeiro ano, e no Ensino Médio é 26%. Numa aproximação grosseira, poderíamos dizer que são necessários que dois alunos negros entrem na 1ª Série do Ensino Fundamental para um formar, ou que quatro entrem para um formar no Ensino Médio. Apenas a título de comparação, a quantidade de não-negros no último ano do Ensino Médio é 49% da quantidade do primeiro ano do Ensino Fundamental. Embora seja uma porcentagem baixa, praticamente o dobro do negro, em termos de proporção.

Gráfico 45 - Variação de alunos em relação a 1ª Série do Ensino Fundamental (1ª Série = 100%)



Fonte: Censo Escolar

Cursos de Ensino Superior

Para análise das áreas de formação, os cursos foram agrupados por afinidade conforme lista abaixo.

Áreas de Atuação

- Agrária: cursos de Agronomia, Ciências Agrárias, Veterinária e semelhantes;
- Artes: cursos de Design, Teatro, Artes Cênicas, Música e semelhantes;
- Biológicas: cursos de Biologia;
- Educação: cursos de Pedagogia e cursos com caráter acadêmico, como Matemática, Física, Química, etc;
- Engenharias: Engenharias em geral e semelhantes;
- Computação: Ciências da Computação e semelhantes;
- Humanas: Comunicação Social, Publicidade, Filosofia, Letras, Ciências Sociais e semelhantes;
- Saúde: Medicina, Farmácia, Enfermagem, Nutrição e semelhantes;
- Sociais Aplicadas: Administração, Direito, Economia, Gestão e semelhantes;
- Outras: Biblioteconomia, Turismo, Teologia e outras.

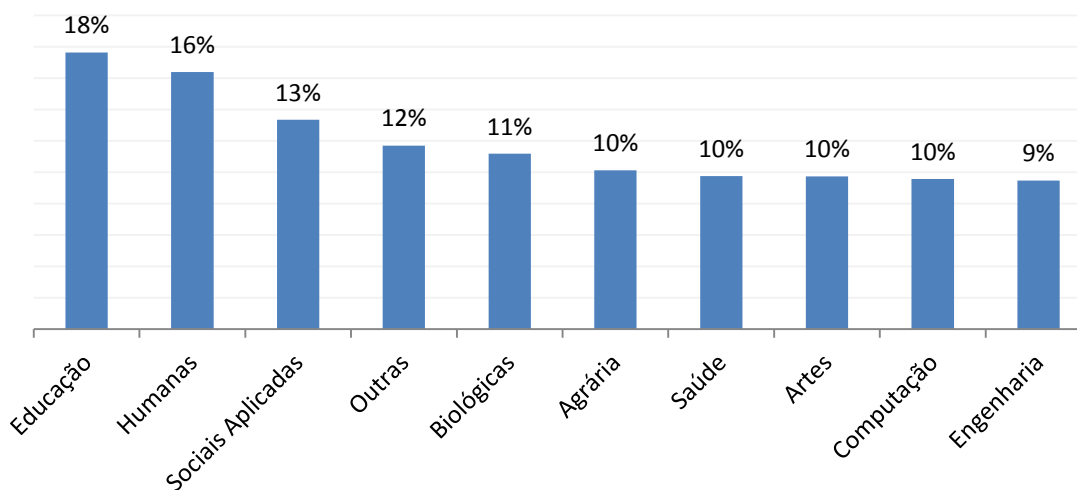
Pela tabela abaixo, observa-se que a maior parte dos estudantes negros está nas áreas Sociais Aplicadas e Humanas. Em geral, negros e não-negros estão distribuídos de forma semelhante pelas áreas de formação, com exceção das áreas de Engenharia e Computação, onde há maior concentração de não-negros, e das áreas de Educação e Humanas, onde há maior concentração de negros. Este efeito pode ser mais bem evidenciado pelo gráfico abaixo, que ilustra a participação dos negros dentro dos cursos de cada área. Os negros são apenas 8% dos estudantes de Engenharia, mas são 15% dos estudantes de Humanas.

Tabela 19 - Composição de alunos por Área de Formação e Raça

	Não-negros	Negros
Sociais Aplicadas	24%	25%
Humanas	19%	25%
Educação	10%	15%
Engenharia	18%	13%
Saúde	11%	8%
Outras	5%	4%
Computação	4%	3%
Agrária	4%	3%
Artes	3%	2%
Biológicas	2%	2%

Fonte: Censo Ensino Superior 2010

Gráfico 46 - Concentração de Negros por Área de Formação



Fonte: Censo Ensino Superior 2010

Esta avaliação possui forte relevância, pois poderia indicar relação junto aos rendimentos, uma vez que áreas como engenharia tem remunerado, em média, mais do que áreas como humanas e educação.

Considerações Finais

Para concluir, primeiramente foi feita uma comparação entre a Região Metropolitana de Florianópolis e as demais abrangências territoriais abordadas no que diz respeito às taxas de analfabetismo e média de anos de estudo. Em seguida, foi realizada uma análise da evolução destes dados de 2001 para 2009. Por fim, foram comparadas as diferenças nos aspectos de educação para negros e não-negros.

A Região Metropolitana de Florianópolis, em relação ao Brasil, Região Sul e Santa Catarina, possui as menores taxas de analfabetismo, sendo que tal taxa representa aproximadamente a metade da porcentagem relativa ao Brasil. No que tange a média de anos de estudo da população acima de 25 anos total, a Região Metropolitana de Florianópolis se encontra no mesmo patamar que o Brasil, com aproximadamente 7,18 anos de estudo. Quando esta população é segmentada em negros e não-negros e em rural e urbana, verifica-se que a Região Metropolitana de Florianópolis apresenta uma média de anos de estudo maior do que a nacional para os negros de ambos os sexos da zona rural e para os não-negros do sexo masculino da zona rural. A média de anos de estudo da Região Metropolitana de Florianópolis é menor do que a nacional para as mulheres não-negras da zona rural e para todos os segmentos da zona urbana.

Comparando-se os dados da Região Metropolitana de Florianópolis para os anos de 2001 e 2009, constata-se que houve melhorias significativas tanto nas taxas de analfabetismo, quanto na média de anos de estudo. A variação da média de anos de estudo neste período foi positiva para todos os segmentos populacionais analisados, chegando a ser de 125% para as mulheres negras da zona rural, 157% para os homens negros da zona rural e de 56% para as mulheres negras da zona urbana. Com as informações dos censos de 2000 e 2010, observa-se que houve uma redução de aproximadamente 39% nas taxas de analfabetismo, tanto para negros, quanto para não-negros, neste período na Região Metropolitana de Florianópolis.

Quando se confronta a situação dos negros em relação aos não-negros para a Região Metropolitana de Florianópolis em 2009, constata-se que a média de anos de estudo na zona rural dos negros não tem diferenças significativas em relação aos não-negros; para a zona urbana, entretanto, os não-negros tem uma média maior. Em relação à taxa de analfabetismo, pode-se dizer que não há diferenças significativas entre homens e mulheres na Região Metropolitana de Florianópolis de acordo com o censo de 2010, porém, é significativa a discrepância entre negros e não-negros, sendo de, aproximadamente, 4% para os não-negros e 7 % para os negros. Por fim, quando é feita a discriminação por faixas etárias, destaca-se o fato das maiores taxas de analfabetismo se encontrarem no segmento das pessoas com 60 anos ou mais de idade. E as maiores diferenças entre negros e não-negros nas faixas de 15 a 30 anos e de maiores do que 60 anos.

Em relação aos dados do censo escolar e censo do ensino superior, pode-se concluir que apesar do maior número de negros nas universidades e faculdades privadas frente às instituições públicas, a proporção de negros em relação aos alunos matriculados na esfera pública é maior do que na esfera privada, ou seja, há 13% dos negros das vagas disponibilizadas nas universidades federais frente a 10% dos negros matriculados nas instituições privadas de ensino superior. Esta maior concentração é justificável em função do regime de cotas. Também se pode concluir que o índice de desistência ao longo da vida acadêmica dos negros é bem mais alto do que o dos não-negros. Tendo como base a 1ª série do ensino fundamental, foi observado que apenas 26% se formam no ensino médio no caso dos negros, enquanto esta proporção para os não-negros foi de 49%. Além disso, constatou-se que os negros se concentram mais em áreas de formação como nas áreas de “Educação” e “Ciências Humanas”. E se concentram menos em áreas mais valorizadas financeiramente, como “Engenharia”, “Computação” e “Saúde”.

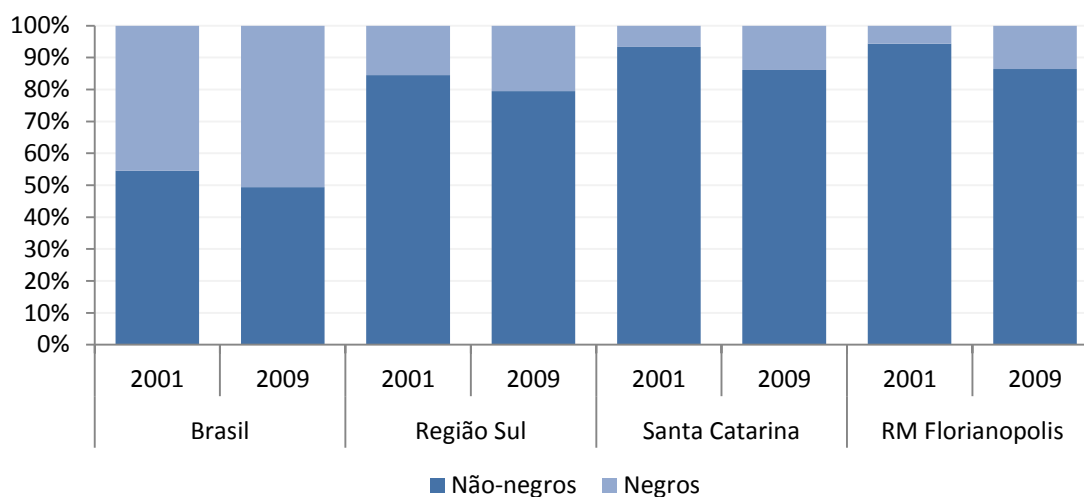
De forma geral, no âmbito da educação, verifica-se que os negros estão em condições menos favoráveis do que os não-negros em quase todos os aspectos, tais como taxas de analfabetismo, média de anos de estudo na zona urbana, índices de evasão dos ensinos fundamental e médio e áreas de formação. Todavia, é possível constatar que, em quase todos os indicadores de educação analisados, os negros têm apresentado melhorias significativas ao longo dos últimos anos.

Mercado de Trabalho

População Economicamente Ativa (PEA)

Em 2009, na Região Metropolitana de Florianópolis (RMF), os negros responderam por 14% da População Economicamente Ativa (PEA), grupo composto pelo somatório dos ocupados e desempregados, enquanto em 2001, representam apenas 6%. Este aumento da participação dos negros no mercado de trabalho não é exclusivo da RMF, ele também vale para o Estado de Santa Catarina, a Região Sul e o Brasil. A Taxa de Atividade, indicador que mede a proporção da PEA no total de pessoas de determinado grupo, é aproximadamente 66% para negros e 67% para não-negros.

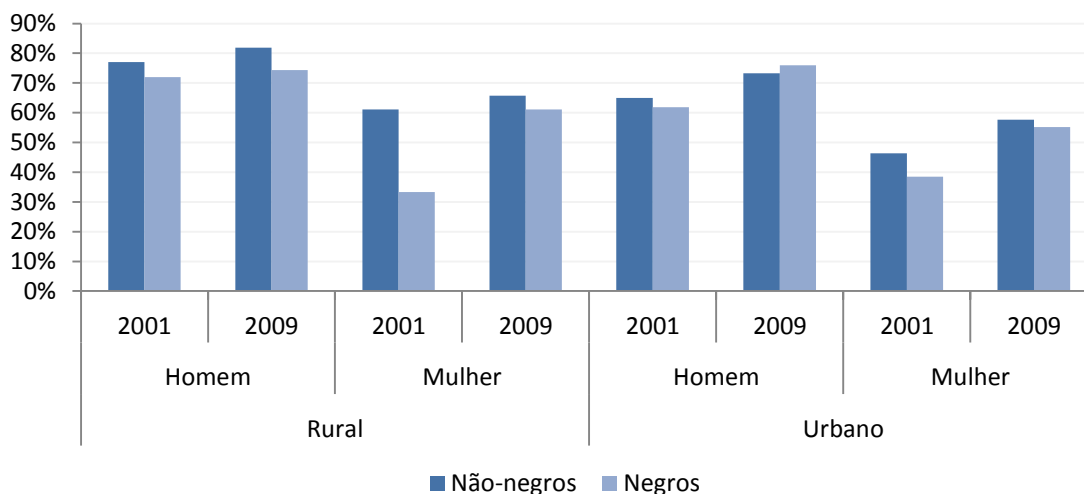
Gráfico 47 - Composição da PEA por raça



Fonte: PNAD 2009 - 2001

Nos últimos dez anos houve um grande aumento na proporção de mulheres negras que participam do mercado de trabalho. Essa mudança de comportamento pode ser evidenciada na zona rural, onde a taxa de participação da mulher negra saltou de 33% em 2001 para 61% em 2009. Em geral, houve uma tendência de aumento no período para todos, tanto para homens e mulheres, negros e não-negros, rural e urbano; mas nenhuma foi tão acentuada como a da mulher negra.

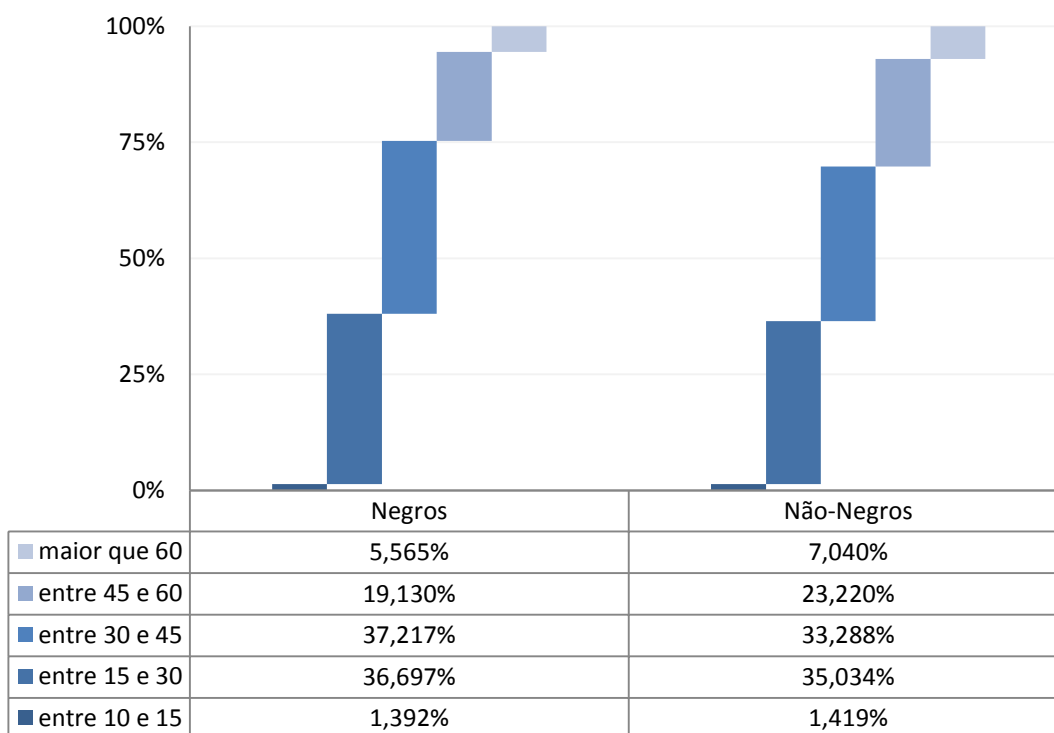
Gráfico 48 - Taxa de Atividade por Raça, Gênero e Tipo de Localidade



Fonte: PNAD 2009 - 2001

A composição da PEA por faixa etária mostra que o trabalhador negro é em geral mais jovem do que o não-negro. A faixa de 15 a 45 anos representa 74% da PEA dos negros e 68% da PEA dos não-negros. Parte desse efeito pode ser explicada pelo fato da população negra estar crescendo a taxas mais elevadas que a população não-negra.

Gráfico 49 - Composição da PEA por faixa etária e raça - 2009



Fonte: PNAD 2009

Os negros no mercado de trabalho apresentam uma formação educacional inferior aos não-negros. Somente 12% têm ensino médio completo, contra 26% nos não-negros. Os negros também tendem a abandonar os cursos com maior frequência. 73% dos negros apresentam ensino “incompleto” e 17% “completo”. Para os não-negros, o percentual é de 62% e 34%, respectivamente. Além disso, são necessários que 5,3 negros comecem um curso para 1 se formar.

Tabela 20 – Distribuição por escolaridade

	Negros	Não-Negros
Sem instrução	10%	4%
Fundamental incompleto	65%	51%
Fundamental completo	6%	13%
Médio incompleto	7%	7%
Médio completo	8%	16%
Superior incompleto	1%	4%
Superior completo	3%	5%

Fonte: PNAD 2009

População Economicamente Ativa (PEA) por Grupos de Escolaridade

Com o auxílio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2001 e 2009, foi possível analisar a composição da População Economicamente Ativa (PEA) para negros e não-negros, dividindo-os por diferentes grupos de escolaridade.

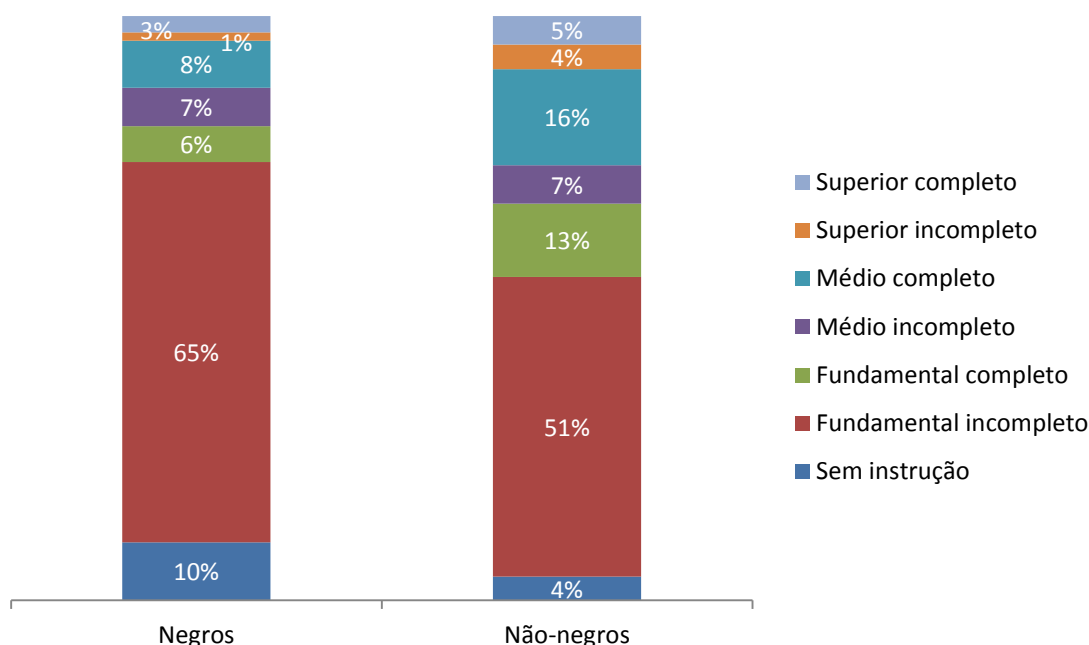
Em 2001, observa-se que os negros têm maiores concentrações do que os não-negros nas classificações mais baixas dos grupos de escolaridade: “Sem instrução” e “Fundamental incompleto”, enquanto os não-negros se concentram mais do que os negros nas faixas: “Fundamental completo”, “Médio completo”, “Superior incompleto” e “Superior completo”.

Tabela 21 - Composição da PEA da Região Metropolitana de Florianópolis por Grupo de Escolaridade em 2001 (%)

	Sem instrução	Fundamental		Médio		Superior	
		incompleto	completo	incompleto	completo	incompleto	completo
Negros	10%	65%	6%	7%	8%	1%	3%
Não-negros	4%	51%	13%	7%	16%	4%	5%

Fonte: PNAD 2009

Gráfico 50 - Composição da PEA da Região Metropolitana de Florianópolis em 2001



Fonte: PNAD 2001

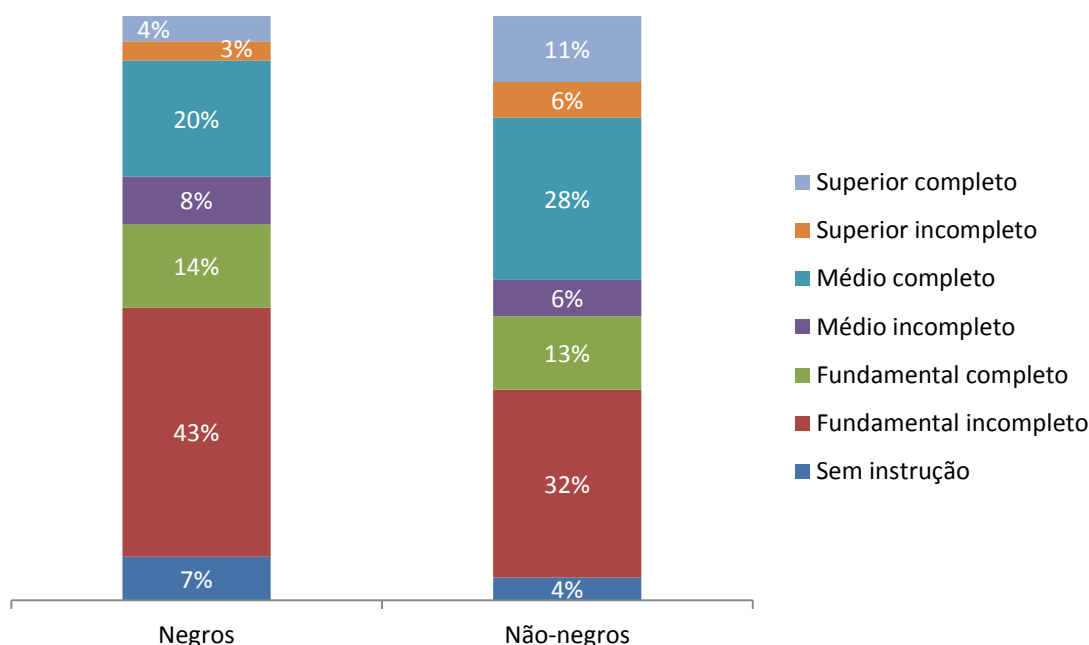
Em 2009, há maior concentração de negros do que de não-negros, nas quatro classificações de grupos de escolaridade mais baixas: “Sem instrução”, “Fundamental incompleto”, “Fundamental completo” e “Médio incompleto”. Os não-negros se concentram mais do que os negros nas faixas superiores: “Médio completo”, “Superior incompleto” e “Superior completo”.

Tabela 22 - Composição da PEA da Região Metropolitana de Florianópolis por Grupo de Escolaridade em 2009 (%)

	Sem instrução	Fundamental		Médio		Superior	
		incompleto	completo	incompleto	completo	incompleto	completo
Negros	7%	43%	14%	8%	20%	3%	4%
Não-negros	4%	32%	13%	6%	28%	6%	11%

Fonte: PNAD 2009

Gráfico 51 - Composição da PEA da Região Metropolitana de Florianópolis em 2009



Fonte: PNAD 2009

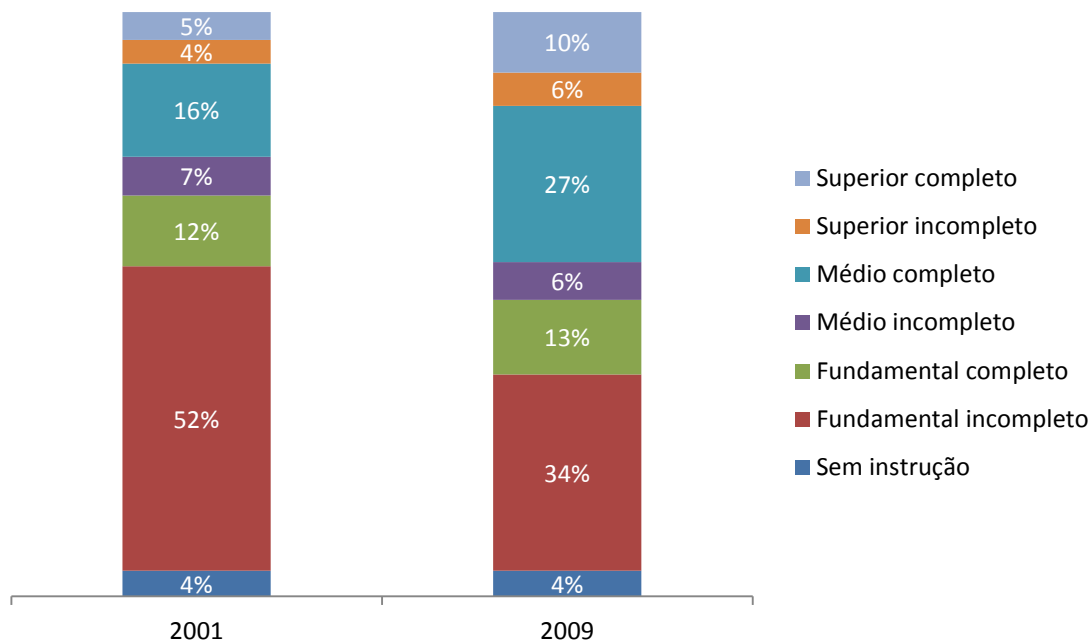
Tanto em 2001, quanto em 2009, é possível constatar por meio da análise da composição da PEA, que os negros se concentram nos grupos de menor escolaridade com maior intensidade do que os não-negros. Isto indica que existem diferenças significativas no nível de escolaridade entre negros e não-negros.

Quando é realizada a comparação evolutiva destes dados, de 2001 para 2009, observa-se um mesmo padrão para negros e não-negros. Como é demonstrado abaixo, no gráfico de composição da PEA total, há uma redução significativa no percentual de pessoas no grupo “Fundamental incompleto”

e um aumento significativo no percentual de pessoas nos grupos “Médio completo” e “Superior completo”. Isto sugere uma tendência de melhoria nos níveis de escolaridade da população como um todo, uma vez que uma maior concentração de pessoas está formando no ensino médio e superior enquanto a concentração de pessoas que não possuem o ensino fundamental completo diminuiu.

Fonte: PNAD 2009

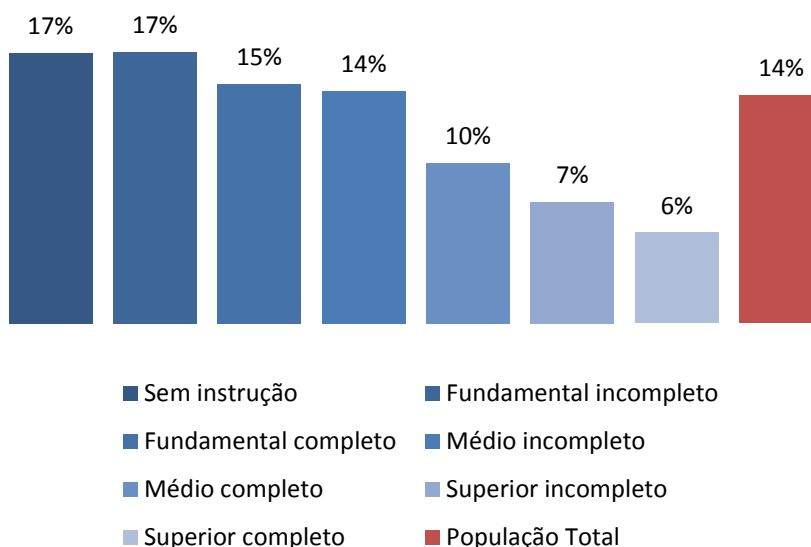
Gráfico 52 - Composição da PEA Total da Região Metropolitana de Florianópolis



Fonte: PNAD 2009 - 2001

Ao ser analisada a proporção de negros por grupo de escolaridade na Região Metropolitana de Florianópolis em 2009, supõe-se que o valor que deveria constar em cada grupo seria a proporção de negros na população total (14,03%). Entretanto, observa-se que há um percentual proporcionalmente superior nos grupos “Sem instrução”, “Fundamental incompleto” e “Fundamental completo”, indicando que há mais negros em tais classificações do que era de se supor e ratificando os dados da composição da PEA para negros. O contrário ocorre com os grupos “Médio completo”, “Superior incompleto” e “Superior completo”, nos quais há menos negros do que proporcionalmente existentes na população. Dessa forma, pode-se dizer que na Região Metropolitana de Florianópolis, considerando os dados da PNAD de 2009, há mais negros do que deveria em níveis de escolaridade inferiores e menos negros do que era de se supor em níveis de escolaridade mais elevados.

Gráfico 53 - Proporção de negros na Região Metropolitana de Florianópolis em 2009

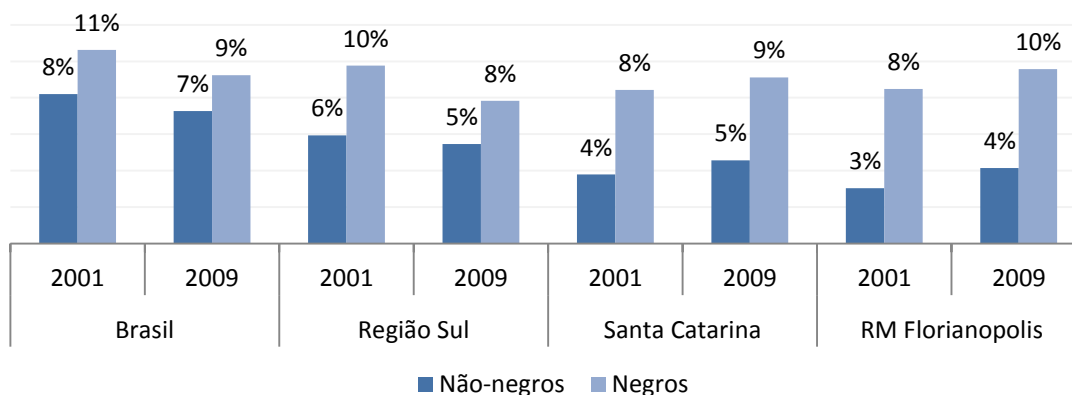


Fonte: PNAD 2009

Taxa de Desemprego

Contrário ao que aconteceu com a Taxa de Desemprego do Brasil de 2001 a 2009, as taxas de Santa Catarina e Florianópolis aumentaram no mesmo período. O aumento para os não-negros foi maior, 36%, e dos negros de 13%. A Taxa de Desemprego dos negros é maior em todos os casos analisados, sendo que na RM Florianópolis, onde a taxa dos negros está próxima de 10% e dos não-negros aproximadamente 4%, a diferença é de 6 pontos percentuais.

Gráfico 54 - Taxa de Desemprego por região e raça – 2009 e 2001

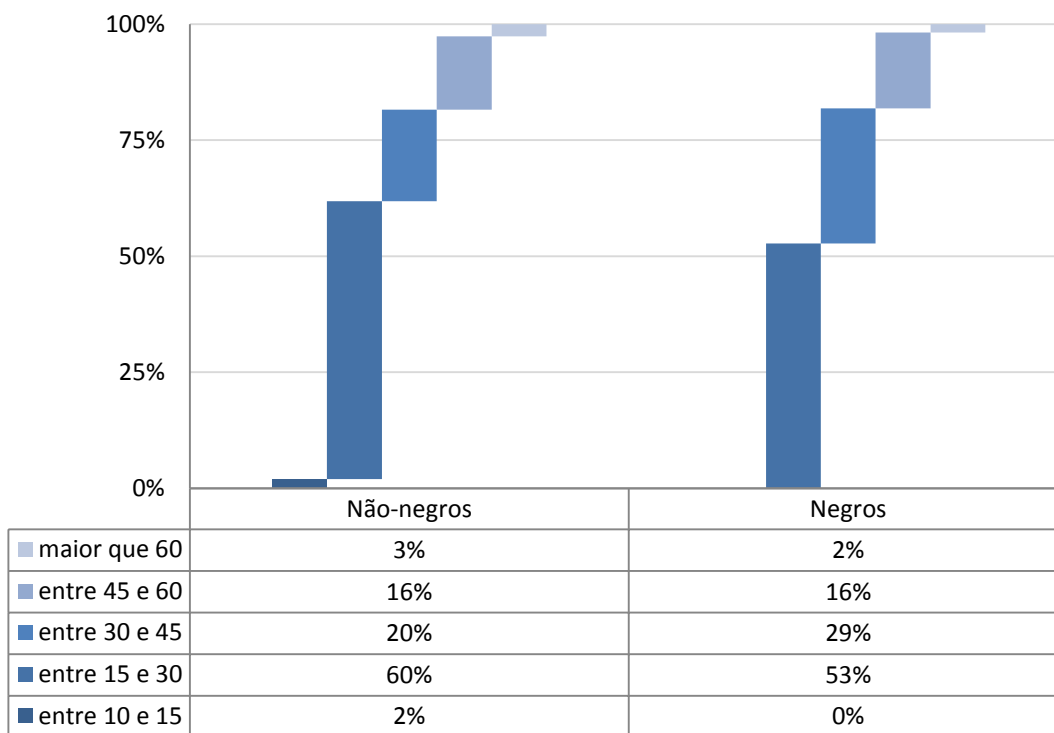


Fonte: PNAD 2009 - 2001

Taxa de Desemprego por Faixa Etária

Mais da metade dos desempregados têm entre 15 e 30 anos e 29% têm entre 30 e 45 anos. Se comparados com os não-negros, os negros apresentam uma proporção maior na faixa de 30-45 e menor na de 15-30. Se comparado com a composição da PEA, pode-se concluir que os negros estão com maior dificuldade de conseguir um emprego na faixa de 15 a 30 anos, pois estes representam 35% da PEA e 53% dos desempregados. Porém, vale ressaltar que essa relação não é uma característica exclusiva da população negra. Como os não-negros também têm dificuldade de arrumar empregos nesta mesma faixa de idade, podemos descartar a possibilidade de discriminação nesses casos.

Gráfico 55 - Composição dos desempregados por faixa etária e raça - 2009



Fonte: PNAD 2009

Taxa de Desemprego por Grupo de Escolaridade

A taxa de desemprego, avaliada pela escolaridade, demonstra que a maior parcela dos desempregados negros encontra-se na faixa detentora apenas do ensino Fundamental Incompleto. Essa faixa, no entanto, representa 65% da PEA, o que indica que apesar do número ser elevado, este está dentro do padrão estabelecido pela proporção de negros economicamente ativos. O problema parece ocorrer no Ensino Médio Completo, que possui 22% de desempregados contra uma proporção esperada de 8%, evidenciada na PEA.

Tabela 23 - Composição dos Desempregados por Grau de Escolaridade e raça - 2009

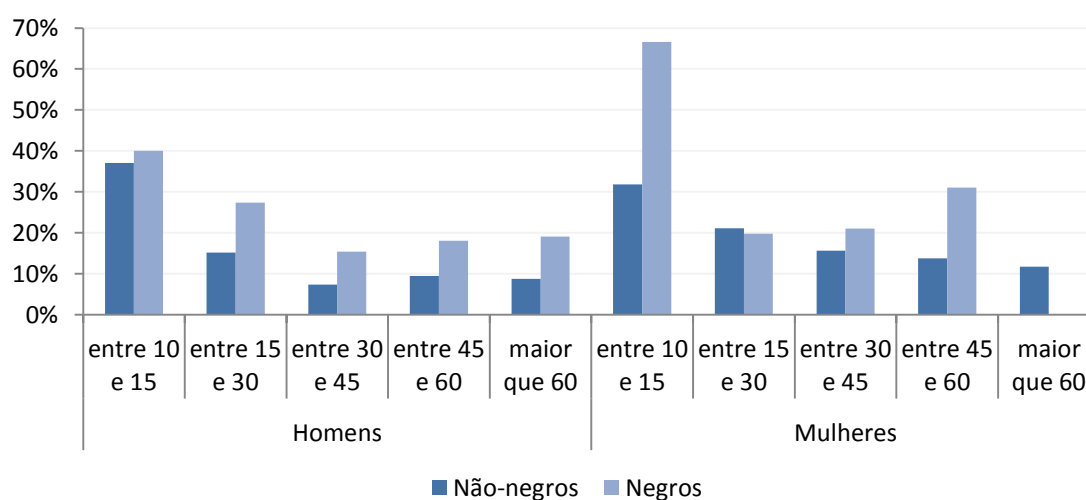
Grau de Escolaridade	Não-negros	Negros
Sem Instrução	3%	9%
Fundamental Incompleto	25%	44%
Fundamental Completo	16%	16%
Médio Incompleto	15%	2%
Médio Completo	28%	22%
Superior Incompleto	9%	4%
Superior Completo	5%	4%

Fonte: PNAD 2009

Informalidade

O grau de informalidade, medido pela proporção de ocupados no setor informal, dada pela razão entre os trabalhadores no setor informal sobre o total de ocupados, é maior para os negros na maioria das faixas etárias analisadas. Esse percentual também é maior para mulheres do que para homens, independente de raça. Na faixa etária de 30 a 45, que é onde está concentrada a maior parte da população, a informalidade atinge 15% dos homens negros e 20% das mulheres negras, contra 7% e 16% para os respectivos não-negros.

Gráfico 56 - Proporção de Ocupados no Setor Informal por faixa etária, gênero e raça - 2009



Fonte: PNAD 2009 - 2001

Vínculos

Pela distribuição dos negros nos setores, observa-se que estes estão em maior volume em empregos com carteira de trabalho assinada, funcionalismo público e trabalhos domésticos. Destaca-se o fato de 15% dos negros estarem empregados em trabalhos domésticos sem carteira assinada. Esse percentual é de apenas 3% entre os não-negros. Os negros também representam quase a totalidade dos empregos no Exército, que geralmente é uma alternativa de carreira para jovens de baixa renda e sem acesso ao ensino superior.

Tabela 24 – Distribuição por vínculos de trabalho

	Não-negros	Negros
Empregado com carteira de trabalho assinada	41,22%	48,85%
Funcionário público estatutário	5,52%	16,73%
Trab. doméstico sem carteira de trabalho assinada	2,96%	14,81%
Empregador	6,63%	5,00%
Trab. doméstico com carteira de trabalho assinada	1,54%	4,23%
Militar	0,06%	3,65%
Não remunerado	8,63%	2,88%
Conta própria	18,53%	2,31%
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	10,73%	1,54%
Trab. na produção para o próprio consumo	4,18%	0,00%
Trab. na construção para o próprio uso	0,00%	0,00%

Fonte: PNAD 2009 - 2001

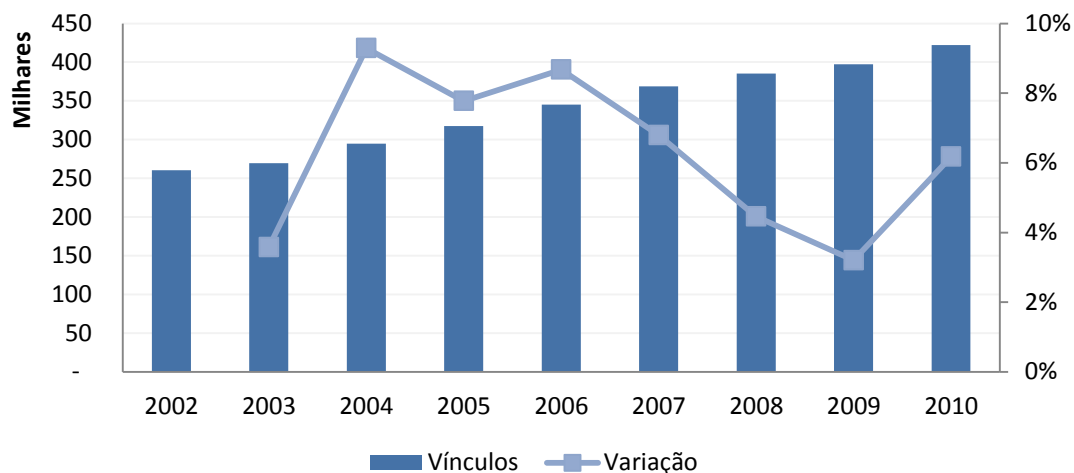
Perfil dos Ocupados (empregos formais)

O mercado de trabalho formal

Entre 2002 e 2010, a quantidade de empregos formais na Região Metropolitana de Florianópolis cresceu a uma taxa média de 6,18% ao ano, atingindo a marca de 422 mil empregos formais em 2010. Em alguns períodos as taxas de crescimento foram bastante elevadas. Em 2004, o aumento da quantidade de empregos chegou a 9% ao ano, superando o crescimento do PIB, mas a média se

manteve mais baixa por causa do período de crise no mercado de crédito norte-americano em 2008 e 2009, que acabou afetando o mercado brasileiro.

Gráfico 57 - Quantidade e Crescimento dos empregos formais na Região Metropolitana de Florianópolis – 2002 a 2010



Fonte: PNAD 2009 - 2001

Segundo dados da CAGED, aproximadamente 95% das vagas formais ocupadas por negros estão nos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Isso já era esperado pelo fato desses municípios serem os de maior população da Região Metropolitana. Devido a essa alta concentração, esses quatro municípios serão mais detalhados em relação ao mercado de trabalho formal.

Tabela 25 - Distribuição dos empregos formais na Região Metropolitana de Florianópolis – 2010

Cidade	Negros	Acumulado Negros	Não-negros
Florianópolis	56%	56%	50%
São Jose	28%	84%	24%
Palhoça	9%	93%	9%
Biguaçu	2%	95%	3%
Nova Trento	1%	96%	2%
Tijucas	1%	97%	2%
São Joao Batista	1%	98%	3%
Santo Amaro da Imperatriz	0%	98%	1%

Paulo Lopes	0%	99%	0%
São Pedro de Alcântara	0%	99%	0%
Canelinha	0%	99%	1%
Antônio Carlos	0%	99%	0%
Garopaba	0%	100%	1%
Governador Celso Ramos	0%	100%	0%
Agua Mornas	0%	100%	0%
Angelina	0%	100%	0%
Alfredo Wagner	0%	100%	0%
Major Gercino	0%	100%	0%
Rancho Queimado	0%	100%	0%
Anitápolis	0%	100%	0%
São Bonifácio	0%	100%	0%
Leoberto Leal	0%	100%	0%

Fonte: PNAD 2009 - 2001

Quando analisados separadamente, sem levar em conta a quantidade de habitantes em cada municípios, pode-se observar que o município de São Pedro de Alcântara é o que emprega mais negros proporcionalmente às vagas disponíveis, seguido por São José e Florianópolis, o que reforça a importância da análise destes municípios.

Tabela 26 - Composição das vagas de empregos nos municípios por raça

Cidade	Negros	Não-negros
São Pedro de Alcântara	13,62%	86,38%
São Jose	9,36%	90,64%
Florianópolis	9,05%	90,95%
Paulo Lopes	7,70%	92,30%
Palhoça	7,64%	92,36%
Biguaçu	5,46%	94,54%

Antônio Carlos	5,12%	94,88%
Nova Trento	3,78%	96,22%
Aguas Mornas	3,53%	96,47%
Tijucas	2,92%	97,08%
Santo Amaro da Imperatriz	2,87%	97,13%
Governador Celso Ramos	2,87%	97,13%
Angelina	2,68%	97,32%
Canelinha	2,38%	97,62%
Garopaba	2,06%	97,94%
São Joao Batista	1,58%	98,42%
São Bonifácio	0,81%	99,19%
Rancho Queimado	0,72%	99,28%
Major Gercino	0,62%	99,38%
Anitápolis	0,53%	99,47%
Alfredo Wagner	0,38%	99,62%
Leoberto Leal	0,00%	100,00%

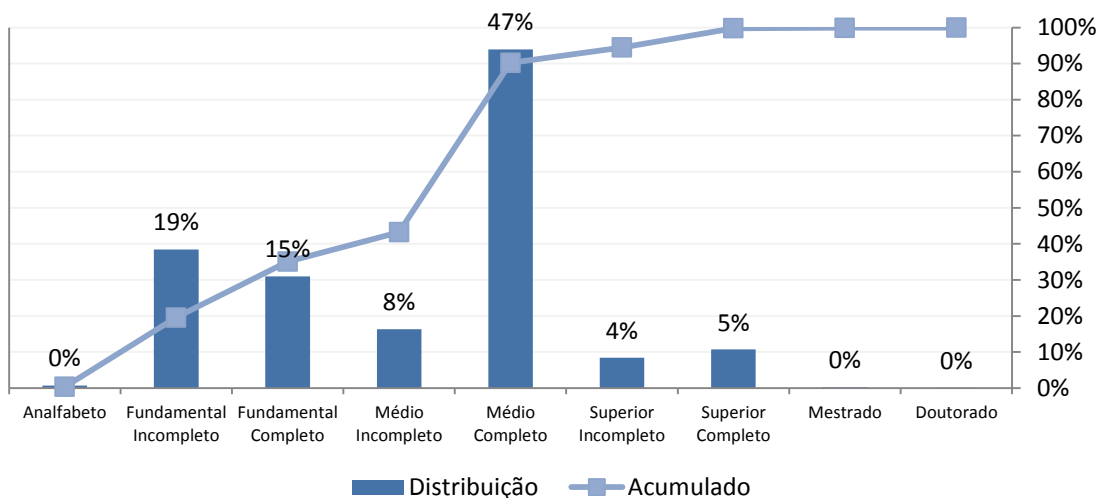
Fonte: RAIS/CAGED 2010

Escolaridade do Trabalhador Negro

Entre os trabalhadores no mercado formal, a maior diferença entre negros e não-negros está na proporção de profissionais com Ensino Superior Completo, que é 2,23 vezes maior entre os não-negros, e na proporção de profissionais com Ensino Fundamental Incompleto que é 1,68 vezes maior entre os negros.

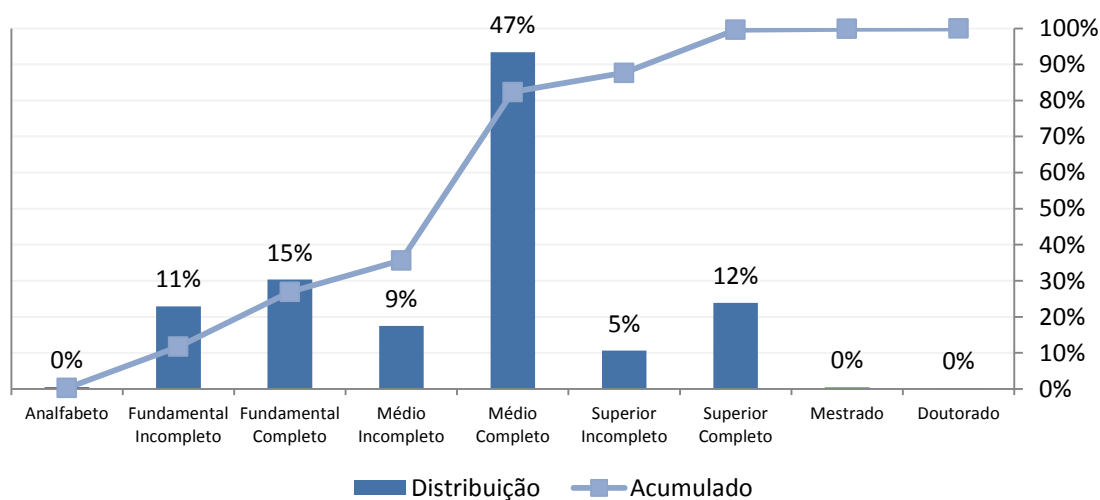
Quando confrontados esses dados com os do Censo, é possível observar uma grande quantidade de negros que não estão sendo empregados pelo mercado formal e estão ou desempregados ou empregados no mercado informal. Segundo o Censo, 43% dos negros da PEA possuem Fundamental Incompleto, enquanto essa faixa de escolaridade só representa 19% dos empregos formais. A partir dessas comparações podemos verificar uma maior demanda de empregados com Ensino Médio e Superior Completo do mercado formal.

Gráfico 58 - Escolaridade do Trabalhador Negro na RMF



Fonte: RAIS/CAGED 2010

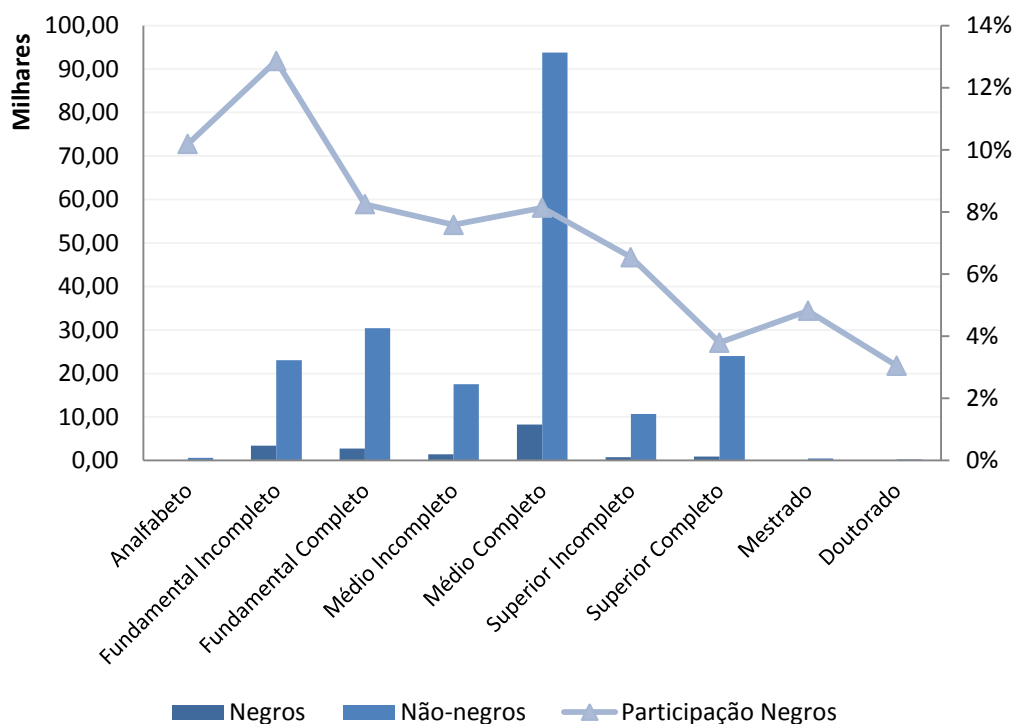
Gráfico 59 - Escolaridade do Trabalhador Não-negro na RMF



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Pelo gráfico abaixo, pode-se observar que quanto maior o grau de escolaridade, menor a participação do negro. A presença do negro também é maior nos graus de escolaridades menores, atingindo os pontos máximos para os detentores somente de Ensino Fundamental Incompleto e Analfabetos.

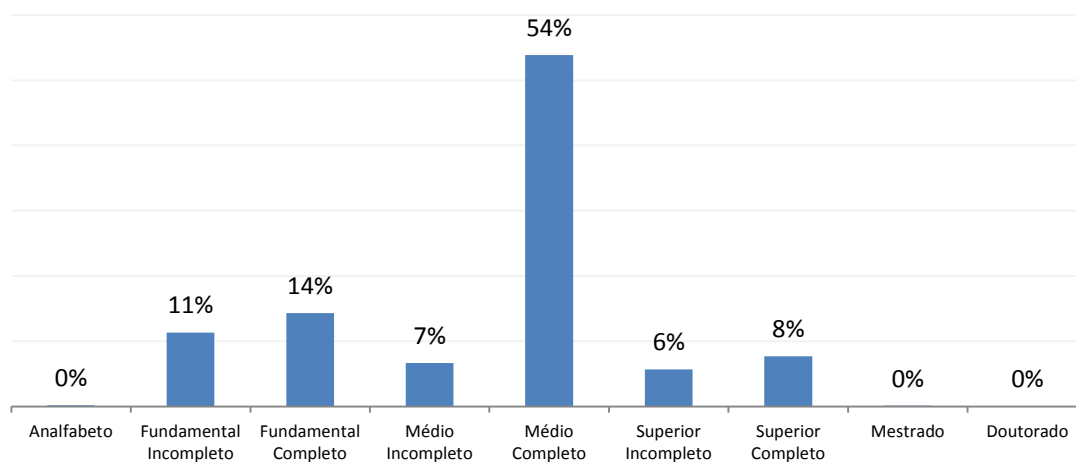
Gráfico 60 - Escolaridade dos trabalhadores no mercado formal - 2010



Fonte: RAIS/CAGED 2010

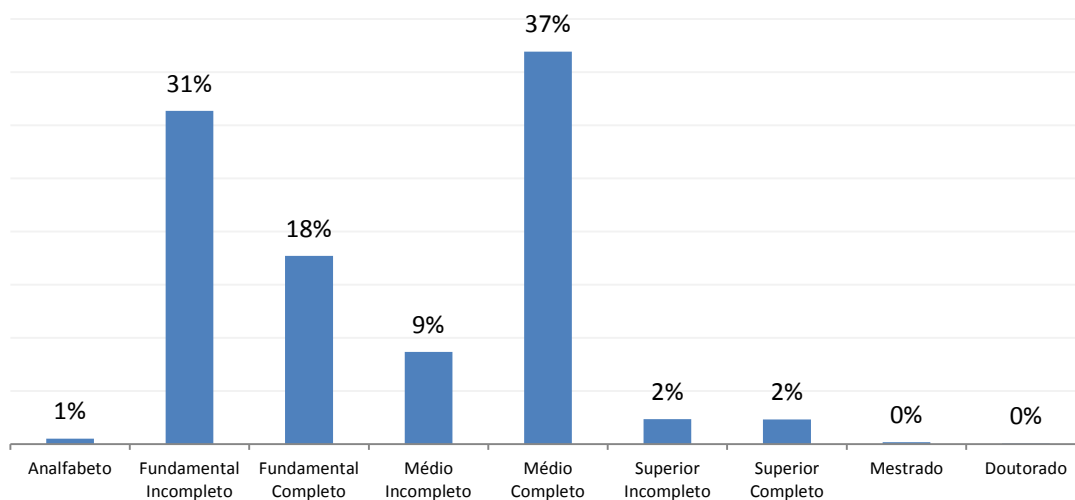
Dentre os municípios de maior concentração de trabalhadores da RMF, Florianópolis é o que apresenta a mão-de-obra mais qualificada, concentrando a maior quantidade absoluta e relativa de profissionais com Ensino Médio completo e Ensino Superior Completo, além de menos analfabetos. Palhoça se destaca positivamente nos indicadores de escolaridade em relação às demais e São José e Biguaçu apresentam números próximos.

Gráfico 61 - Qualificação da Mão-de-obra formal - Florianópolis



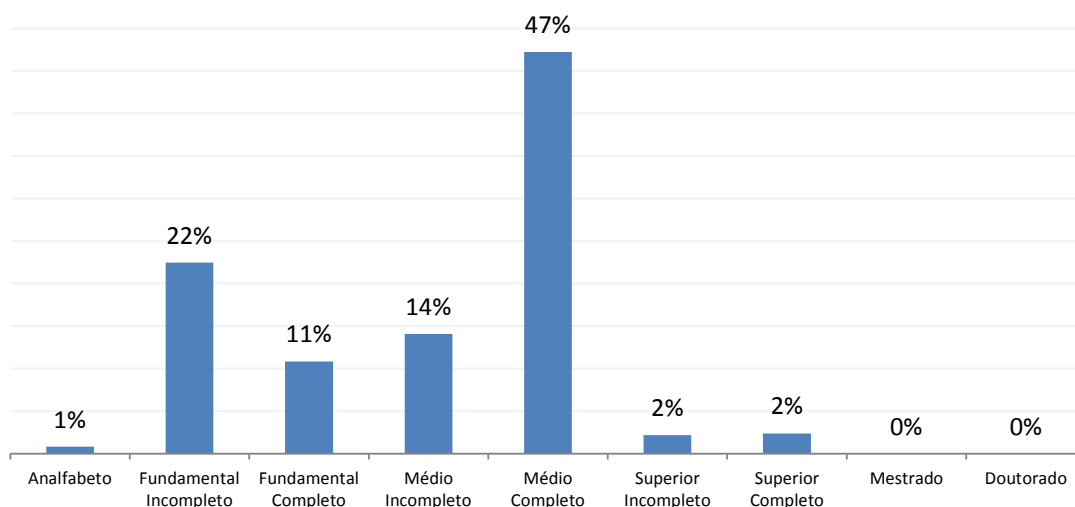
Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 62 - Qualificação da Mão-de-obra formal –São José



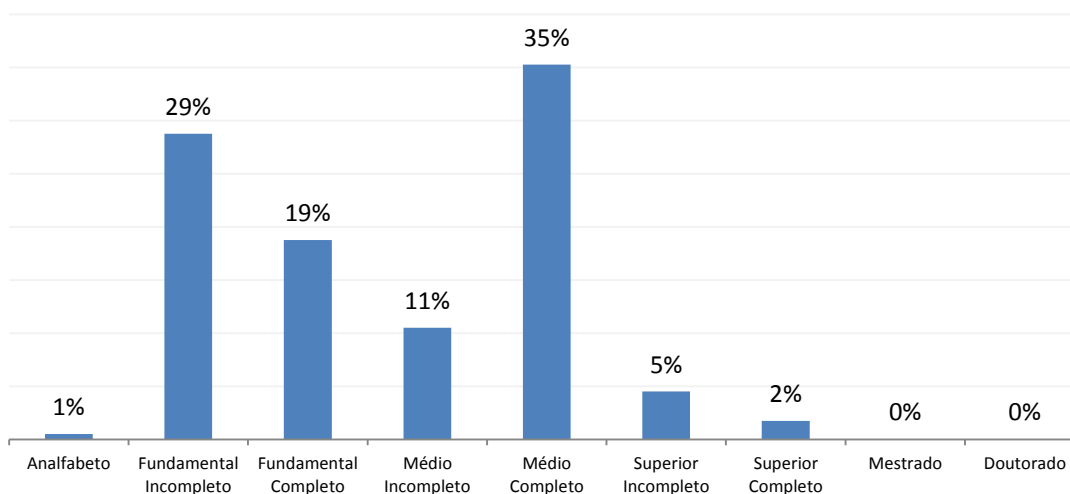
Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 63 - Qualificação da Mão-de-obra formal - Palhoça



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 64 - Qualificação da Mão-de-obra formal - Biguaçu



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Setor

Para análise do setor de ocupação, foram selecionados os dez setores com maior representatividade na economia da RM de Florianópolis. O setor de atividades administrativas e serviços é o setor com maior quantidade de trabalhadores negros, concentrando 24% desses trabalhadores, enquanto o setor de comércio é o que apresenta maior quantidade de trabalhadores não-negros, com 25% destes. Comparativamente, os setores com maior concentração de negros em relação a não-negros são de informação e comunicação, onde a composição de negros é 3,2 vezes maior do que a de não-negros, e construção e atividades administrativas, onde a composição de negros é, respectivamente, 1,75 e 1,60 vezes maior do que a de não-negros. O setor em que os negros estão menos presentes em relação aos não-negros é o da indústria de transformação.

Tabela 27 - Composição dos trabalhadores por setor e por raça

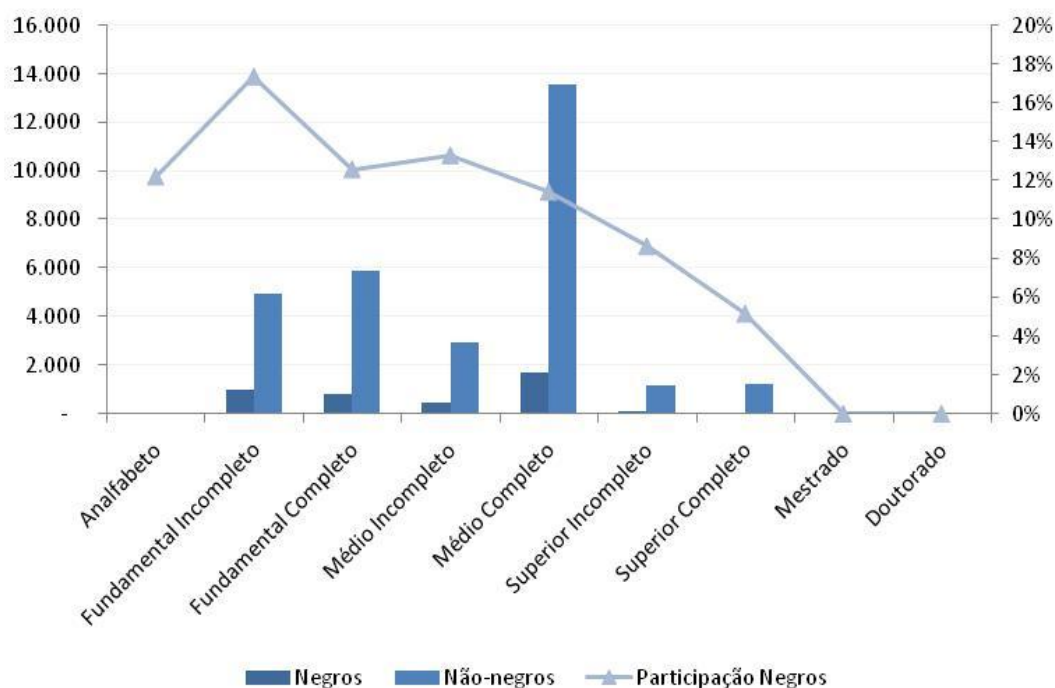
Grupo de Atividade Econômica	Negros	Não-negros
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	24%	15%
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	16%	5%
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	15%	25%
CONSTRUÇÃO	14%	8%
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	6%	8%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	6%	13%
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	5%	4%

TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	3%	4%
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	2%	3%
EDUCAÇÃO	2%	4%
OUTROS	6%	11%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

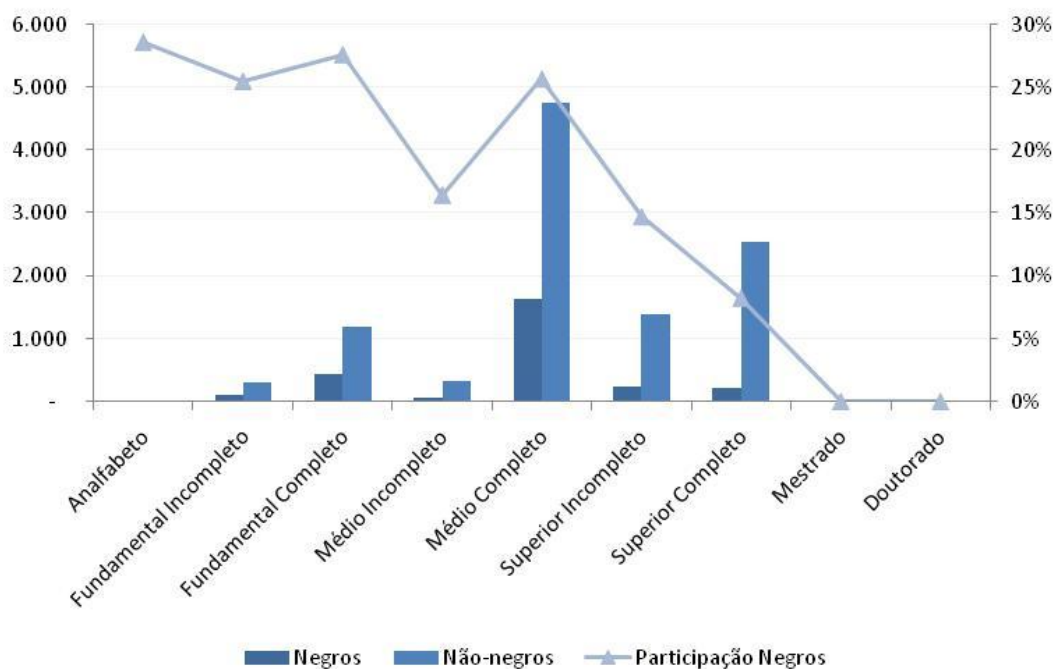
Para a avaliação do nível de escolaridade dos trabalhadores negros em determinada atividade econômica, foram selecionados os setores de “Atividades Administrativas e Serviços Complementares”, por possuir o maior número de trabalhadores negros, e “Informação e Comunicação”, por ser o setor com maior representatividade dos negros em relação ao total de trabalhadores e o segundo grupo com maior número de trabalhadores dessa raça/cor.

Gráfico 65 - Nível de Escolaridade para o grupo “Atividades Administrativas e Serviços Complementares”



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 66 - Nível de Escolaridade para o grupo “Informação e Comunicação”



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Analisando esses dois principais grupos para o mercado formal de trabalho dos negros da RMF, conclui-se que a proporção de trabalhadores negros é significativa principalmente para os níveis de escolaridade mais baixos (Analfabeto, Fundamental Incompleto e Fundamental Completo). Vagas de trabalho desses níveis remetem a desvantagens como salários mais baixos e menores oportunidades.

Na tabela abaixo, é possível verificar o cenário global, incluindo todos os setores e todos os postos de trabalho no mercado formal da RM Florianópolis e comprovar que realmente vagas com níveis de escolaridade mais baixos são preenchidas com uma maior participação relativa de trabalhadores negros.

Tabela 28 - Proporção de trabalhadores negros por nível de escolaridade

	Negros	Não-negros	% Negros
Analfabeto	66	582	10%
Fund. Incomp.	3.400	23.040	13%
Fund. Comp.	2.738	30.458	8%
Médio	1.442	17.565	8%

Incomp.			
Médio Comp.	8.305	93.783	8%
Sup. Incomp.	749	10.701	7%
Sup. Comp.	946	23.993	4%
Mestrado	24	474	5%
Doutorado	8	254	3%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Por fim, pode-se visualizar o nível de escolaridade médio dos negros por grupo de atividade econômica. É perceptível que em todos os setores a maioria dos trabalhadores negros que está empregada possui nível de escolaridade baixa. A maioria dos grupos ocupacionais emprega trabalhadores negros de nível Médio Incompleto, enquanto em nenhuma atividade econômica a escolaridade média é Superior Completo ou outra de maior nível.

Tabela 29 - Nível de escolaridade médio dos trabalhadores negros por grupo

Grupo	Escolaridade Média
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL...	Médio Incompleto
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	Médio Incompleto
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	Médio Incompleto
ELETRICIDADE E GÁS	Médio Completo
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE ...	Fundamental Completo
CONSTRUÇÃO	Médio Incompleto
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS...	Médio Incompleto
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	Médio Completo
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	Médio Incompleto
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Médio Completo
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS...	Superior Incompleto
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	Médio Completo
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS...	Médio Completo
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS...	Médio Incompleto

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA...	Médio Incompleto
EDUCAÇÃO	Superior Incompleto
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	Médio Completo
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	Médio Incompleto
<u>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS</u>	<u>Médio Incompleto</u>

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Hierarquia

Com base na composição dos trabalhadores pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO2002), pode-se observar que os negros estão menos presentes nos cargos de chefia e profissionais de ciências e artes, posições que tipicamente exigem Ensino Superior completo. Os negros estão mais presentes em cargos menos qualificados como operários de indústria, construção civil, serviços administrativos e comércio. Como foram selecionados os dez setores com maior quantidade de trabalhadores para a análise, devido à baixa representatividade das ocupações ligadas com o setor de defesa, a amostra não contém trabalhadores militares. Essa abordagem se encontra avaliada em tópico anterior, assim como dispostas nas tabelas e dados em anexos.

A maior discrepância na composição é justamente nas duas posições de maior hierarquia. Os não-negros ocupam, proporcionalmente, 2,91 vezes mais cargos de chefia de que os negros e 2,13 vezes mais cargos de ciências e artes. Nos cargos que exigem nível técnico e nos de ensino fundamental e médio, a proporção é de, respectivamente, 1,01 e 1,07 vezes mais negros do que não-negros.

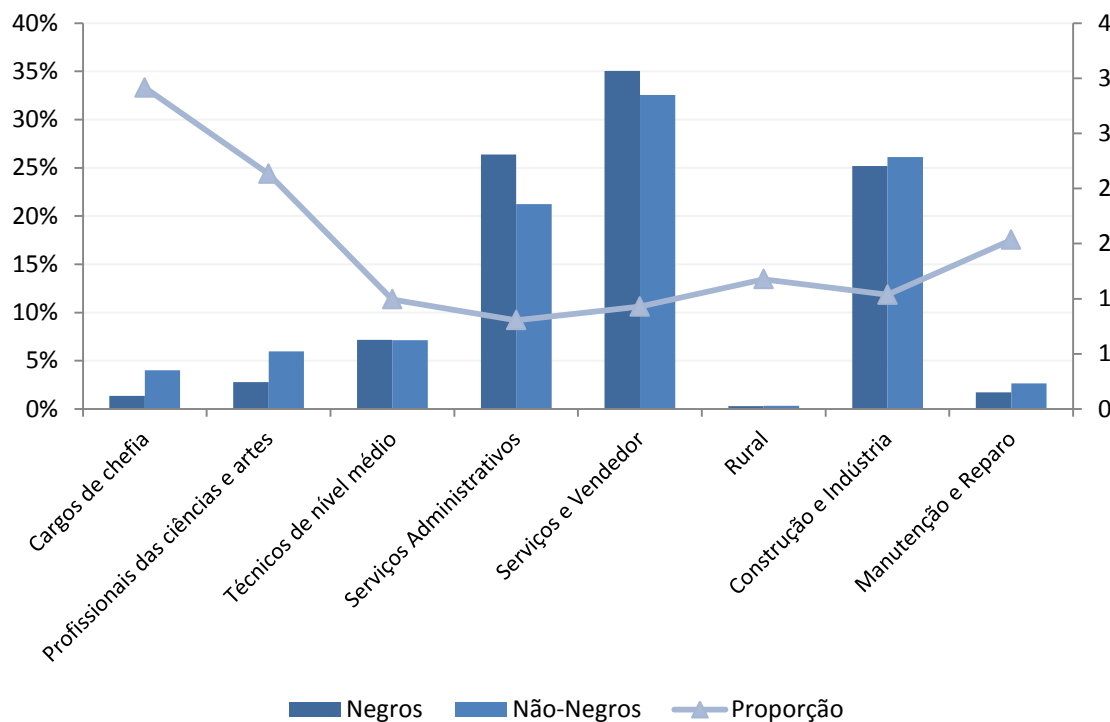
Tabela 30 - Composição de trabalhadores segundo classificação CBO2002 por raça

Hierarquia	Descrição	Negros	Não-Negros	Qualificação
1	Cargos de chefia	1,38%	4,02%	Não Definido
2	Profissionais das ciências e artes	2,80%	5,96%	4
3	Técnicos de nível médio	7,19%	7,14%	3
4	Serviços Administrativos	26,37%	21,23%	2
5	Serviços e Vendedor	35,05%	32,54%	2
6	Rural	0,29%	0,35%	2
7 e 8	Construção e Indústria	25,20%	26,11%	2
9	Manutenção e Reparo	1,73%	2,65%	2

0 Militar 0,00% 0,00% Não Definido

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 67 - Composição de trabalhadores segundo classificação CBO2002 por raça



Renda vs. Educação

Geral

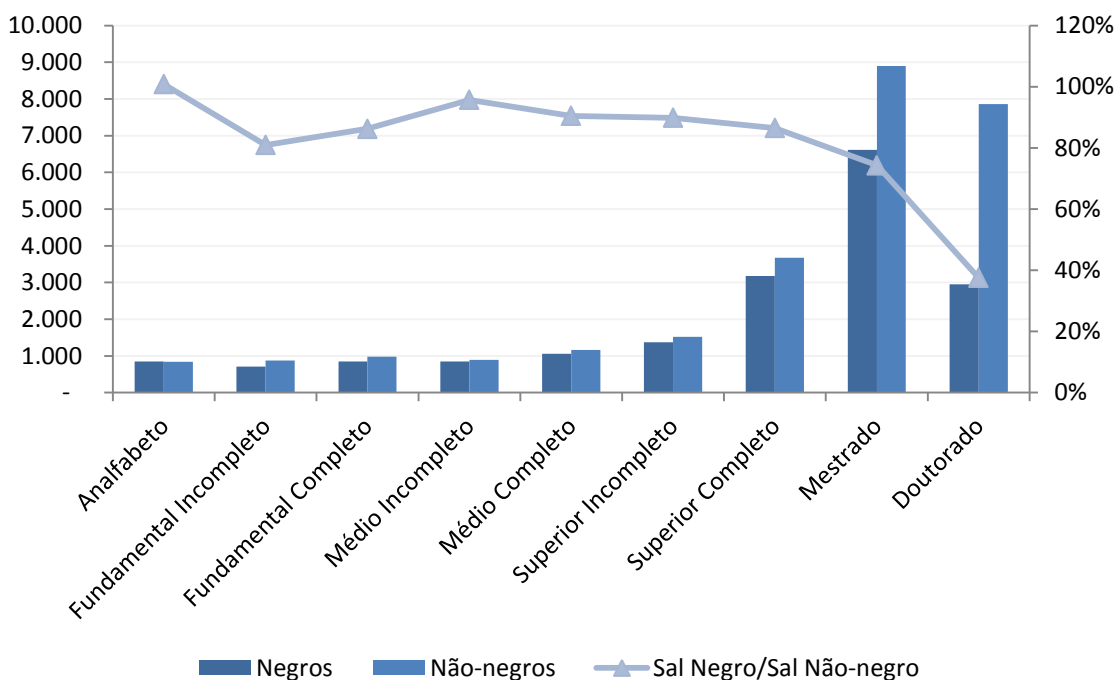
Avaliando a remuneração obtida diante do grau de instrução na RM Florianópolis, percebe-se que nas faixas de escolaridade situadas entre os alocados como Analfabetos até os que obtiveram o ensino Médio Completo, as diferenças favoráveis de remuneração do não-negros são levemente superiores, ocorrendo de fato diferenças mais representativas nas faixas de Superior Completo, Mestrado e Doutorado.

Tabela 31 - Remuneração da RM Florianópolis por grau de instrução (R\$)

	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado
Negros	846	706	844	850	1.053	1.367	3.177	6.610	2.947
Não-negros	839	872	978	888	1.164	1.522	3.674	8.899	7.858
Sal Negro/Sal Não-negro	101%	81%	86%	96%	90%	90%	86%	74%	38%

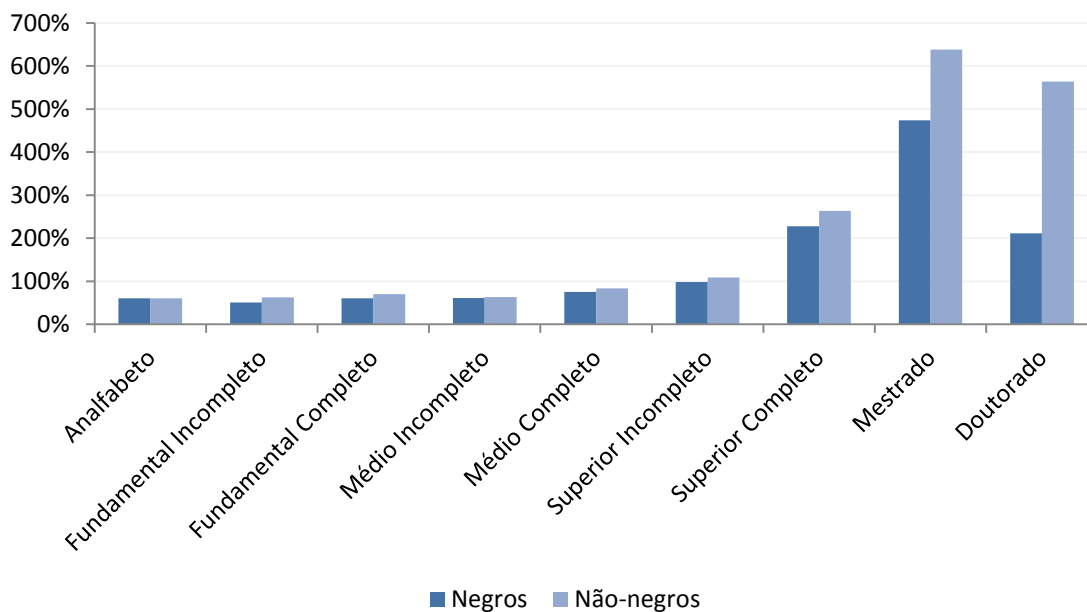
Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 68 - Remuneração da RM Florianópolis por grau de instrução (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 69 - Remuneração da RM Florianópolis por grau de instrução (% da média)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Identificando essas diferenças, pode-se afirmar que a remuneração do negro representa 81% da remuneração do não-negro que possui apenas o Fundamental Incompleto, 96% nos detentores

somente de ensino Médio Incompleto e 90% dos que possuem somente Médio Completo. As demais categorias abaixo não possuem diferenças de remuneração representativa. Quando analisados, no entanto, as categorias Superior Incompleto, Superior Completo, Mestrado e Doutorado, tais proporções passam a ser 90%, 86%, 74% e 38%, respectivamente. Considerando a média global, a remuneração do negro é 25% menor do que a do não-negro.

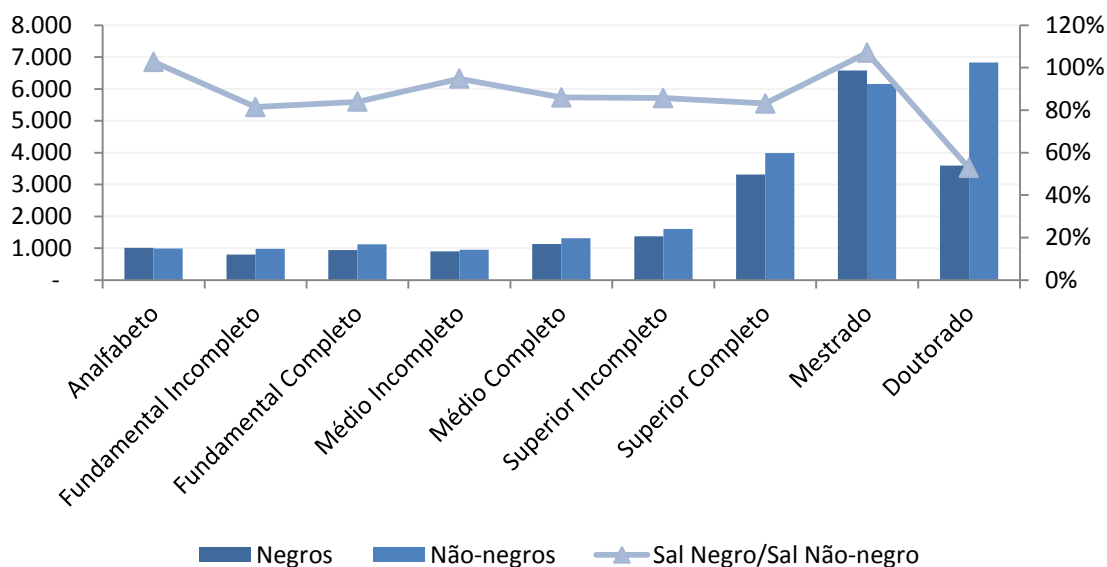
Florianópolis

Na avaliação isolada de Florianópolis o quadro é similar ao da RM Florianópolis nas categorias de mais baixa instrução. As diferenças se destacam no Superior Completo, onde a remuneração do negro é 83% da do não-negro e no Mestrado, em que há um ganho dos negros nesse item, sendo remunerados a 107% em relação ao salário dos não-negros. Tal razão se deve ao fato da concentração de negros na área de educação, especialmente em cursos como matemática, estatística, dentre outros.

Tabela 32 - Remuneração de Florianópolis por grau de instrução (R\$)

	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado
Negros	1.012	799	939	903	1.128	1.377	3.313	6.582	3.598
Não-negros	985	980	1.119	953	1.312	1.608	3.989	6.151	6.826
Sal Negro/Sal Não-negro	103%	81%	84%	95%	86%	86%	83%	107%	53%

Gráfico 70 - Remuneração de Florianópolis por grau de instrução (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

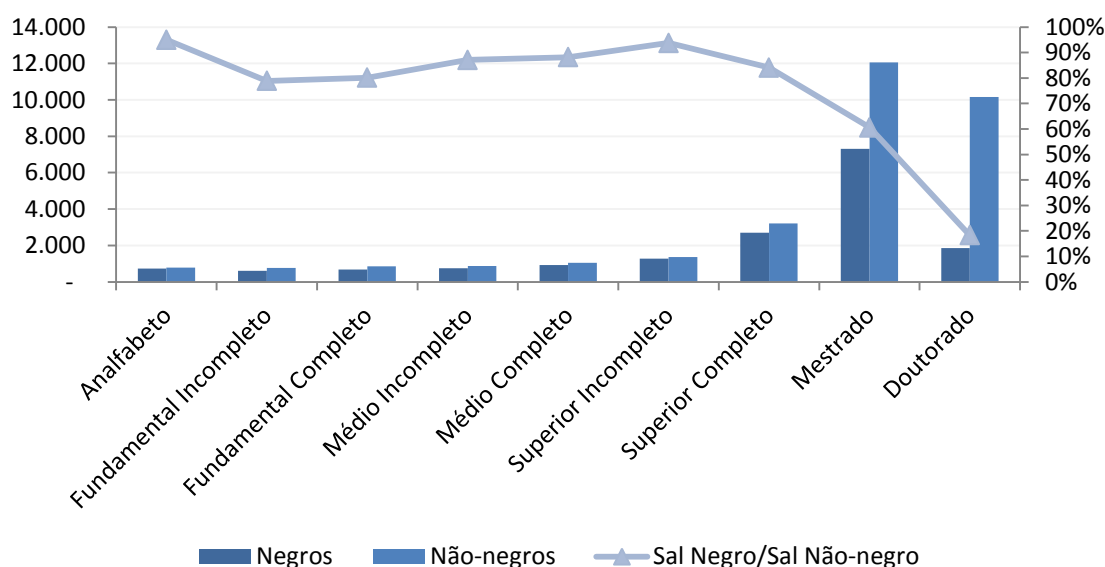
São José

Para São José o quadro se assemelha mais ao da própria RM de Florianópolis, sendo observado, no entanto, uma queda das remunerações relativas aos de mais baixa instrução. Esse movimento é similar para municípios mais afastados da capital.

Tabela 33 - Remuneração de São José por grau de instrução (R\$)

	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado
Negros	738	606	685	753	923	1.281	2.705	7.309	1.863
Não-negros	777	768	855	864	1.047	1.366	3.217	12.064	10.162
Sal Negro/Sal Não-negro	95%	79%	80%	87%	88%	94%	84%	61%	18%

Gráfico 71 - Remuneração de São José por grau de instrução (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Palhoça

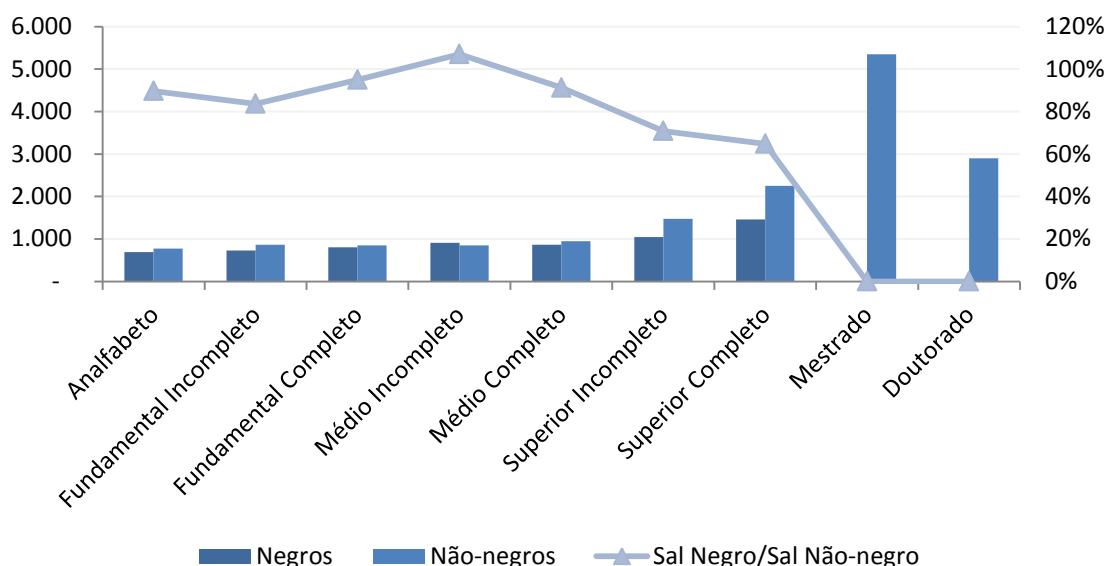
No município de Palhoça as diferenças mais representativas, desfavoravelmente ao negro, estão no Superior Incompleto e Superior Completo, sendo a remuneração do negro 71% e 65% da do não-negro, respectivamente. Destaca-se o Médio Incompleto, onde o negro recebe 107% do salário do não-negro.

Tabela 34 - Remuneração de Palhoça por grau de instrução (R\$)

	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado
Negros	691	724	803	906	864	1.042	1.457	0	0
Não-negros	770	866	845	846	947	1.471	2.249	5.352	2.899
Sal Negro/Sal Não-negro	90%	84%	95%	107%	91%	71%	65%	0%	0%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 72 - Remuneração de Palhoça por grau de instrução (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Biguaçu

Em Biguaçu ocorre um movimento interessante pois, em todas as faixas abaixo do Superior Completo, há melhor remuneração do negro ou no mínimo sua equivalência a do não-negro. Os que possuem ensino Superior Completo, a remuneração do negro é superior a do não-negro 1,7 vezes. Para as posições de Mestrado e Doutorado, nesse município, não foram identificados casos de negros na base da RAIS.

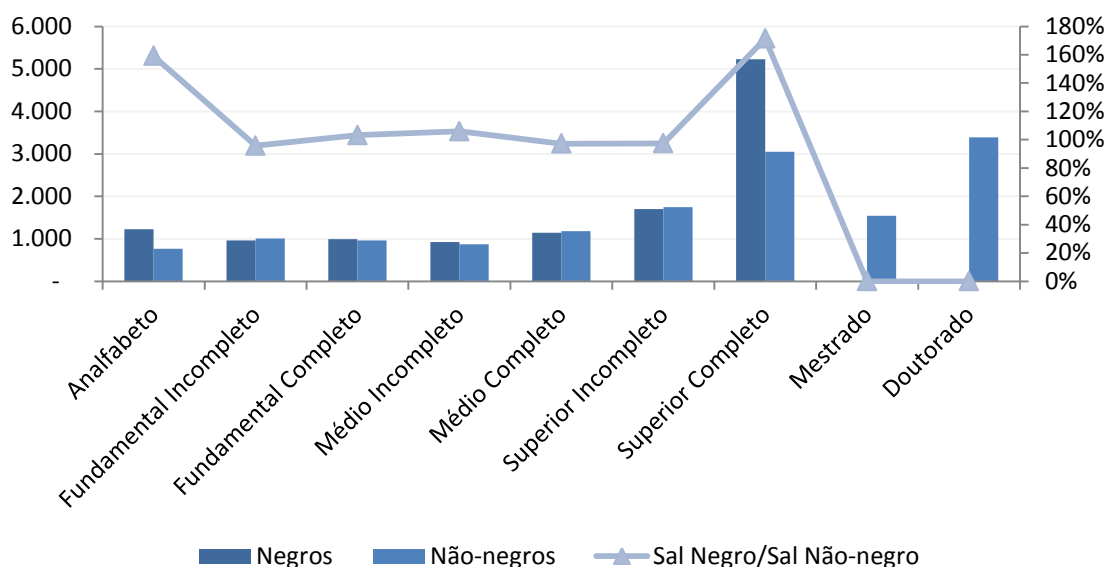
Contudo, destaca-se que relações bruscas, como no caso dos analfabetos e profissionais com superior completo se devem, também, à pouca representatividade de tais faixas de escolaridade na base de dados dos empregos formais para Biguaçu. Apenas 0,50% dos negros são analfabetos e 1,75% possuem curso superior completo, o que faz com que a relevância estatística de tais faixas de escolaridade seja baixa.

Tabela 35 - Remuneração de Biguaçu por grau de instrução (R\$)

	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado
Negros	1.224	962	991	925	1.146	1.702	5.228	0	0
Não-negros	769	1.005	960	874	1.179	1.746	3.051	1.541	3.387
Sal Negro/Sal Não-negro	159%	96%	103%	106%	97%	97%	171%	0%	0%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 73 - Remuneração de Biguaçu por grau de instrução (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Renda vs. Municípios vs. Educação

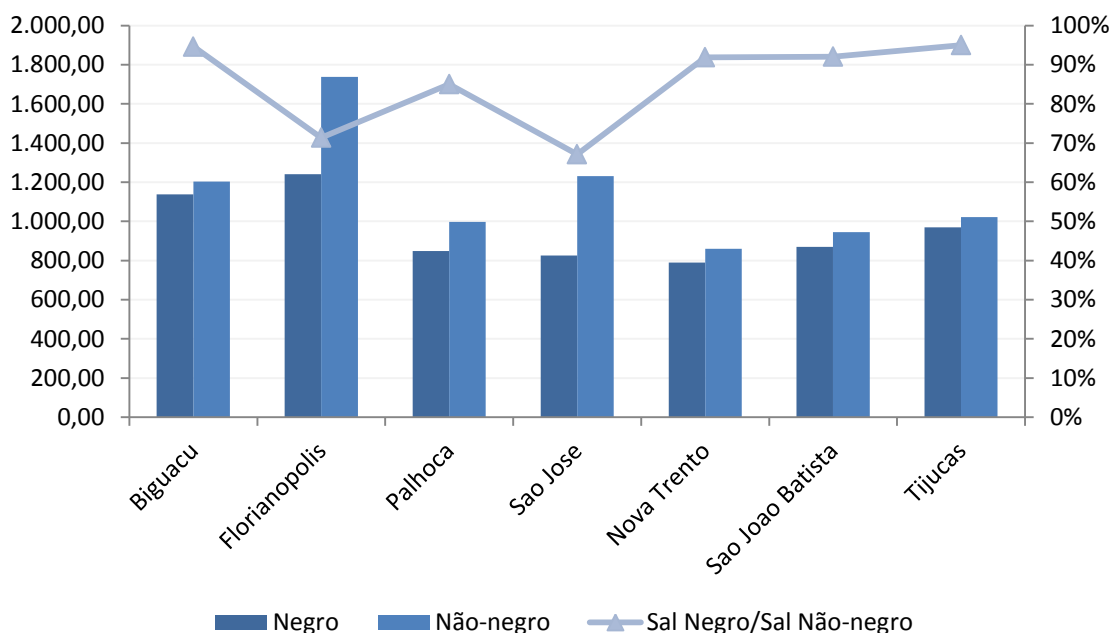
Foi realizada uma análise de remuneração por grau de instrução e por município, a fim de identificar eventuais disparidades existentes entre as regiões. Para tal análise, foram selecionados os sete maiores municípios da Região Metropolitana que, juntos, representam 97,75% dos vínculos existentes na RAIS. Tal seleção se mostrou necessária devido ao fato dos municípios de menor porte possuírem poucos vínculos formais, sendo tal número insuficiente para a construção de uma análise estatisticamente segura.

Tabela 36 - Remuneração por município (R\$)

	Negro	Não-negro	Sal Negro/Sal Não-negro
Biguaçu	1.138	1.202	95%
Florianópolis	1.240	1.738	71%
Palhoca	848	998	85%
Sao Jose	826	1.231	67%
Nova Trento	790	859	92%
Sao Joao Batista	870	946	92%
Tijucas	970	1.021	95%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 74 - Remuneração por município (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

O gráfico acima mostra que, em Florianópolis, apesar dos negros serem remunerados a 71% do salário dos não-negros, é o município onde os negros recebem os maiores salários em termos nominais. Em São José, os negros ganham 67% da remuneração dos não-negros, o que é próximo da relação existente em Florianópolis, apesar de nominalmente a remuneração dos negros estar entre as menores dos municípios analisados.

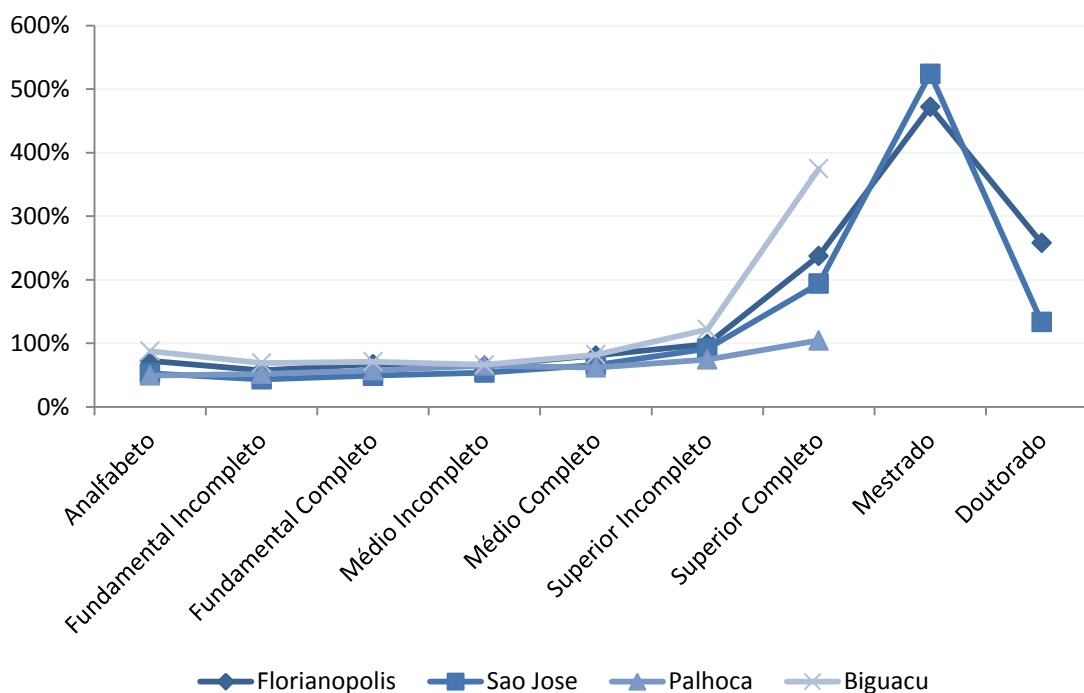
Nos demais municípios, a remuneração dos negros é bem próxima a dos não-negros, sendo, na maioria dos casos, acima de 90%. Contudo, em termos nominais, todos estes municípios remuneraram os negros e não-negros em valores consideravelmente inferiores aos de Florianópolis, com exceção de Biguaçu, onde a remuneração é maior.

Tabela 37 - Remuneração dos negros por município e grau de instrução (% da média)

	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado
Florianópolis	73%	57%	67%	65%	81%	99%	238%	472%	258%
São José	53%	43%	49%	54%	66%	92%	194%	524%	134%
Palhoca	50%	52%	58%	65%	62%	75%	104%	0%	0%
Biguaçu	88%	69%	71%	66%	82%	122%	375%	0%	0%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 75 – Remuneração dos negros por município e grau de instrução (% da média)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

O gráfico acima mostra a remuneração dos negros nas quatro principais cidades da RM Florianópolis, como percentual da remuneração média global de todos os indivíduos, negros e não-negros. É visível que ocorrem maiores disparidades na remuneração dos negros analfabetos e na dos negros que possuem nível superior incompleto em diante. Para Biguaçu e Palhoça não há dados para mestres e doutores na RAIS, o que evidencia que não existem pessoas de tais escolaridades empregadas nessas cidades.

Fica evidente que o negro é mais bem remunerado em Florianópolis, apesar dos valores recebidos em porcentagem do salário do não-negro ser consideravelmente abaixo dos apresentados em cidades menores. Nas demais cidades existe uma menor disparidade entre a remuneração de negros e não-negros, apesar da remuneração ser nominalmente inferior para ambas as raças. Existem, ainda, desigualdades salariais para pessoas de mesmo nível de instrução nas quatro maiores cidades da RM, o que pode ser justificado pela composição do mix de atividades econômicas presentes em cada região.

Renda vs. Setor vs. Escolaridade

Com base no gráfico de Remuneração por setor, em todos os dez setores analisados, os negros possuem salários menores do que os dos não-negros, sendo que esta discrepância é mais acentuada nos setores de “Informação e Comunicação”, “Outras Atividades de Serviços” e “Educação”, nos

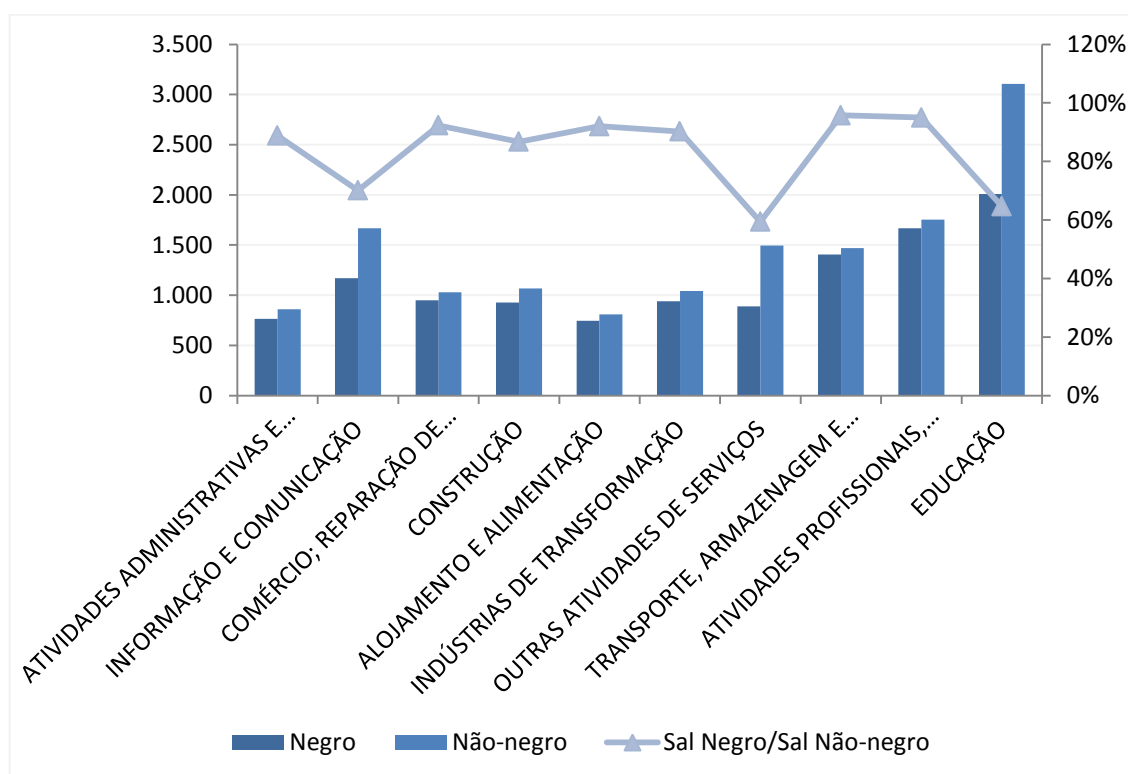
quais o salário dos negros representa menos de 80% do salário dos não-negros. Além disso, verifica-se que o setor de “Educação” é o que apresenta as maiores remunerações, tanto para negros, quanto para não-negros. Uma das justificativas para tal é o fato de que este é o setor que possui maior quantidade de mestres e doutores. Em contrapartida, os setores que apresentam as piores remunerações são “Atividades Administrativas e serviços complementares” e “Alojamento e Alimentação”.

Tabela 38 - Remuneração por setor (R\$)

	Negro	Não-negro	Sal Negro/Sal Não-negro	Distribuição dos Negros
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COM	763	859	89%	24%
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.170	1.669	70%	16%
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMC	951	1.030	92%	15%
CONSTRUÇÃO	927	1.069	87%	14%
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	746	811	92%	6%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	940	1.041	90%	6%
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	888	1.495	59%	5%
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	1.407	1.470	96%	3%
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉC	1.667	1.755	95%	2%
EDUCAÇÃO	2.010	3.107	65%	2%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 76 - Remuneração por setor (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

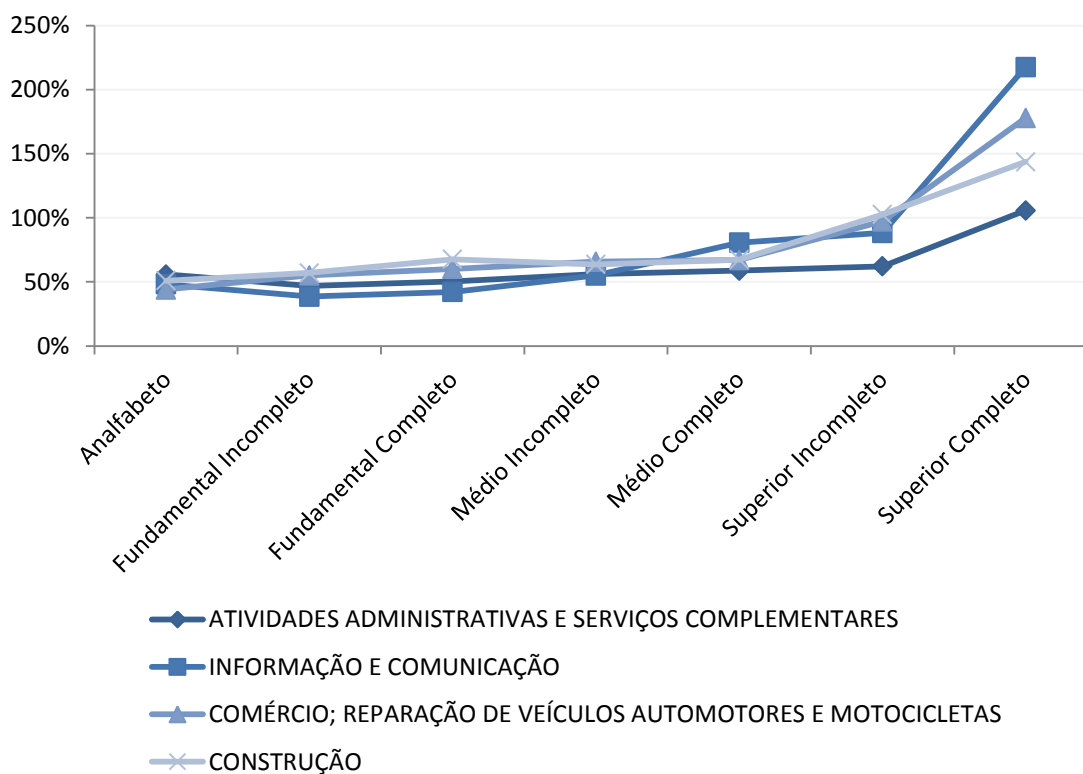
Observa-se, através do gráfico abaixo, que, na medida em que o grau de instrução aumenta, ampliam-se também as diferenças entre as remunerações dos diferentes setores. Dessa forma, analisando-se os dados para os indivíduos com superior completo, (segmento no qual há maior diferenciação de remuneração por setor), é possível averiguar que o setor de “Informação e Comunicação” é o que remunera melhor, enquanto o setor de “Atividades Administrativas e Serviços Complementares” é o que tem a menor remuneração em termos de porcentagem da média. Também se pode destacar que, nos níveis de escolaridade “Fundamental incompleto”, “Fundamental completo” e “Médio incompleto”, a remuneração é mais elevada nos setores de “Construção” e “Comércio, Reparação de Veículos automotores e motocicletas”.

Tabela 39 - Remuneração dos negros por setor e grau de instrução (% da média)

	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	56%	47%	50%	56%	59%	62%	106%
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	48%	39%	42%	55%	81%	88%	218%
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	44%	55%	60%	66%	67%	97%	178%
CONSTRUÇÃO	51%	57%	68%	64%	67%	103%	144%
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	96%	44%	48%	53%	57%	71%	141%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	77%	65%	58%	56%	68%	79%	217%
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	41%	30%	67%	57%	80%	113%	167%
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	56%	68%	76%	79%	101%	110%	189%
EDUCAÇÃO	60%	71%	91%	75%	114%	78%	236%
	44%	57%	46%	47%	79%	132%	194%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 77 - Remuneração dos negros por setor e grau de instrução (% da média)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Renda vs. Ocupação vs. Setor

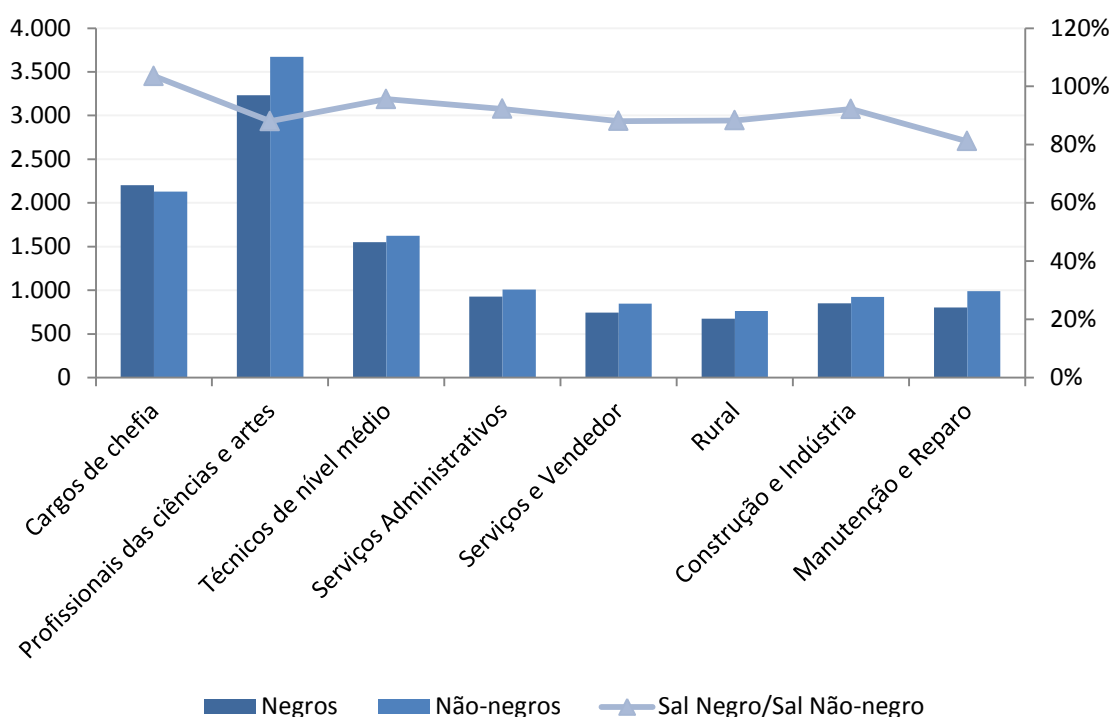
As remunerações foram comparadas por ocupação, dada a classificação sintética da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), fornecida pelo IBGE em 2012. As remunerações dos negros se situam, na maioria das vezes, entre 80% e 96% da remuneração dos não-negros. Os menores desvios estão nos cargos de Técnicos de Nível Médio e Serviços Administrativos que representaram 96% e 92%, respectivamente, dos salários dos não-negros. Na categoria Serviços e Vendedor, que concentram 35,05% dos negros, a remuneração dos negros representa 88% dos salários dos não-negros. Nos cargos de chefia, os negros com emprego formal possuem maior remuneração, em média, dos que os não-negros. Essa medida, no entanto, possui baixa representatividade, uma vez que os negros somam apenas 1,38% desses empregos. De todo modo, sinaliza para uma elevada competência dos negros que chegam a cargos de níveis superiores.

Tabela 40 - Remuneração por ocupação (R\$)

Admissão de Negros	Negros	Não-negros	Sal Negro/Sal Não-negro	Distribuição dos Negros
Cargos de chefia	2.203	2.128	104%	1,38%
Profissionais das ciência	3.233	3.672	88%	2,80%
Técnicos de nível médio	1.552	1.623	96%	7,19%
Serviços Administrativos	929	1.007	92%	26,37%
Serviços e Vendedor	746	846	88%	35,05%
Rural	674	764	88%	0,29%
Construção e Indústria	852	924	92%	25,20%
Manutenção e Reparo	803	990	81%	1,73%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

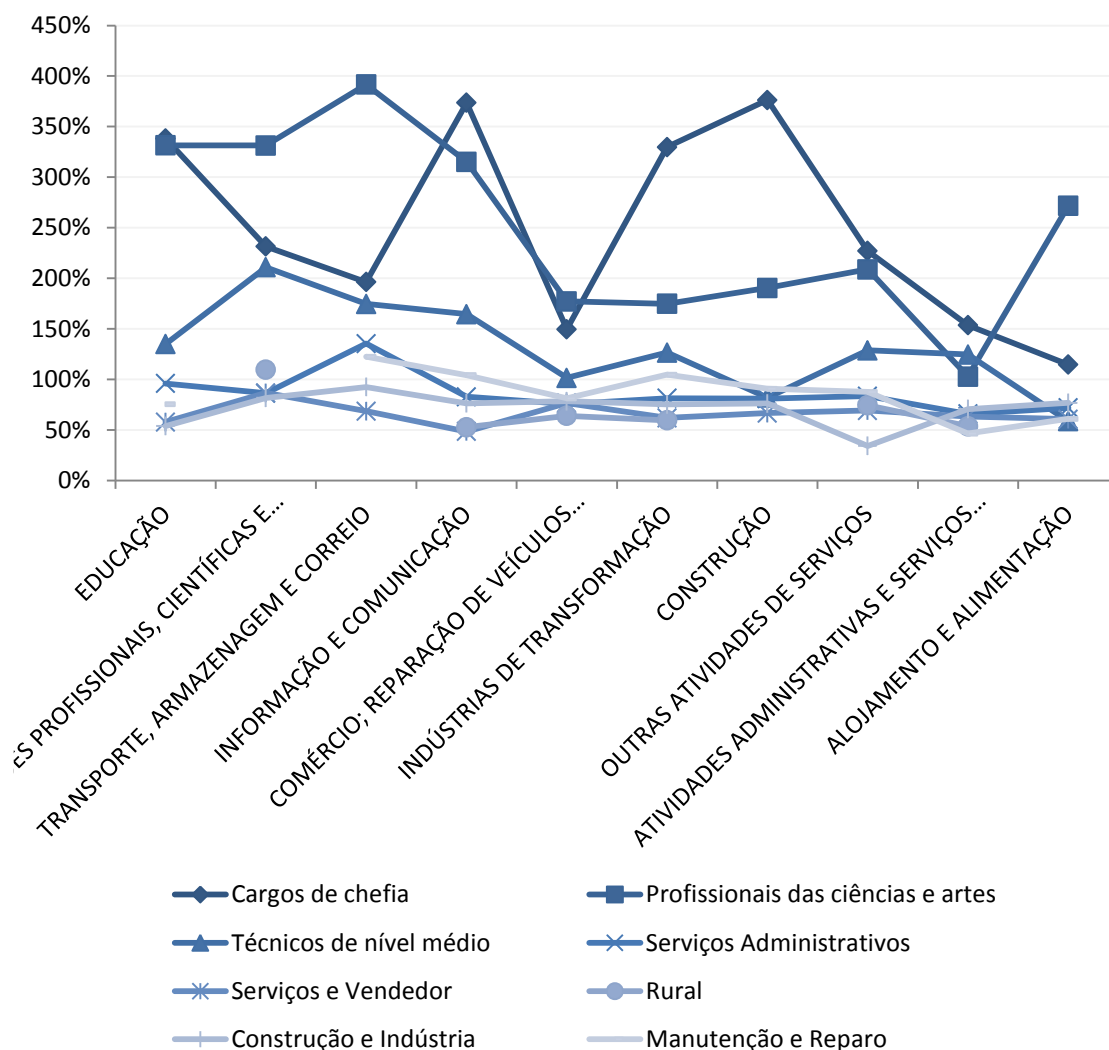
Gráfico 78 - Remuneração por ocupação (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Quando avaliada a remuneração das ocupações diante dos setores de maior representatividade dos negros constata-se que os cargos de chefia possuem maiores salários nos setores de educação, informação e comunicação e construção. Para os Profissionais das Ciências e Artes os maiores salários estão nos setores de educação, atividades profissionais e científicas e transporte. Os técnicos de nível médio se destacam em atividades profissionais e científicas, seguidos de transporte.

Gráfico 79 - Remuneração por ocupação (% da média)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Renda vs. Ocupações

As principais categorias de ocupação são as de “Serviços Administrativos”, “Serviços e Vendedor” e “Construção e Indústria” que, juntos, englobam mais de 86% dos trabalhadores formais da RM de Florianópolis. Estes foram analisados de maneira mais detalhada. Adicionalmente, analisou-se a categoria de “Cargos de Chefia”, a fim de verificar a representatividade dos negros em tal categoria, de acordo com as classificações por atividade econômica.

Cargos de Chefia

Nos cargos de chefia, apesar dos negros representarem apenas cerca de 3% dos vínculos ativos, a remuneração dos mesmos se mostrou ligeiramente maior, sendo em média 104% da remuneração

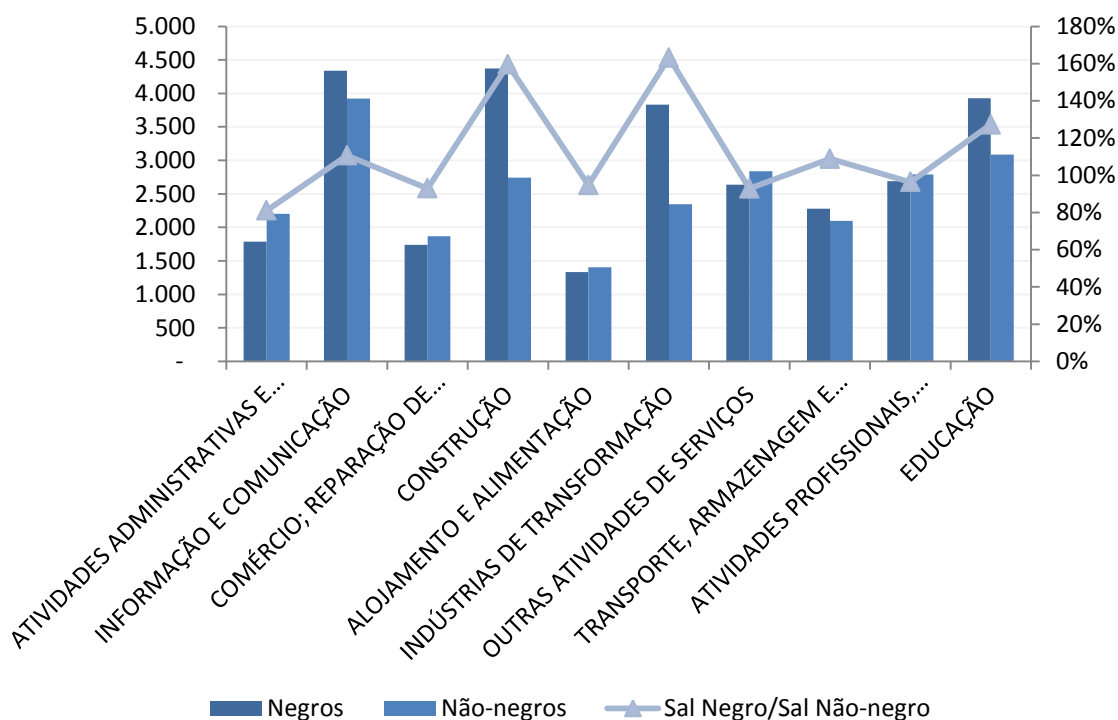
dos não-negros. Contudo, como já mencionado, tal dado deve ser analisado com cautela, pois a amostra de negros para tal categoria de ocupação é pequena, principalmente quando se analisa os setores isoladamente.

Tabela 41 - Remuneração dos cargos de chefia (R\$)

	Negros	Não-negros	Sal Negro/Sal Não-negro
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1.784	2.202	81%
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4.340	3.924	111%
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	1.737	1.869	93%
CONSTRUÇÃO	4.371	2.741	159%
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	1.330	1.405	95%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	3.831	2.348	163%
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	2.636	2.839	93%
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	2.281	2.096	109%
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	2.689	2.791	96%
EDUCAÇÃO	3.930	3.088	127%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 80 - Remuneração dos cargos de chefia (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Conforme pode ser observado no gráfico acima, o negro recebe mais que o não-negro na “Construção”, na “Indústria de Transformação”, “Educação”, “Informação e Comunicação” e “Transporte, Armazenagem e Correio”. Sendo que, nos demais setores, a remuneração do não-negro

se mostrou superior. É notável, ainda, que os mesmos setores que recompensam melhor em relação ao não-negro são, também, os que remuneram melhor em termos nominais.

Serviços e Vendedor

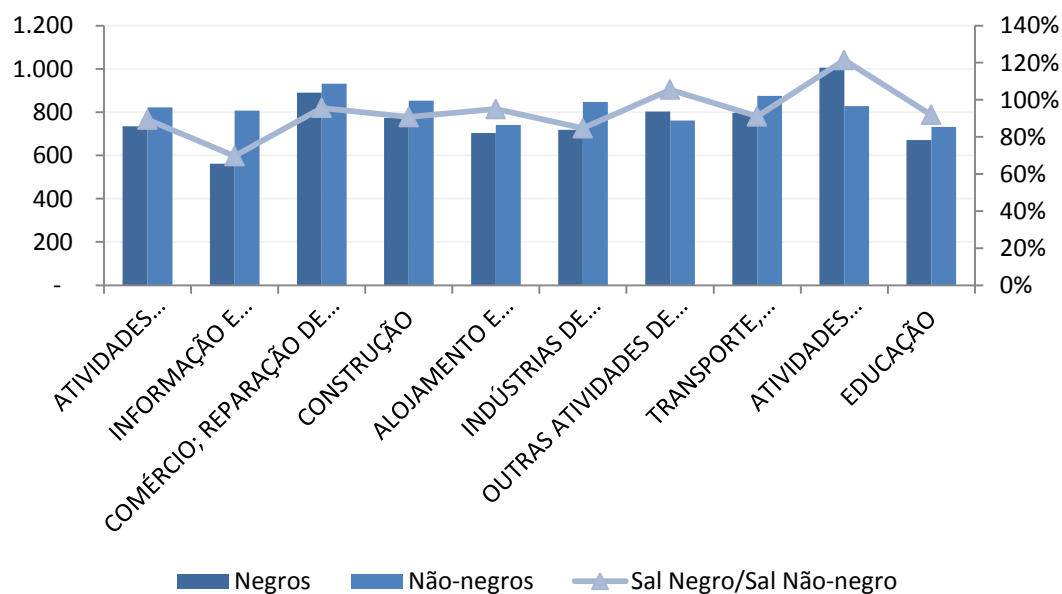
Na categoria ocupacional de “Serviços e Vendedor”, os dados mostram que o negro recebe, em média, 88% da remuneração do não-negro. Contudo, como é possível observar na tabela e gráfico abaixo, tal fato varia de acordo com o setor de trabalho, sendo que o negro recebe mais que o não-negro no setor de “Outras Atividades e Serviços” e “Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas”. Nos outros setores a remuneração do negro é inferior a do não-negro, com destaque para o setor de “Informação e Comunicação”, onde o salário dos negros é apenas 70% da recompensa do não-negro.

Tabela 79 - Remuneração dos trabalhadores de serviços e vendedores (R\$)

	Negros	Não-negros	Sal Negro/Sal Não-negro
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	734	822	89%
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	562	807	70%
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	890	932	96%
CONSTRUÇÃO	774	853	91%
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	704	741	95%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	718	848	85%
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	803	762	105%
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	796	875	91%
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	1.005	828	121%
EDUCAÇÃO	672	732	92%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 81 - Remuneração dos trabalhadores de serviços e vendedores (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Ao analisar os salários em termos nominais, percebe-se que, para a categoria ocupacional analisada, a remuneração não possui variação brusca entre os setores analisados, ficando próxima a média na maioria dos casos. As variações mais expressivas ocorrem no setor de “Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas”, onde a remuneração do nominal está cerca de 35% acima da média, e no setor de “Informação e Comunicação”, onde os salários observados estão 25% abaixo da média.

Serviços Administrativos

Nessa categoria ocupacional, a remuneração dos negros é, em média, 92% da dos não-negros. As proporções do salário do negro em relação ao do não-negro nos diferentes setores é estável, ficando entre 85% e 95% na maioria dos casos. Destacam-se o setor de “Transporte, Armazenagem e Correio”, nos quais a remuneração chega a 104% e o de “Outras Atividades de Serviços”, onde o salário é apenas 78%.

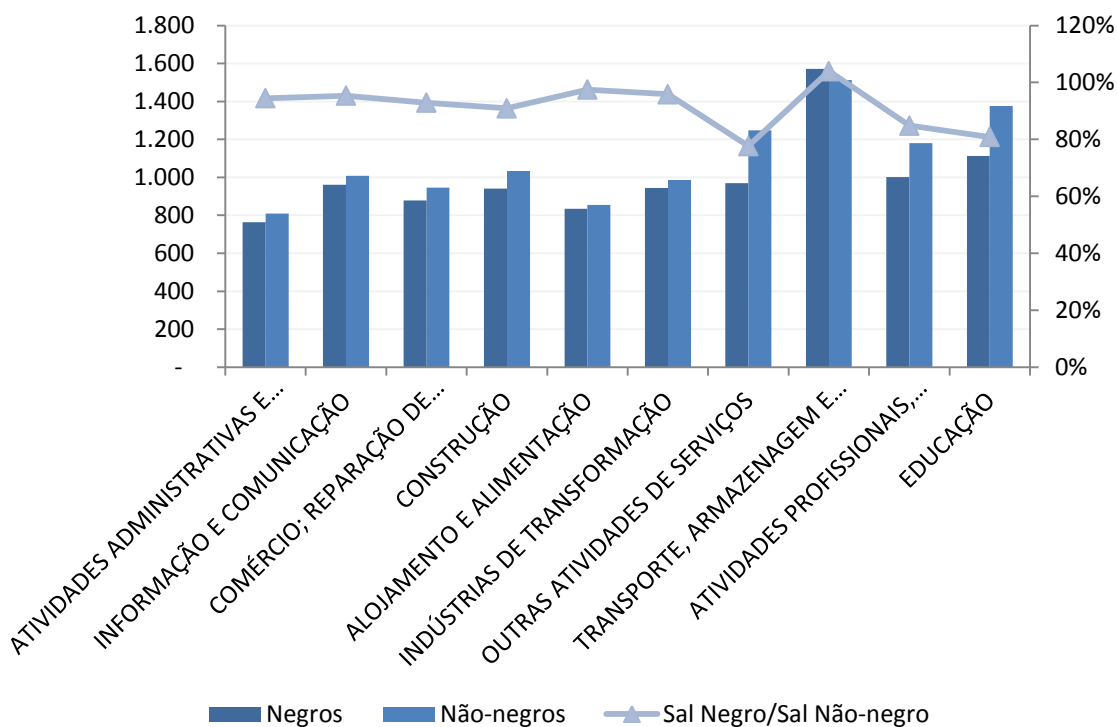
Assim como na categoria “Serviços e Vendedores” os salários nominais entre os diferentes setores é estável. Entretanto, o setor de “Transporte, Armazenagem e Correio” se destaca, pois a remuneração nominal dos negros é cerca de 69% acima da média. Merece destaque, ainda, o setor de “Atividades Administrativas e Serviços Complementares”, onde a remuneração do negro está aproximadamente 18% abaixo da do não-negro.

Tabela 42 - Remuneração dos trabalhadores de serviços administrativos (R\$)

	Negros	Não-negros	Sal Negro/Sal Não-negro
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	764	808	94%
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	961	1.008	95%
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	879	946	93%
CONSTRUÇÃO	940	1.034	91%
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	834	855	98%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	945	985	96%
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	969	1.248	78%
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	1.571	1.512	104%
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	1.001	1.180	85%
EDUCAÇÃO	1.113	1.377	81%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 82 - Remuneração dos trabalhadores de serviços administrativos (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Construção e Indústria

Os trabalhadores negros da categoria “Construção e Indústria” ganham, em média, 92% do salário dos não-negros. Contudo, a remuneração de tal categoria não é muito estável com relação aos diferentes setores, ocorrendo variações bruscas em diversos deles. Dentre tais variações, destaca-se o setor de “Outras Atividades e Serviços” e “Educação”, onde a remuneração do negro é apenas 32% e 66% do ordenado do não-negro, respectivamente. Por outro lado, nos setores de “Alojamento e Alimentação” e “Comercio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas”, o negro possui salários superiores ao não-negro.

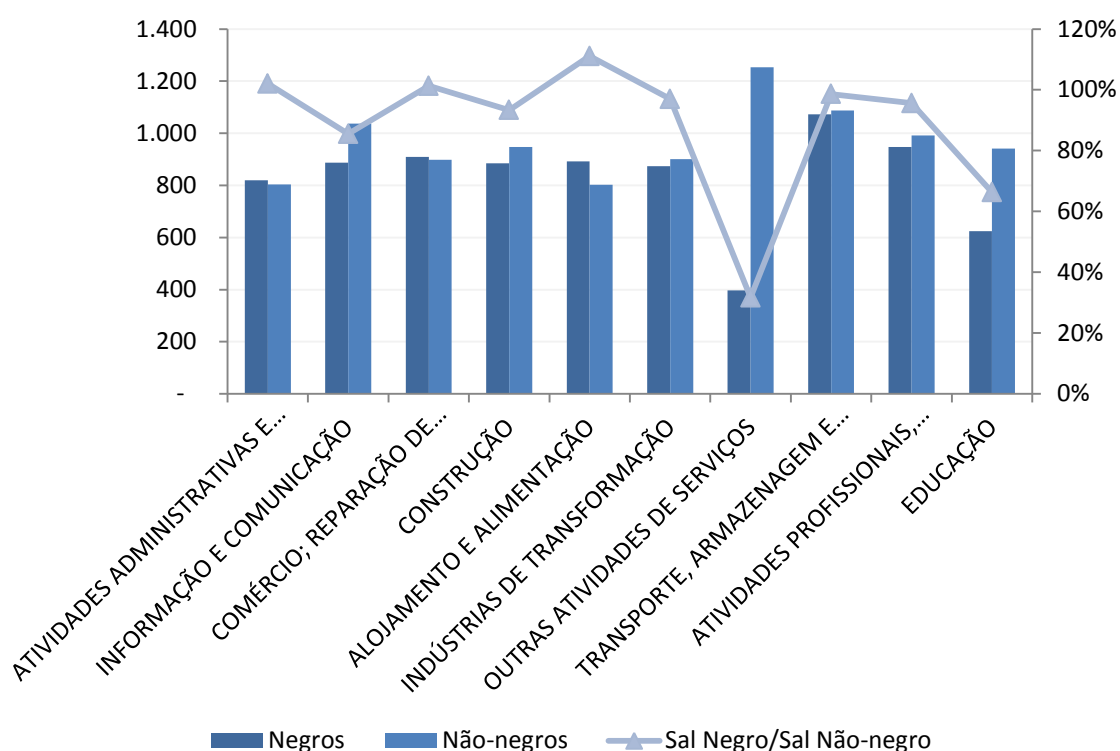
Em termos nominais, existem variações negativas relevantes nos setores de “Outras Atividades e Serviços” e “Educação”, onde o negro que possua ocupação na Construção e Indústria recebe consideravelmente menos que o não-negro. Os demais setores não mostram desvios bruscos em relação a media, à exceção do setor de “Transporte, Armazenagem e Correios”, que, em termos nominais, é o setor onde o negro é mais bem remunerado.

Tabela 43 - Remuneração dos trabalhadores da construção e indústria (R\$)

	Negros	Não-negros	Sal Negro/Sal Não-negro
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	819	803	102%
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	887	1.037	85%
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	909	898	101%
CONSTRUÇÃO	884	947	93%
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	892	803	111%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	873	900	97%
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	397	1.253	32%
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	1.073	1.088	99%
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	948	991	96%
EDUCAÇÃO	625	942	66%

Fonte: RAIS/CAGED 2010

Gráfico 83 - Remuneração dos trabalhadores da construção e indústria (R\$)



Fonte: RAIS/CAGED 2010

Considerações Finais

Em 2009, na Região Metropolitana de Florianópolis (RMF), os negros responderam por 14% da População Economicamente Ativa (PEA).

Nos últimos dez anos houve um grande aumento na proporção de mulheres negras que participam do mercado de trabalho. Essa mudança foi claramente evidenciada na zona rural.

A composição da PEA por faixa etária mostra que o trabalhador negro é em geral mais jovem do que o não-negro. Todavia, os negros no mercado de trabalho apresentam uma formação educacional inferior aos dos não-negros.

A composição da PEA por grupos de escolaridade apresentou melhorias consideráveis de 2001 para 2009, sendo que a modificação nesta estrutura foi semelhante para negros e não-negros. Verifica-se que houve uma redução significativa no percentual de pessoas no grupo “Fundamental incompleto” e um aumento significativo no percentual de pessoas nos grupos “Médio completo” e “Superior completo”.

Em relação às diferenças entre negros e não-negros na composição da PEA por grupos de escolaridade, pode-se dizer que, na Região Metropolitana de Florianópolis, em 2009, os negros se concentram mais do que os não-negros nas categorias de escolaridade inferiores, como “Sem instrução” e “Fundamental incompleto”, enquanto os grupos com melhor formação, como “Superior incompleto” e “Superior completo” possuem, proporcionalmente, mais não-negros do que negros.

A taxa de desemprego na RM Florianópolis está próxima de 10% para os negros e 4% para os não-negros. Comprando-se o desemprego e escolaridade, o problema do desemprego para os negros parece mais grave em relação àqueles que possuem Ensino Médio Completo, sendo 22% de desempregados contra uma proporção esperada de 16%, evidenciada na PEA.

Na faixa etária de 30 a 45, onde está concentrada a maior parte da população, a informalidade atinge 15% dos homens negros e 20% das mulheres negras, contra 7% e 16% para os respectivos não-negros. Destaca-se o fato de 15% dos negros estarem empregados em trabalhos domésticos sem carteira assinada e estes representarem quase a totalidade dos empregos no Exército.

Saúde

Origem dos dados

A maioria das informações foi retirada do Atlas Racial, dado que o Censo e o PNAD não possuem indicadores referentes à categoria saúde, segmentadas pelo quesito raça/cor. Além disso, no atlas os dados estão disponíveis somente em nível nacional, regional e estadual até o ano 2000. Dessa forma, o estado de Santa Catarina foi utilizado como base para análise.

Alguns dados foram recebidos da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, referentes aos anos de 2007 a 2011. Estes traduzem informações mais específicas do município, como consultas médicas e acesso a certos tipos de tratamento e diagnósticos, segmentados por negros e não-negros.

Outra fonte utilizada foi a base de dados do Data SUS, especialmente para constatar os casos de AIDS na RM Florianópolis, segmentados por raça/cor.

Expectativa de Vida

Tabela 44 - Expectativa de vida (em anos) para o Brasil

Brasil	1980	1991	2000
Não-Negros	60,91	66,07	71,53
Negros	56,98	61,79	66,15
Total	59,16	64,73	68,61

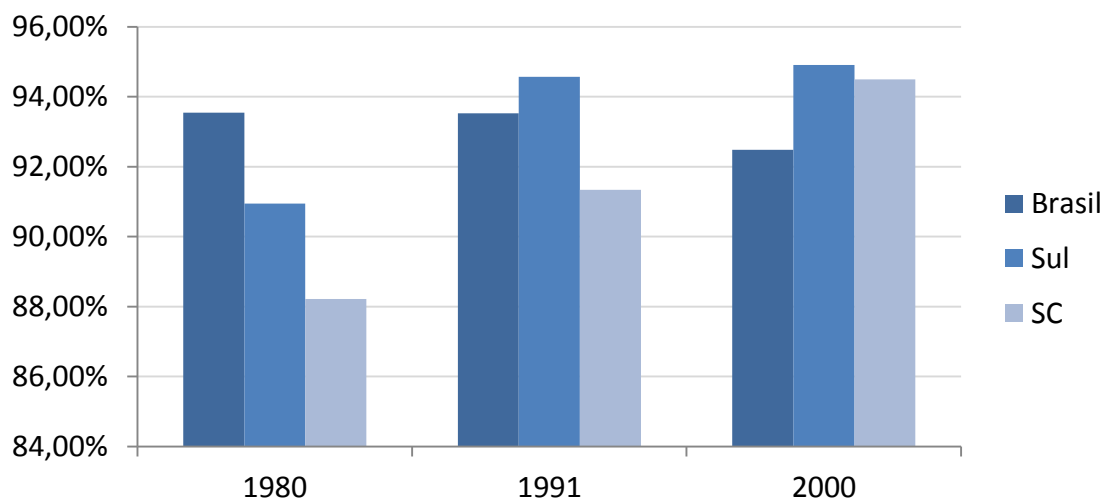
Fonte: Atlas Racial

Tabela 45 - Expectativa de vida (em anos) para o estado de Santa Catarina

Santa Catarina	1980	1991	2000
Não-Negros	66,38	70,92	74,24
Negros	58,56	64,78	70,16
Total	65,48	70,16	73,69

Fonte: Atlas Racial

Gráfico 84 - Proporção da Expectativa de Vida de Negros sobre Não-Negros



Fonte: Atlas Racial

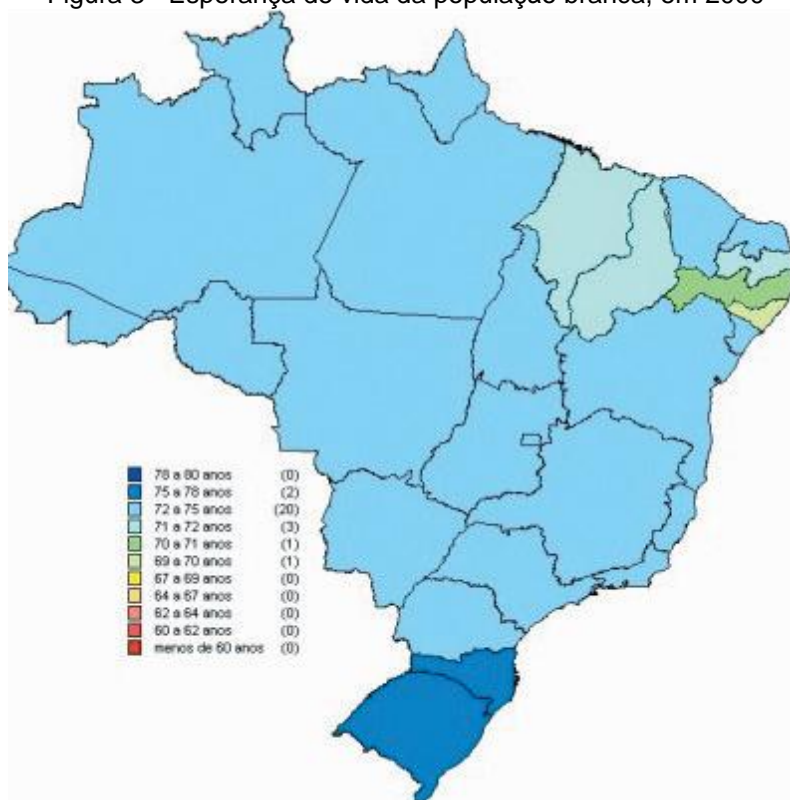
A proporção entre a expectativa de vida dos negros em relação aos não-negros busca mensurar a equivalência de condições que permitem a longevidade da população, sem discriminação de raça/cor. Portanto, em um cenário ideal, as expectativas de vida deveriam ser próximas ou semelhantes, levando a um número de 100%.

Entre os anos de 1980 e 2000, é nítida a melhora desse índice para o estado de Santa Catarina, saltando de 88,22% para 94,50%, enquanto no Brasil houve uma queda de 93,55% para 92,48%. No início do período analisado, a expectativa de vida dos negros no estado era bastante reduzida se comparada aos não-negros. Por outro lado, no último período de registro, o estado já apresenta números melhores que o cenário nacional, dando indícios de uma tendência de equidade na expectativa de vida de diferentes raças.

Os valores (em anos) da expectativa de vida para o Brasil e para o estado de Santa Catarina são apresentados nas tabelas acima. Uma pessoa negra nascida em Santa Catarina no ano 2000 viverá, em média, 4 anos a menos que uma pessoa não-negra nascida no estado neste mesmo ano. No entanto, um negro nascido em Santa Catarina no ano 2000 viverá, em média, 4 anos a mais que a média dos negros no Brasil.

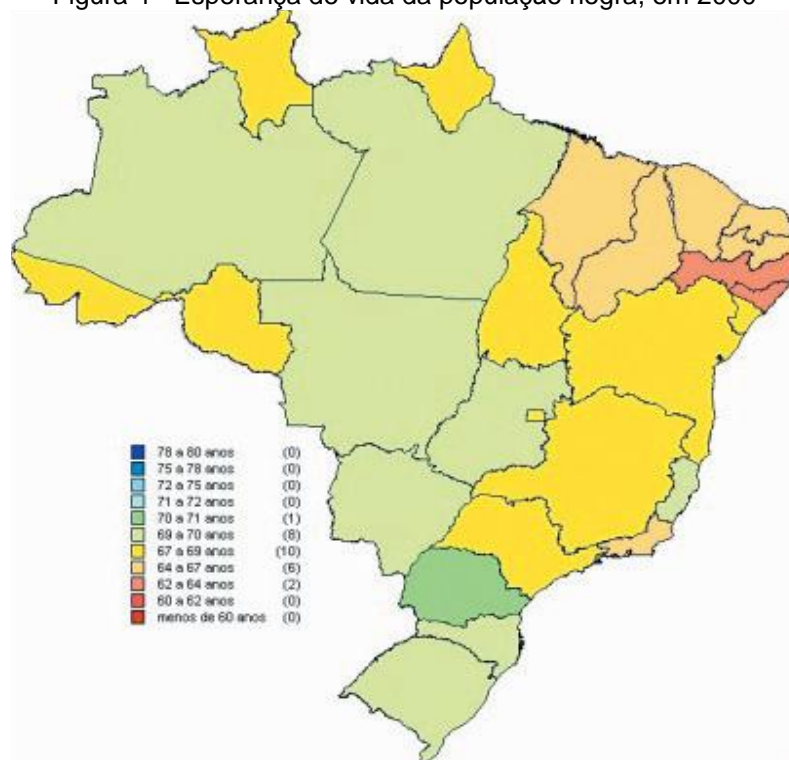
Apesar da expectativa de vida dos negros ter apresentado algum crescimento, tanto para o Brasil quanto para Santa Catarina, os números de 2000 são equivalentes ao indicador do período anterior para os não-negros. Para o estado em estudo, se o ritmo de crescimento da esperança de vida dos negros permanecer o mesmo daquele observado entre 1991 e 2000, por volta de 2015 o indicador será equivalente para os diferentes grupos raciais.

Figura 3 - Esperança de vida da população branca, em 2000



Fonte: Relatório FUNASA (Fundação Nacional de Saúde)

Figura 4 - Esperança de vida da população negra, em 2000



Fonte: Relatório FUNASA (Fundação Nacional de Saúde)

Através das figuras acima, é possível visualizar o destaque do estado de Santa Catarina em relação ao Brasil quanto ao indicador de expectativa de vida. Por fim, vale ressaltar que no último período analisado a expectativa de vida dos negros no estado de Santa Catarina já se encontra superior à esperança de vida total da população brasileira.

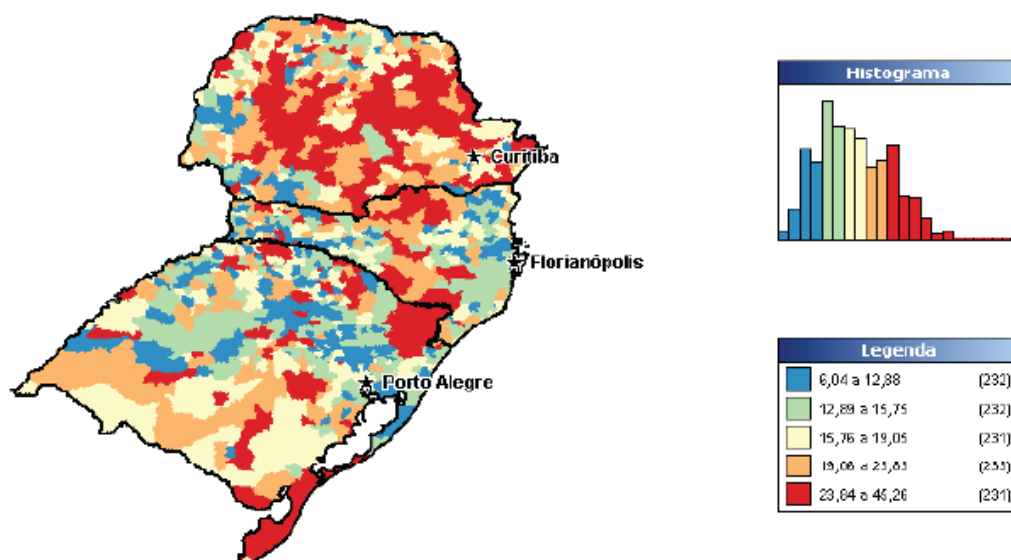
Taxas de Mortalidade e Fecundidade

Tabela 45 - Taxa de Mortalidade Infantil

	1980		1991		2000	
	Não-Negros	Negros	Não-Negros	Negros	Não-Negros	Negros
Brasil	85,84	100,64	32,25	56,61	22,93	38,00
Região Sul	67,99	91,50	26,07	32,42	16,73	22,80
Santa Catarina	64,91	95,17	23,49	36,01	16,14	21,46

Fonte: Atlas Racial

Figura 5 - Distribuição espacial da Mortalidade Infantil para os municípios da região Sul



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

A taxa de mortalidade infantil representa o número de óbitos de crianças até um ano de idade a cada 1.000 nascimentos, segundo a raça/cor da mãe. Em todos os anos da análise, é perceptível que esse indicador é maior para a população negra em detrimento dos não-negros, tanto para o Brasil quanto

para o estado de Santa Catarina. No primeiro ano da série, havia uma diferença de 17,24% a mais para os negros no Brasil e 46,63% para SC. Para o ano 2000, no Brasil crianças nascidas de mães negras tinham uma chance 65,74% superior de morrer durante o primeiro ano de vida, enquanto o estado de Santa Catarina conseguiu reduzir essa diferença para 32,97%. A taxa de redução da mortalidade infantil para os negros no Brasil foi, em média, 4,75% ao ano, enquanto no estado em análise foi de 7,18% ao ano.

Tabela 46 - Taxa de Mortalidade Infantil em outros países

	2000
Argentina	18,31
Uruguai	15,14
Chile	9,6
Estados Unidos	6,82

Fonte: www.indexmundi.com.br

Observando a taxa de mortalidade infantil em outros países, apesar de não discriminada segundo o critério raça/cor, é possível inferir que a região Sul e o estado em análise se aproximam do índice de outros países latino-americanos, como Argentina e Uruguai. O Brasil, no entanto, ainda se encontra distante desses resultados.

Tabela 47 - Taxa de Mortalidade na Infância

	1980		1991		2000	
	Não-Negros	Negros	Não-Negros	Negros	Não-Negros	Negros
Brasil	106,63	130,75	40,74	77,96	28,88	49,47
Região Sul	78,52	113,93	29,10	39,91	18,32	26,55
Santa Catarina	74,51	120,74	23,71	40,82	16,16	24,07

Fonte: *Atlas Racial*

Tabela 48 - Taxa de Mortalidade entre 1 e 5 anos de idade

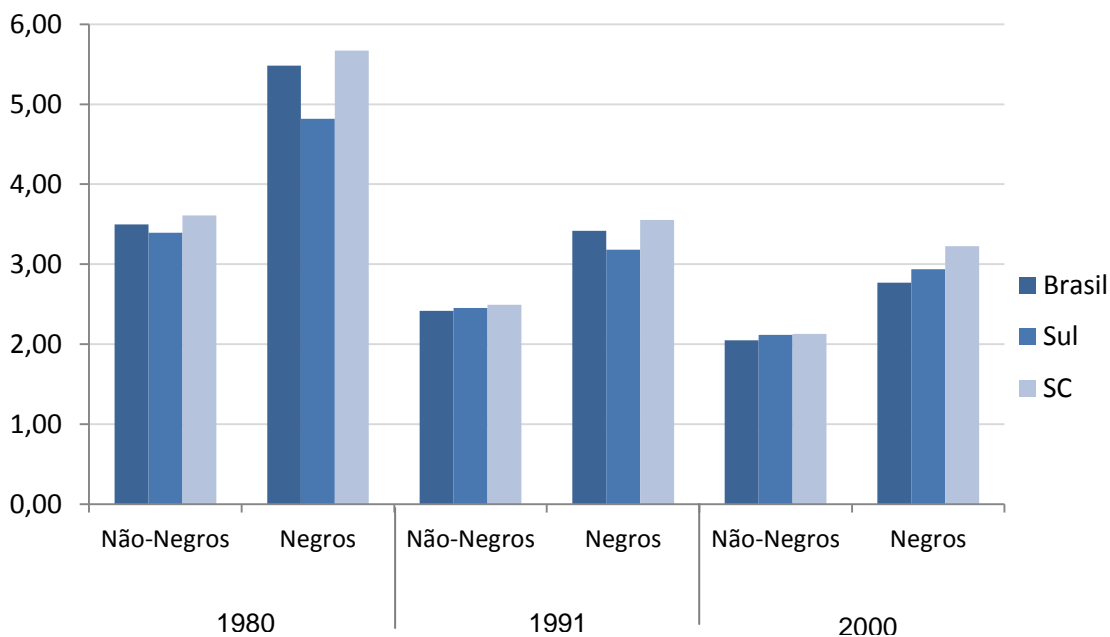
	1980		1991		2000	
	Não-Negros	Negros	Não-Negros	Negros	Não-Negros	Negros
Brasil	20,79	30,11	8,49	21,35	5,95	11,47
Região Sul	10,53	22,43	3,03	7,49	1,60	3,75
Santa Catarina	9,60	25,57	0,22	4,81	0,02	2,62

Fonte: Atlas Racial

A taxa de mortalidade na infância representa o número de óbitos de crianças até 5 anos de idade sobre uma base de 1.000 pessoas nessa faixa etária, segundo a raça/cor da mãe. Nesse caso, como a Taxa de Mortalidade Infantil está inserida nesse indicador, faz-se necessário observar a diferença entre os índices, o que representa a mortalidade de crianças de 1 a 5 anos, nascidas de mães negras e não-negras. O estado de Santa Catarina conseguiu reduzir esse número a valores próximos de zero entre o período inicial e final da análise, desempenho bastante superior ao visto no país. Entretanto, ainda é visível uma pequena disparidade segundo a raça/cor da mãe.

Considerando a meta para esses indicadores definidas pelo PNUD Brasil, através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos –, para o estado de Santa Catarina, o valor a ser alcançado é 7,90 para não-negros e 13,61 para negros. Em 10 anos, esses valores foram reduzidos em 31% e 41% respectivamente, indicando um potencial de cumprimento da meta até 2015, se mantido o mesmo ritmo de redução observado entre 1991 e 2000.

Gráfico 85 - Taxa de Fecundidade Total (em número de filhos)



Fonte: Atlas Racial

Tabela 49 - Diferença da Taxa de Fecundidade entre Negros e Não-negros

	1980	1991	2000
Brasil	56,72%	41,33%	35,00%
Sul	42,07%	29,80%	38,70%
SC	57,07%	42,73%	51,49%

Fonte: Atlas Racial

A taxa de fecundidade está representada como o número médio de filhos por mulher em idade fértil, sendo esta segmentada entre negra e não-negra. Para os dois grupos de raça, há uma tendência de queda desse indicador. Porém, a taxa de fecundidade ainda é mais alta para mulheres negras, indicando uma possível falta de acesso às informações de controle de natalidade. Em Santa Catarina, tal diferença é ainda mais notória: no último ano do período analisado, para o Brasil o número médio de filhos das mulheres negras é 35% maior, enquanto no estado em evidência é de 51,49% superior.

Exames e Atendimentos Médicos

Segundo os dados demográficos do Censo IBGE 2010, a população do município de Florianópolis é composta por 14,68% de pessoas que se declaram da raça negra. No que diz respeito às mulheres da cidade, o percentual é um pouco mais baixo, sendo de 14,01% enquadradas nessa cor. Esses cortes populacionais são importantes quando analisados juntamente com o número de consultas e atendimentos médicos por raça/cor, a fim de verificar se as proporções de acesso a esses procedimentos de saúde seguem aproximadamente os percentuais dos negros na população.

Tabela 50 - Proporção de Procedimentos realizados em Negros

	2010	2011
Atendimentos odontológicos	14,38%	14,93%
Consultas médicas	11,43%	11,45%

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Saúde - Florianópolis

Analisando a tabela acima, é possível verificar que o percentual de atendimentos odontológicos realizados em negros se aproxima da proporção dessa raça na população de Florianópolis, ou seja, pode-se concluir que há um acesso equitativo ao dentista, sem discriminação de cor. No caso das consultas médicas, esse percentual está abaixo da proporção de 14,68% de negros no município. Assim, verifica-se que o alcance está, de certa forma, limitado por fatores que diferenciam os grupos raciais.

Tabela 51 - Proporção de Procedimentos realizados em Mulheres Negras

	2010	2011
Exame Citopatológico	13,57%	13,56%
Mamografia rastreamento	10,24%	10,42%
Mamografia diagnóstico	10,06%	11,50%

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Saúde - Florianópolis

Ao verificar os procedimentos realizados em mulheres – nesse caso, exames preventivos de câncer de mama e câncer de colo de útero –, é possível concluir, seguindo o corte populacional de 14,01% de pessoas da raça negra entre as mulheres no município de Florianópolis, que não há um acesso equivalente ao ginecologista, principalmente no que diz respeito aos exames de mamografia. Tal fato sugere uma possível adoção de políticas públicas voltadas à mulher negra visando viabilizar uma equidade racial nessa questão de controle de saúde.

Tipos de Parto

Tabela 52 - Nascidos Vivos por Parto Vaginal

	2007	2008	2009	2010
Negros	57	109	87	103
Não-Negros	2.375	2.436	2.295	2.248
Total	2.434	2.546	2.386	2.354

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Saúde - Florianópolis

Tabela 53 - Nascidos Vivos por Parto Cesário

	2007	2008	2009	2010
Negros	27	69	59	67
Não-Negros	2.576	2.720	2.786	2.871
Total	2.603	2.790	2.846	2.941

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Saúde - Florianópolis

Através das tabelas acima, apesar de constatados um maior número de nascidos por parto cesário no total, os nascidos negros estão mais concentrados em operações de parto vaginal. Do total de nascidos negros no período, em média 62% foram concebidos pelo parto mais “natural”. Com relação aos não-negros, a situação é inversa, estando em média 54% dos nascimentos concentrados no parto cesário.

Tal fato sugere uma menor prevenção sobre partos da população negra, através de consultas e acompanhamentos ao longo da gravidez. Alguns partos vaginais poderiam ser não aconselháveis e poderiam ser identificados por fatores preventivos, igualando as proporções dos tipos de parto entre negros e não-negros. Dessa forma, poderia haver uma contribuição, mesmo que pequena, para redução da mortalidade infantil de crianças nascidas de mulheres negras, através desse acompanhamento antes do período de gestação.

Casos de AIDS

Tabela 54 - Casos de AIDS diagnosticados para a RM Florianópolis

Ano Diagnóstico	Negros	Não-Negros	Ignorado	Total
1990 - 1999	0	6	106	112
2000	0	8	8	16
2001	1	16	10	27
2002	2	37	12	51
2003	2	15	14	31
2004	1	15	9	25
2005	4	23	19	46
2006	3	29	7	39
2007	1	26	10	37
2008	1	19	8	28
2009	3	36	14	53
2010	3	25	13	41
2011	0	18	6	24

Fonte: Data SUS

Dentre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tem-se “Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças”. Dessa forma, é importante analisar os casos da Região Metropolitana de Florianópolis segmentados pelo quesito raça/cor, a fim de identificar possíveis formas de atuação diferenciadas.

Através dos dados da tabela acima, apesar de muitos estarem enquadrados na categoria Ignorados, o número de casos diagnosticados em negros é bem pequeno e em alguns anos até mesmo nulo. O número total de casos apresenta uma oscilação ano a ano, não aparentando nenhum sinal de redução. Dessa forma, devem ser tomadas medidas de combate à morbidade, porém sem diferenciação por raça/cor.

Considerações Finais

A análise dos dados disponíveis de saúde indicou uma diferenciação entre expectativas de vida e taxas de mortalidade infantil e fecundidade entre a população negra e não-negra. Em geral, negros possuem menor esperança de vida, maiores riscos de terem filhos mortos na infância e maior número de nascimentos por mulher negra. Entretanto, tais desigualdades tendem a ser reduzidas no estado

de Santa Catarina e este apresenta um desempenho bastante superior em todos os indicadores em relação ao restante do Brasil.

Quanto ao acesso aos sistemas de saúde, deve-se direcionar a atenção aos procedimentos preventivos realizados em mulheres negras, principalmente os de câncer de mama e câncer de colo de útero, pois possuem uma proporção baixa se comparado à proporção de mulheres negras na população de Florianópolis. Ainda nesse segmento da população, é importante garantir a assistência durante a gravidez da mulher negra.

Análise Econométrica

Discriminação Racial de Rendimentos no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Florianópolis - 2009

Introdução

O objetivo deste estudo é (1) estimar os determinantes dos rendimentos do trabalho e (2) mensurar a discriminação de raça no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Florianópolis com dados da PNAD de 2009. Além disso, (3) faremos breve comparação dos resultados de outras regiões e estados. Para tanto, utilizamos (a) análise econométrica (equações mincerianas) e (b) técnica de decomposição dos diferenciais salariais de Oaxaca-Blinder, descrita adiante.

Os resultados sugerem que a discriminação (efeito coeficientes) explica cerca de 49,75% do diferencial de salários entre negros e não-negros na Região Metropolitana de Florianópolis e 42,46% no estado de Santa Catarina. Apesar disso, os retornos estimados da educação e experiência parecem favorecer mais a população de negros que a de não-negros.

Além desta introdução, este relatório apresenta, a seguir, os dados e as metodologias empregadas, os resultados e, por fim, as principais conclusões.

Metodologia e Dados

Para estimar os determinantes dos rendimentos do trabalho (em logaritmo), estimamos um modelo tal como sugerido por Mincer (1974). A renda do trabalho foi calculada a partir das informações de trabalho principal, dividida pelas horas de trabalho, multiplicada por 40 horas e,⁴ finalmente, toma-se o logaritmo.⁵ Educação (anos de estudo) e experiência (seus termos quadráticos e interações) são variáveis-chave na equação estimada. Experiência foi calculada pela diferença entre a informação de idade e a idade em que o indivíduo afirma ter começado a trabalhar. O modelo contempla também variáveis de controle adicionais (*dummies*) para identificar os efeitos segmentação e discriminação, tais como: gênero (feminino), raça (negro), urbano, trabalho informal, carteira de trabalho, sindicalização, setores de atividade (agrícola, indústria, construção civil, administração pública, educação/saúde, serviços, serviços domésticos). O método de estimação usado foi o de Mínimos Quadrados Ponderados. Para efeito de comparação, as equações de salários foram estimadas para a

⁴ O objetivo é considerar o rendimento para pessoas com carga horária completa. O procedimento é equivalente a análise de rendimento por hora.

⁵ Tomar o logaritmo da variável dependente significará no modelo que os coeficientes estimados podem ser interpretados como o retorno percentual na variável rendimento do trabalho.

Região Metropolitana de Florianópolis, estado de Santa Catarina, região Sul e Brasil como um todo, usando os microdados de pessoas da PNAD de 2009.

A técnica de Oaxaca-Blinder decompõe o diferencial de rendimentos do trabalho em dois componentes (ver, Oaxaca, 1973; Blinder, 1973). Uma parcela que surge porque dois grupos que são comparados apresentam (em média) qualificações distintas quando os grupos recebem mesmo tratamento, denominada “componente explicada” ou “efeito características”.⁶ Algumas variáveis são normalmente consideradas para capturar tais diferenças, por exemplo, anos de estudo (mais termo quadrático), experiência (mais termo quadrático), além de *dummies* de gênero (feminino), raça (negro), urbano, trabalho informal.

Outra parcela está relacionada com o fato de um grupo possuir maior remuneração média que outro, mesmo com iguais características individuais. Esta é a “componente não explicada” ou “efeito coeficientes”. A medida da discriminação no mercado de trabalho é justamente o efeito coeficientes.⁷

No caso da discriminação de raça teríamos a seguinte estratégia:

1. São estimadas duas equações, uma para explicar os salários (em logaritmos) dos não-negros e outra dos negros.
2. Uma equação para exercício contra factual é construída em que os negros são tratados como não-negros. Isso significa que os coeficientes da equação de rendimentos dos não-negros são usados no lugar dos coeficientes da equação dos negros.
3. A partir de (2), pode-se decompor o diferencial de salários entre não-negros e negros nos efeitos características e coeficientes.

O efeito características é medido pela diferença entre salários dos não-negros e salários contra factuais dos negros, ou seja, revela as diferenças salariais entre negros e não-negros quando os negros são tratados como não-negros mas possuem, por exemplo, escolaridade menor que a escolaridade dos não-negros. O efeito coeficiente ou aquele que pode ser atribuído (segundo o método) à discriminação é calculado pela diferença entre os salários observados e os salários contra factuais dos negros. Para efeito de comparação, a decomposição foi feita para todas as regiões metropolitanas, unidades da federação, grandes regiões e Brasil como um todo.

As variáveis utilizadas na estimação da equação de rendimentos e na decomposição de Oaxaca-Blinder foram retiradas da PNAD/IBGE 2009, inclusive com tabulação especial para a Região Metropolitana de Florianópolis.⁸

⁶ O “efeito características” é a parte explicada da diferença de médias entre os grupos (negro e não-negro) devido a diferença de médias entre as variáveis explicativas, ou seja, é interpretado como a parte devida às diferenças de dotações entre os grupos e portanto não pode ser considerado como discriminação.

⁷ O “efeito coeficientes” é a parte explicada da diferença de médias entre os grupos (negro e não-negro) devido a diferença de retornos para as variáveis explicativas considerado o mesmo valor médio de tais variáveis, ou seja, é interpretado como a parte que não é explicada por diferença de dotações e portanto é interpretado como o efeito discriminação.

Resultados

Equação de Rendimentos

Os resultados das equações estimadas de rendimentos são apresentados na Tabela 55. Na maioria dos casos, as variáveis são significativas ao nível de 1% (teste t). Os modelos são, do ponto de vista global, significativos ao nível de 1% (teste F). Os coeficientes de determinação ajustados (R^2) estão em linha com a literatura empírica (Mincer, 1974).⁹

Os resultados apontam que a relação estimada entre salários e escolaridade (anos de estudo) é convexa (Tabela 55). Ou seja, os retornos da educação estimados a partir do modelo aumentam com o nível educacional. Daí a sugestão de política pública de investir em educação garante que o ingresso no mercado de trabalho com maior dotação educacional produz um retorno crescente para cada ano a mais que conseguimos manter nossas crianças e adolescentes na escola.

Ademais, no caso da Região Metropolitana de Florianópolis, aumentos na educação parecem favorecer a população negra (Gráfico 85) pois os retornos são maiores (*dummies* gênero, raça e efeito das variáveis de interação). Isso fica claro no Gráfico 86, os rendimentos das mulheres negras aumentam com a educação, outros grupos apresentam inclusive taxas de retorno negativas para níveis iniciais de escolaridade. Acima de 6 anos de escolaridade o retorno de um ano a mais de educação é positivo para todos os grupos (e crescente) na seguinte ordem: mulher negra, homem negro, mulher não negra e homem não-negro. Por exemplo, uma mulher negra que tenha seis anos de estudo teria um acréscimo médio de 11% nos salários caso a escolaridade fosse elevada em um ano, controlado por outros fatores. Nesta mesma situação, o ganho de uma mulher não-negra seria de 2%. Ou ainda, para um ano a mais de estudo para homens com 11 anos de escolaridade levaria a 20% de aumento da renda para negros e 10% para não-negros, controlado por outros fatores.

Este resultado aponta que uma política pública para ampliar a escolaridade média para os negros da Região Metropolitana de Florianópolis terá resultado mais significativo ainda. É, por certo, uma grande política pública de inclusão, ou de redução da diferença de rendimentos médios entre negros e não-negros, a despeito de qualquer fator de discriminação que possa existir. Seria apenas uma

⁸ Não há informações para a Região Metropolitana de Florianópolis na PNAD/IBGE, mas pode-se criar uma *proxy* para a Região Metropolitana considerando na pesquisa de domicílios os municípios com maior número de áreas censitárias amostradas.

⁹ Tais resultados tem, teoricamente, algumas limitações. A principal é superestimar os efeitos devido a possibilidade de omissão de características não observadas (habilidades, motivação) na equação que poderiam afetar a produtividade. Além disso, o problema de viés de seletividade não pôde ser rejeitado neste caso. Apesar disso, os resultados encontrados a partir do procedimento de Heckman (1979) são quantitativamente similares. No Anexo 1, documentamos os resultados da estimação da equação para a Região Metropolitana de Florianópolis pelo procedimento de Heckman.

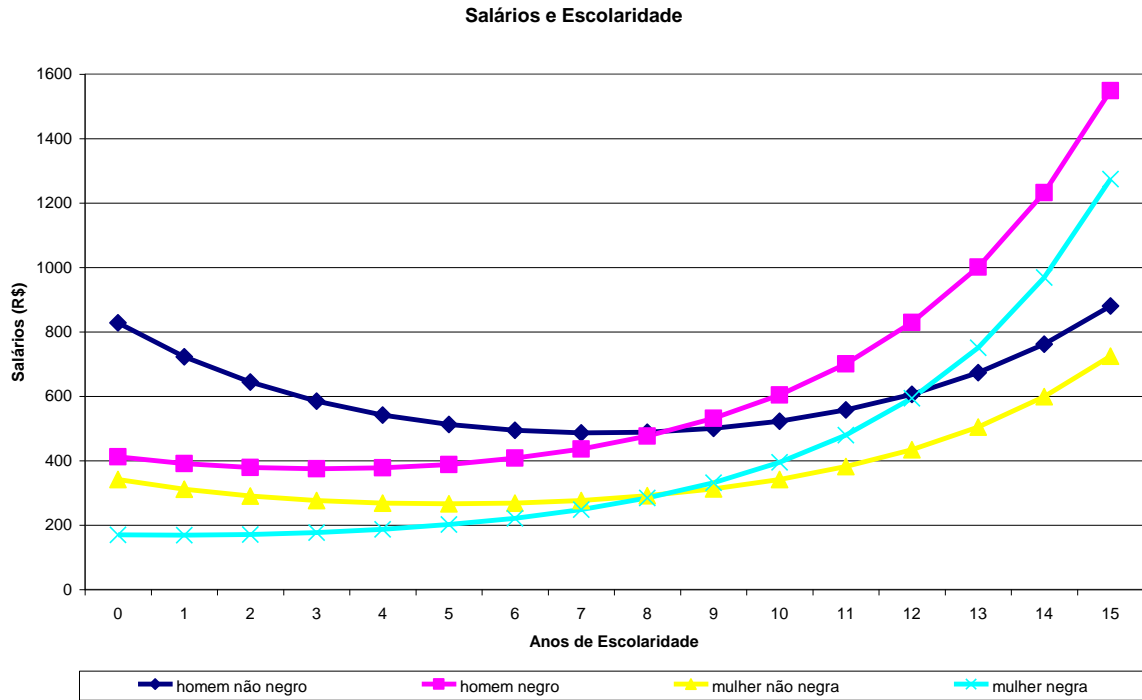
política de ampliação de dotações para grupos com menor escolaridade, fator tal que tem retorno crescente.

Tabela 55 – Equações Mincerianas (2009)

Variáveis	Rendimentos do Trabalho (em ln)			
	RM Florianópolis	Santa Catarina	Sul	Brasil
Anos de Estudo	-0.1460805 0.0000	-0.1058376 0.0000	-0.0489405 0.0000	-0.0472345 0.0000
Anos de Estudo ²	0.0100066 0.0000	0.0094629 0.0000	0.0065522 0.0000	0.0075038 0.0000
Experiência	0.005522 0.0000	0.0184864 0.0000	0.0256924 0.0000	0.0251324 0.0000
Experiência ²	-0.0001243 0.0000	-0.0003718 0.0000	-0.0003685 0.0000	-0.0003302 0.0000
Anos de Estudo*Negro	0.0842515 0.0000	0.0667324 0.0000	-0.0132655 0.0000	0.0010574 0.0000
Anos de Estudo*Mulher	0.0461306 0.0000	0.001184 0.1570	0.0033016 0.0000	-0.0074858 0.0000
Experiência*Negro	0.0009907 0.0380	0.0021867 0.0000	-0.0058618 0.0000	-0.0012777 0.0000
Experiência*Mulher	0.0242197 0.0000	0.0132044 0.0000	-0.0009592 0.0000	-0.003122 0.0000
Mulher	-0.8868432 0.0000	-0.4783748 0.0000	-0.2413729 0.0000	-0.0527939 0.0000
Negro	-0.6985307 0.0000	-0.587012 0.0000	0.1276932 0.0000	-0.1274362 0.0000
Urbano	0.1452704 0.0000	0.1671618 0.0000	0.1170071 0.0000	0.1335059 0.0000
Trabalho Informal	-0.1619304 0.0000	-0.205757 0.0000	-0.1917953 0.0000	-0.1858633 0.0000
Carteira de Trabalho	0.1015273 0.0000	0.0137583 0.0000	0.0311487 0.0000	0.1256854 0.0000
Sindicalizado	-0.0569939 0.0000	-0.0536501 0.0000	0.04258 0.0000	0.056773 0.0000
Agrícola	-0.1102265 0.0000	-0.063189 0.0000	-0.1815298 0.0000	-0.094319 0.0000
Indústria	0.0605489 0.0000	0.0182341 0.0000	-0.0078434 0.0000	0.0645648 0.0000
Construção Civil	0.0521316 0.0000	0.1709294 0.0000	-0.0446695 0.0000	0.0760357 0.0000
Administração Pública	0.5367888 0.0000	0.7586858 0.0000	0.2816455 0.0000	0.3321094 0.0000
Educação/Saúde	-0.0162402 0.0460	0.3639627 0.0000	0.1830207 0.0000	0.2238389 0.0000
Serviços	-0.0461009 0.0000	0.0196449 0.0000	0.0742053 0.0000	0.020551 0.0000
Serviços Domésticos	-0.0685291 0.0000	0.044409 0.0000	0.0101216 0.0010	-0.1396933 0.0000
Constante	6.719594 0.0000	6.397883 0.0000	6.059651 0.0000	5.823279 0.0000
Valor-p Teste F (significância global)	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
R ² ajustado	0.3922	0.3924	0.2937	0.3543
N.Obs.	77612	133732	668459	3652347

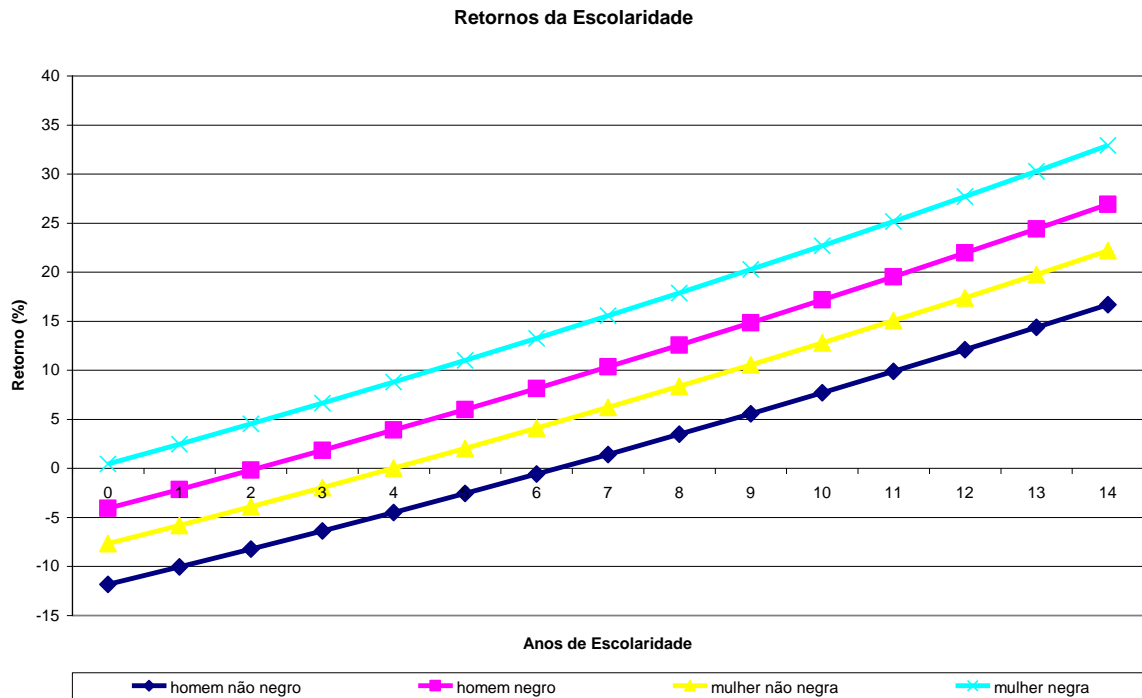
Nota: valor-p apresentado abaixo do respectivo coeficiente.

Gráfico 86 – Região Metropolitana de Florianópolis (2009): predição



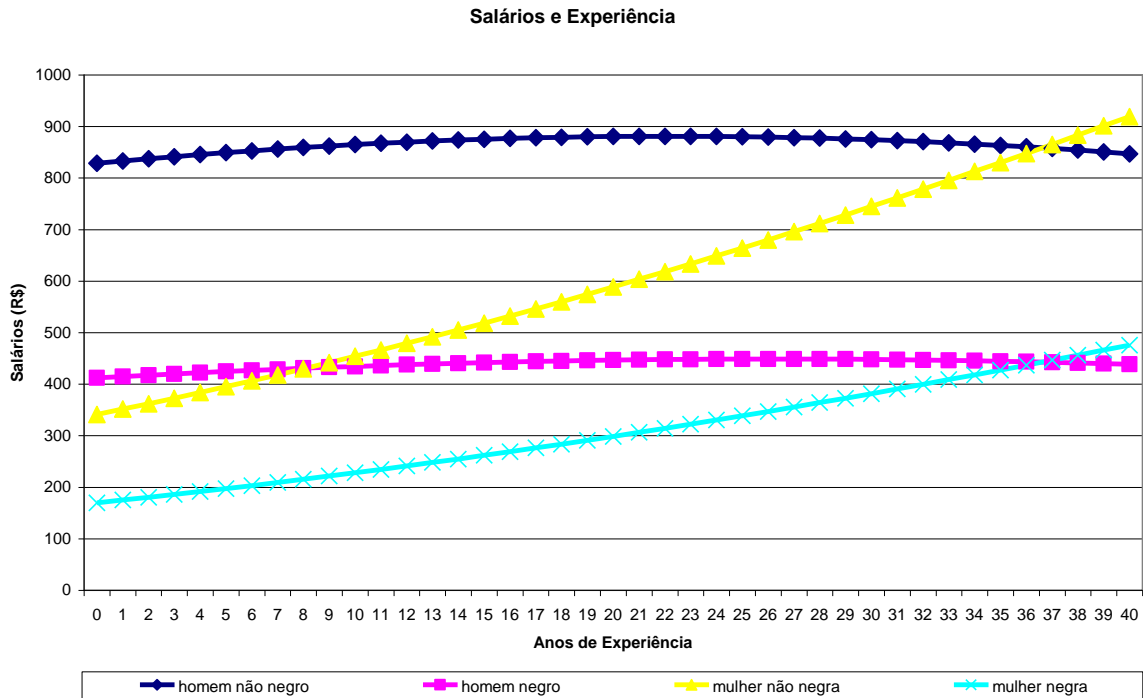
Nota: predições a partir dos modelos estimados.

Gráfico 87 – Região Metropolitana de Florianópolis (2009)



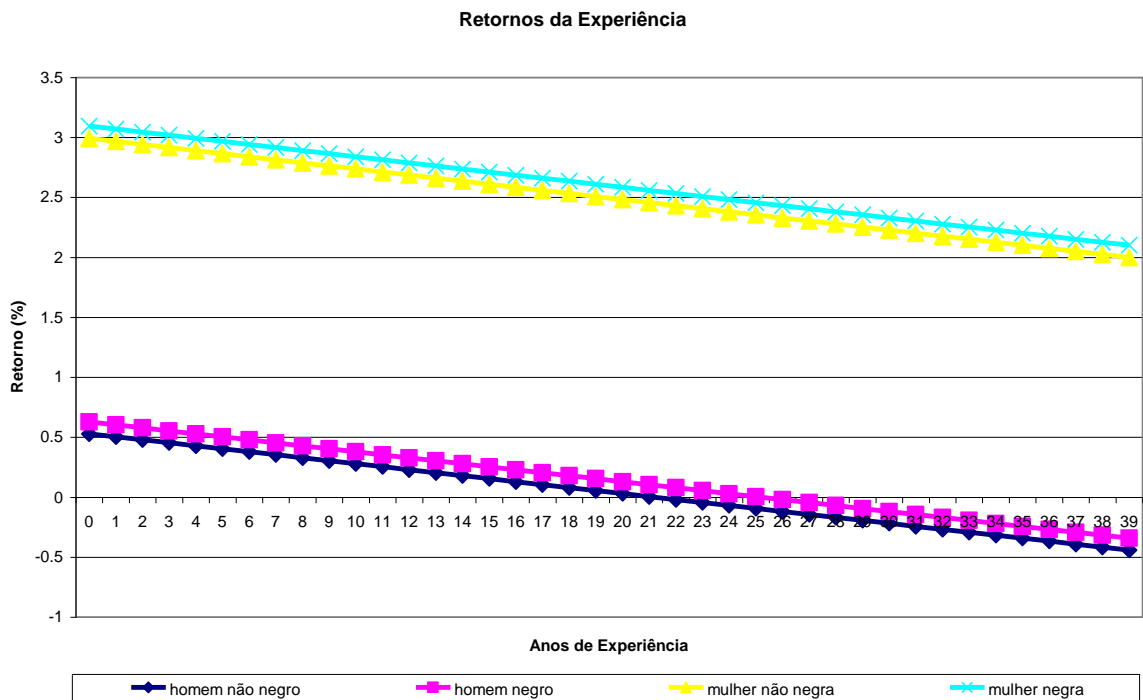
Nota: cálculos a partir dos modelos estimados.

Gráfico 88 – Região Metropolitana de Florianópolis (2009): predição



Nota: predições a partir dos modelos estimados.

Gráfico 89 – Região Metropolitana de Florianópolis (2009)



Nota: cálculos a partir dos modelos estimados.

Por outro lado, a relação estimada entre salários e experiência é côncava. Os retornos da experiência estimados a partir do modelo são positivos, mas reduzem com a experiência.¹⁰ Embora o nível médio de rendimento para uma dada experiência seja maior para não-negros em relação aos negros (Gráfico 87) para os menores nível de experiência, novamente, no caso da Região Metropolitana de Florianópolis, os resultados sugerem que aumentos na experiência favorecem a população negra (*dummies* gênero, raça e efeito das variáveis de interação) pois os retornos são maiores (Gráfico 88). Por exemplo, controlado por outros fatores, uma mulher negra que tenha três anos de experiência teria um acréscimo médio de 3,04% nos salários caso a escolaridade fosse elevada em um ano. Nesta mesma situação, o ganho de um homem não-negro seria de 0,48%.

Além da escolaridade e experiência, pode-se considerar os fatores que definem a segmentação no mercado de trabalho. Na Região Metropolitana de Florianópolis, trabalhadores de áreas urbanas, com carteira assinada, da indústria, construção civil, administração pública, controlado por outros fatores, recebem salários maiores. Já os trabalhadores do setor informal, sindicalizados, do setor agrícola, educação/saúde, serviços e serviços domésticos, controlado por outros fatores, recebem rendimentos menores (Tabela 55). Por exemplo, quantitativamente, os funcionários da administração pública recebem salários 71% maiores, número bem acima dos 39% estimados para o Brasil como um todo, controlado pelos demais fatores. Trabalhadores informais da Região Metropolitana de Florianópolis tem remuneração 14,9% menores, e para o Brasil o número é 17%. Trabalhadores ligados às áreas de educação/saúde recebem salários 1,6% menores na Região Metropolitana de Florianópolis, controlado por outros fatores. No Brasil, pessoas do mesmo setor têm rendimentos 26% maiores.

Decomposição de Rendimentos Negros/Não-Negros

Os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder são apresentados nas Tabelas 56 a 58 para regiões metropolitanas, unidades da federação e grandes regiões brasileiras.¹¹ Nas colunas são apresentados, respectivamente, os resultados do diferencial estimado de rendimentos entre os grupos, o termo de discriminação e o efeito características (e seus respectivos percentuais).

¹⁰ O retorno de um ano adicional de experiência torna-se até negativo para os não-negros acima de 21 anos de experiência.

¹¹ Como exemplo da decomposição completa para a Região Metropolitana de Florianópolis, ver Anexo 2.

Tabela 56 – Decomposição de Diferencial de Salários: Regiões Metropolitanas (2009)

	Diferencial de Salários não-negros/negros (em ln)	Termo de Discriminação Efeito Coeficientes	%	Componente Explicada Efeito Características	%
RM Florianópolis	0.2505688	0.1246687	49.75	0.1259000	50.25
RM Belém	0.2503593	0.0721499	28.82	0.1782094	71.18
RM Fortaleza	0.3153070	0.0849344	26.94	0.2303726	73.06
RM Recife	0.4550050	0.1704830	37.47	0.2845221	62.53
RM Salvador	0.6147740	0.2270235	36.93	0.3877505	63.07
RM Belo Horizonte	0.4090296	0.1158978	28.33	0.2931319	71.67
RM Rio de Janeiro	0.4199063	0.1379358	32.85	0.2819705	67.15
RM São Paulo	0.3770066	0.1273464	33.78	0.2496602	66.22
RM Curitiba	0.3423561	0.0881162	25.74	0.2541939	74.25
RM Porto Alegre	0.3504950	0.1770774	50.52	0.1734175	49.48
Brasil	0.4497905	0.2007923	44.64	0.2489981	55.36

Nota: cálculos a partir da decomposição de Oaxaca-Blinder.

Tabela 57 – Decomposição de Diferencial de Salários: Grandes Regiões (2009)

	Diferencial de Salários não-negros/negros (em ln)	Termo de Discriminação Efeito Coeficientes	%	Componente Explicada Efeito Características	%
Norte	0.2854490	0.1225684	42.94	0.1628806	57.06
Nordeste	0.3130320	0.0913864	29.19	0.2216456	70.81
Sudeste	0.3706700	0.1339006	36.12	0.2367694	63.88
Sul	0.3148803	0.1352881	42.96	0.1795923	57.04
Centro Oeste	0.3261915	0.1055141	32.35	0.2206774	67.65
Brasil	0.4497905	0.2007923	44.64	0.2489981	55.36

Nota: cálculos a partir da decomposição de Oaxaca-Blinder.

Tabela 58 – Decomposição de Diferencial de Salários: Estados da Federação (2009)

	Diferencial de Salários não-negros/negros (em ln)	Termo de Discriminação Efeito Coeficientes	%	Componente Explicada Efeito Características	%
Rondônia	0.2084265	0.1025260	49.19	0.1059005	50.81
Acre	0.3736976	0.0769052	20.58	0.2967924	79.42
Amazonas	0.3042140	0.0927033	30.47	0.2115107	69.53
Roraima	0.3703013	0.1830082	49.42	0.1872932	50.58
Pará	0.2489089	0.1168419	46.94	0.1320669	53.06
Amapá	0.1735566	0.0449237	25.88	0.1286329	74.12
Tocantins	0.3939281	0.1770445	44.94	0.2168836	55.06
Maranhão	0.2440309	0.0650634	26.66	0.1789674	73.34
Piauí	0.3878460	0.0718867	18.53	0.3159593	81.47
Ceará	0.2797699	0.0456469	16.32	0.2341231	83.68
Rio Grande do Norte	0.2944613	0.1130927	38.41	0.1813686	61.59
Paraíba	0.2943265	0.0476650	16.19	0.2466615	83.81
Pernambuco	0.3571491	0.1161761	32.53	0.2409731	67.47
Alagoas	0.3713020	0.0819719	22.08	0.2893301	77.92
Sergipe	0.2892653	0.0942798	32.59	0.1949855	67.41
Bahia	0.3115788	0.1326079	42.56	0.1789708	57.44
Minas Gerais	0.3251804	0.1065904	32.78	0.2185899	67.22
Espírito Santo	0.2502016	0.0733890	29.33	0.1768126	70.67
Rio de Janeiro	0.3749402	0.1196582	31.91	0.2552820	68.09
São Paulo	0.3291586	0.1139323	34.61	0.2152264	65.39
Paraná	0.3231111	0.1170788	36.23	0.2060323	63.77
Santa Catarina	0.2495438	0.1059674	42.46	0.1435764	57.54
Rio Grande do Sul	0.3286839	0.1488726	45.29	0.1798114	54.71
Mato Grosso do Sul	0.3121825	0.1101699	35.29	0.2020126	64.71
Mato Grosso	0.4046432	0.1966502	48.60	0.2079930	51.40
Goiás	0.2364505	0.0754684	31.92	0.1609820	68.08
Distrito Federal	0.4795877	0.0978369	20.40	0.3817507	79.60
Brasil	0.4497905	0.2007923	44.64	0.2489981	55.36

Nota: cálculos a partir da decomposição de Oaxaca-Blinder.

Considerando a diferença salarial média (em ln), a Região Metropolitana de Salvador, a região Sudeste e Distrito Federal apresentam as maiores diferenças absolutas estimada pelos modelos.¹² As regiões metropolitanas de Florianópolis e de Belém possuem as menores diferenças de médias salariais entre negros e não-negros estimadas pelo modelo. As unidades da federação com menores

¹² A coluna de diferença de salários não-negros/negros refere-se a diferença de médias estimada pelo modelo = $E[\ln(\text{salário})_{\text{não-negros}} | X] - E[\ln(\text{salário})_{\text{negros}} | X]$ e não à diferença média observada, uma vez que uma parte da diferença salarial observada não é explicada pelo modelo.

diferenças salariais médias estimadas pelo modelo são: Amapá, Rondônia, Goiás, Maranhão, Santa Catarina e Espírito Santo. Não necessariamente menor diferença salarial média absoluta significa menor discriminação. Para tanto, requer a análise da decomposição para efeito coeficientes (discriminação) e efeito características (dotação) em termos relativos.

Na Região Metropolitana de Florianópolis, 49,75% do diferencial de rendimentos entre não-negros e negros pode ser atribuído à discriminação (efeito coeficientes) enquanto os outros 50,25% estão ligados ao efeito características.¹³ Os resultados (Tabela 2) sugerem termo de discriminação superior apenas na Região Metropolitana de Porto Alegre, 50,52%. Todas as outras regiões metropolitanas apresentam efeito coeficientes menor. Exemplo significativo é o da Região Metropolitana de Curitiba, o termo de discriminação estimado de apenas 25,74%.

Quanto às unidades da federação, vale destacar os casos do Ceará e Paraíba. Apenas 16% do diferencial de rendimentos entre não-negros e negros tem relação com efeito coeficientes, ou seja, discriminação. O estado de Santa Catarina tem resultado estimado 2,6 vezes maior (42,46%). A parcela média do diferencial de rendimentos no Brasil devida ao termo de discriminação é de 44,64%.

Nas grandes regiões, vale destacar os extremos. Na região Sul, os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder sugere termo de discriminação de 42,96%. Este número é 47% maior que a estimada para a região Nordeste (de 29,19%).

Conclusões

O objetivo deste estudo foi estimar os determinantes dos rendimentos do trabalho, cálculo dos retornos da educação e da experiência e elasticidades dos rendimentos em relação a outros fatores. Além disso, mensuramos a discriminação (efeito coeficientes) de raça entre grupos (negros e não-negros) no diferencial de rendimentos da Região Metropolitana de Florianópolis com dados da PNAD de 2009. Os resultados foram comparados aos resultados também estimados para outras regiões, estados e regiões metropolitanas. Para tanto, utilizamos análise econométrica (equações mincerianas) e técnica de decomposição dos diferenciais salariais de Oaxaca-Blinder.

Os resultados sugerem que a discriminação explica cerca de 49,75% do diferencial de salários entre negros e não-negros na Região Metropolitana e 42,46% no estado de Santa Catarina, valores próximos da média brasileira (44,64%). Apesar disso, os retornos estimados da educação e experiência parecem favorecer mais a população de negros que a de não-negros.

¹³ O intervalo de confiança (ao nível de 5%) do diferencial de rendimentos devido à discriminação para Região Metropolitana de Florianópolis é [49,41; 50,10].

Bibliografia

Blinder, A.S. 1973. "Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Variables." *Journal of Human Resources*, 8, 436-455.

Heckman, J.J. 1979. "Sample selection bias as a specification error." *Econometrica*, 47, 153-161.

Mincer, J. 1974. "Schooling, experience and earnings." *National Bureau of Economic Research*, 152p.

Oaxaca, R. 1973. "Male-Female Wage Differentials in Urban Labor Markets," *International Economic Review*, 14, 693-709.

Anexo 1

Heckman selection model
(regression model with sample selection)

Number of obs = 198808
Censored obs = 122987
Uncensored obs = 75821

Log likelihood = -174633.9

Wald chi2(21) = 45873.19
Prob > chi2 = 0.0000

	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
lny						
anos_estudo	-.1476861	.0022081	-66.88	0.000	-.1520139	-.1433584
anos_estudo2	.0098461	.0001294	76.11	0.000	.0095925	.0100996
experiencia	.0043897	.0005382	8.16	0.000	.0033349	.0054445
experiencia2	-.0001015	.0000115	-8.84	0.000	-.000124	-.000079
anos~o_negro	.0838699	.0013516	62.05	0.000	.0812207	.086519
ano~o_mulher	.0477193	.001134	42.08	0.000	.0454966	.049942
expe~a_negro	.0013878	.000481	2.89	0.004	.000445	.0023305
exp~a_mulher	.024348	.0003319	73.37	0.000	.0236976	.0249984
_mulher	-.8632985	.0130271	-66.27	0.000	-.8888312	-.8377657
_negro	-.6762905	.0129962	-52.04	0.000	-.7017626	-.6508184
_urbano	.167888	.0063451	26.46	0.000	.1554518	.1803241
trab_infor~l	-.1644557	.0052437	-31.36	0.000	-.1747331	-.1541784
cart_trab	.0938211	.0040118	23.39	0.000	.0859582	.1016841
sindicaliz~o	-.0501692	.0064971	-7.72	0.000	-.0629033	-.0374352
agricola	-.1297904	.0072608	-17.88	0.000	-.1440213	-.1155596
industria	.0386168	.005376	7.18	0.000	.0280799	.0491536
const_civil	.0462079	.007179	6.44	0.000	.0321374	.0602784
admin_publ~a	.5268384	.0111158	47.40	0.000	.5050519	.548625
educ_saude	-.0196748	.0082169	-2.39	0.017	-.0357797	-.0035699
servicos	-.0460496	.0057657	-7.99	0.000	-.0573501	-.034749
serv_domes~o	-.0642445	.0087116	-7.37	0.000	-.081319	-.04717
_cons	6.850622	.0172095	398.07	0.000	6.816892	6.884352
empregado						
anos_estudo	.0232296	.0008758	26.52	0.000	.0215131	.0249462
_mulher	-.3544383	.006112	-57.99	0.000	-.3664177	-.3424589
_negro	-.1854602	.0070719	-26.23	0.000	-.1993208	-.1715996
_urbano	-.4343911	.0085818	-50.62	0.000	-.4512111	-.4175711
casal_sem~o	.0727751	.010429	6.98	0.000	.0523346	.0932156
casal_filh~r	.1947323	.0073854	26.37	0.000	.1802572	.2092074
mae_filho~r	.3459517	.018684	18.52	0.000	.3093318	.3825716
tamanho_fa~a	-.0625924	.0034324	-18.24	0.000	-.0693197	-.0558651
_cons	.2586801	.0178511	14.49	0.000	.2236927	.2936676
/athrho	-.2936121	.0280787	-10.46	0.000	-.3486454	-.2385788
/lnsigma	-.7668778	.0059048	-129.87	0.000	-.7784511	-.7553045
rho	-.285456	.0257907			-.3351737	-.2341529
sigma	.464461	.0027426			.4591166	.4698675
lambda	-.1325832	.0126883			-.1574519	-.1077145
LR test of indep. eqns. (rho = 0):	chi2(1) =	71.79	Prob > chi2 =	0.0000		

Equação de participação:

Empregado = f (anos estudo, mulher, negro, urbano, casal sem filhos, casal com todos os filhos menores 14 anos, mãe com filhos todos os filhos menores 14 anos, número de componentes da família)

Anexo 2

Blinder-Oaxaca decomposition	Number of obs	=	3489
	Model	=	linear
Group 1: negro = 0	N of obs 1	=	3018
Group 2: negro = 1	N of obs 2	=	471

lny	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
overall						
group_1	6.772367	.0005358	1.3e+04	0.000	6.771317 6.773417	
group_2	6.521798	.0010373	6287.38	0.000	6.519765 6.523831	
difference	.2505688	.0011675	214.62	0.000	.2482806 .252857	
explained	.1259	.0007847	160.45	0.000	.1243621 .1274379	
unexplained	.1246687	.0010209	122.12	0.000	.1226678 .1266697	
explained						
anos_estudo	-.023099	.000723	-31.95	0.000	-.0245161 -.021682	
anos_estudo2	.1492344	.0009752	153.03	0.000	.147323 .1511458	
experiencia	.0366225	.0009449	38.76	0.000	.0347706 .0384744	
experiencia2	-.0330932	.0006446	-51.34	0.000	-.0343566 -.0318299	
mulher	-.0165366	.0003094	-53.44	0.000	-.0171431 -.0159301	
urbano	-.0014171	.0001274	-11.13	0.000	-.0016668 -.0011675	
trab_infor~1	.0141891	.0001842	77.02	0.000	.013828 .0145502	
unexplained						
anos_estudo	-.2185253	.0068473	-31.91	0.000	-.2319457 -.2051049	
anos_estudo2	.1785519	.0040468	44.12	0.000	.1706202 .1864835	
experiencia	.3218706	.0052141	61.73	0.000	.3116511 .33209	
experiencia2	-.1496444	.0030238	-49.49	0.000	-.1555711 -.1437178	
mulher	-.0269229	.0007497	-35.91	0.000	-.0283923 -.0254535	
urbano	.0091202	.0021176	4.31	0.000	.0049698 .0132707	
trab_infor~1	.0114129	.0005749	19.85	0.000	.0102861 .0125397	
_cons	-.0011942	.0051224	-0.23	0.816	-.0112339 .0088456	

Considerações Finais

O trabalho buscou realizar um diagnóstico da população negra na Região Metropolitana de Florianópolis, avaliando as características dessa população quanto à renda, pobreza, educação, mercado de trabalho e saúde. Buscou-se, ainda, identificar o grau de discriminação entre negros e não-negros, seja por meio de testes e modelos econométricos, seja por uma avaliação comparativa direta em termos de distribuição, nos diversos indicadores analisados. O objetivo desse diagnóstico, além de compreender a real situação da população negra na RM de Florianópolis e identificar pontos de fragilidade que possam ser trabalhados em termos de políticas públicas é o de promover ações e investimentos de forma mais precisa com vistas à redução do quadro de desigualdade racial.

De maneira geral, percebe-se que o negro se encontra em desvantagem, na média, em todos os indicadores avaliados, em relação aos não-negros. Possui menor escolaridade e rendimento frente a escolaridade, ocupa posições menos privilegiadas no mercado de trabalho e, aparentemente, busca menor orientação para o exercício de uma medicina preventiva. Todavia, esses indicadores têm evoluído de maneira positiva, reduzindo o grau de discriminação nos últimos 10 anos.

A população negra da RM de Florianópolis se encontra em posição mais adequada frente à população não-negra em praticamente todos os indicadores, comparativamente ao Brasil. Os anos de estudo médios da população representam uma dessas exceções.

Foi identificado que a escolaridade e a experiência profissional são pontos que podem ser trabalhados, de forma efetiva, na melhora desse quadro de desigualdade. Em resumo, há um ganho de renda em relação à escolaridade, que se torna cada vez mais representativo para os negros a cada ano de estudo concluído. O grande desafio, então, é reduzir a evasão de alunos no ensino fundamental, de forma que mais indivíduos negros concluam o ensino superior, aumentando suas possibilidades e ampliando, também, suas áreas de atuação, incluindo, de maneira mais intensa, uma diversidade de formações, que possuam maior valor agregado.

É recomendável a inclusão de políticas de saúde com orientação específica para comunidades negras quanto à prevenção de doenças e assistência à maternidade.

O grau de discriminação parece mais contundente em regiões onde a população negra é menos representativa, como é o caso da RM de Florianópolis. Nesta região a população negra atinge algo próximo a 15% da população pelo Censo 2010, bem diferente de outras regiões do país, como Norte e Nordeste, que chegam a atingir 75% da população. A representatividade dos negros e pardos tem aumentado em todo o país, já atingindo 51% da população brasileira e em ritmo crescente.

Uma maior representatividade, inserção educacional e política são caminhos naturais para o desencadeamento do processo de mudança, tornando cada vez menor o fator de discriminação da população negra, promovendo, ainda, uma maior equidade de relações raciais no Brasil e na RM de Florianópolis.



WWW.CERESINTELIGENCIA.COM.BR